UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR

Da (des)confiança ao sufrágio: Como vota o carioca?

Sergio Marchiori Junior

Tese para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia
(3º ciclo de estudos)

Covilhã, janeiro de 2024

Da (des)confiança ao sufrágio: Como vota o carioca?

Sergio Marchiori Junior

Tese para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia
(3º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Nuno Augusto
Coorientadora: Professora Doutora Amélia Augusto

Prova de Doutoramento: 23 de novembro de 2023

Júri:
Presidente:
Professor Doutor Alcides Almeida Monteiro

Vogais:
Professor Doutor Carlos Alberto da Silva
Professora Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo
Professor Doutor Bruno Daniel Ferreira da Costa
Professora Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva

Covilhã, novembro de 2023

Declaração de Integridade

Eu, Sergio Marchiori Junior, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição D-2472 do Doutoramento em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 03/01/2024.

Dedicatória

Dedico esta tese ao meu pai,
Sergio Marchiori
(in memorian)

Agradecimentos

A realização de uma investigação desta natureza requer muito empenho, perseverança e dedicação, aspetos que acompanharam este trabalho do início ao fim. Contudo, a sua concretização não seria possível sem o apoio de uma série de pessoas, as quais agradeço profundamente, pois de forma direta ou indireta contribuiram para a realização da mesma.

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Nuno Augusto e Profa. Dra. Amélia Augusto, que desde as disciplinas do curso partilharam seus conhecimentos e experiências, pela disponibilidade e apoio constantes ao longo dos últimos anos e pelas orientações fundamentais à consistência desta investigação.

Agradeço também a todos os professores, não apenas do doutoramento, mas de todo o meu percurso académico ao longo destes anos, que contribuíram para o alargamento dos meus conhecimentos e da minha formação pessoal.

O meu profundo agradecimento a todos os inquiridos e entrevistados que se disponibilizaram a participar desta investigação e que com seus valiosos contributos permitiram a realização deste trabalho.

À minha mãe e ao meu tio, agradeço pelo eterno apoio e pelas inúmeras leituras e revisões dos textos.

À minha esposa e filhos que sempre estiveram comigo, obrigado por todo o apoio, paciência, carinho, pela força transmitida e por acreditarem sempre que eu seria capaz de chegar até aqui.

A todos e todas que de uma forma ou de outra me ajudaram com a realização desta investigação, muito obrigado por tudo!

Resumo

A Nova República, iniciada em 1985, é marcada como um período em que o Brasil, o Estado do Rio de Janeiro e, em particular, o município do Rio de Janeiro, têm enfrentado significativos casos de corrupção e uma queda nos índices de confiança interpessoal, política e nas instituições públicas. Essas constatações são embasadas em dados obtidos a partir de importantes pesquisas sobre valores e confiança, como o World Values Survey (WVS) e o Latinobarómetro.

Em 2020, o Rio de Janeiro, em suas eleições municipais possuía 33 partidos políticos registados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a disputa desse pleito, tendo sido oficializadas 14 candidaturas à Prefeitura e 1758 candidaturas à Câmara dos Vereadores, respectivamente, para 1 vaga de prefeito e 51 vagas de vereadores. Neste cenário de tantas opções, esta investigação visa compreender o comportamento eleitoral, em especial, a decisão do voto do eleitor carioca e os determinantes deste voto ao cargo de prefeito do Rio de Janeiro em 2020.

Neste sentido, procedemos uma revisão da literatura com particular enfoque nos sistemas de valores sociais, nas teorias da decisão do voto e na organização social e política brasileira. Em seguida, nosso estudo adotou uma abordagem de métodos mistos por meio do modelo adaptado de Newman e Sheth (1985) para analisar as influências dos índices de confiança do eleitor carioca nas eleições primárias municipais de 2020, quantificar os domínios cognitivos que mais influenciaram a decisão do voto do eleitor pela pesquisa aplicada ao próprio eleitorado, assim como compreender as influências de contexto, na perceção dos candidatos à prefeitura do município do Rio de Janeiro em 2020. A pesquisa contou com a participação de 492 eleitores cariocas e 10 candidatos.

No que diz respeito aos principais resultados, os índices de confiança não influenciaram a decisão do voto do eleitor carioca. As questões relacionadas aos domínios cognitivos: eventos pessoais, questões epistemológicas, eventos atuais, dimensão emocional, questões políticas, imagem do candidato e imaginário social, nesta ordem, são as que mais influenciaram a decisão do voto do eleitor carioca. Na óptica dos candidatos em 2020, as principais influências de contexto surgem da própria legislação eleitoral vigente.

Palavras-chave

Valores; Confiança; Influências; Comportamento; Politica; Eleitoral; Rio de Janeiro

Abstract

The New Republic, which began in 1985, is marked as a period in which Brazil, the state of Rio de Janeiro and, in particular, the municipality of Rio de Janeiro, have faced significant cases of corruption and a drop in the levels of interpersonal, political and trust in public institutions. These findings are based on data obtained from important surveys on values and trust, such as the World Values Survey (WVS) and Latinobarómetro.

In 2020, Rio de Janeiro, in its municipal elections, had 33 political parties registered with the Superior Electoral Court (TSE) to contest the election, with 14 official candidacies for the Mayor's Office and 1758 candidacies for the Chamber of Councillors, respectively, for 1 mayoral seat and 51 councillor seats. Against this backdrop of so many options, this research aims to understand electoral behavior, in particular the voting decision of the Rio de Janeiro voter and the determinants of this vote for the position of mayor of Rio de Janeiro in 2020.

To this end, we conducted a literature review with a particular focus on social value systems, voting decision theories and Brazilian social and political organization. Next, our study adopted a mixed-methods approach using the model adapted from Newman and Sheth (1985) to analyze the influences of Rio de Janeiro voters' confidence indices in the 2020 municipal primary elections, quantify the cognitive domains that most influenced the voters' voting decision through the survey applied to the electorate itself, as well as understand the influences of context on the perception of the candidates for mayor of the municipality of Rio de Janeiro in 2020. The survey involved 492 Rio voters and 10 candidates.

As far as the main results are concerned, the confidence indices did not influence the decision of the Rio voter to vote. The issues related to the cognitive domains: personal events, epistemological issues, current events, emotional dimension, political issues, image of the candidate and social imaginary, in this order, are the ones that most influenced the voting decision of the Rio voter. From the perspective of the 2020 candidates, the main contextual influences arise from the current electoral legislation itself.

Keywords

Values; Confidence; Influences; Behavior; Politics; Electoral; Rio de Janeiro.

Índice

Contra Capa iii
Declaração de Integridade v
Dedicatória vii
Agradecimentos ix
Resumo xi
Abstract xiii
Lista de Figuras xix
Lista de Tabelas xxi
Lista de Gráficos xxiii
Lista de Acrónimos xxv

Introdução 1

PARTE 1
FATORES DETERMINANTES DO VOTO 7

Capítulo 1 – Valores Sociais 9
1.1 – Motivacionais 10
1.2 – Materialistas e Pós-Materialistas 13
Capítulo 2 – Confiança 19
2.1 – Confiança Interpessoal 22
2.2 – Confiança Político-Partidária 23
2.3 – Confiança nas Instituições Públicas 25
Capítulo 3 – Teorias na Decisão do Voto 29
3.1 – Abordagem Comportamentalista 29
3.2 – Abordagem Institucionalista 43
3.3 – Cultura Política Brasileira 45
Considerações Parciais – Fatores Determinantes do Voto 53

PARTE 2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA 57

Capítulo 4 – Influências Colonialistas, Imperialistas e Republicanas 59
4.1 – Pré-Colônia à República Populista (1500-1964) 59
4.2 – Ditadura Militar (1964-1985) 72
4.3 – Processo de Redemocratização (1985-hoje) 74
Capítulo 5 – O Município do Rio de Janeiro 77
5.1 – Prefeitos Recentes 77
5.2 – Eleitor Carioca 78
5.3 – Legislação Eleitoral 81
5.4 – Pesquisas Eleitorais Registadas 84
5.5 – Resultados Eleitorais – 2020 85
Considerações Parciais - Organização Social e Política Brasileira 89

PARTE 3
ESTUDO EMPÍRICO 95

Capítulo 6 – Abordagem Metodológica 97
6.1 – Recursos a Surveys 97
6.2 – Inquérito por Questionário 98
6.2.1 – Público Alvo 101
6.3 – Entrevistas 101
6.4 – Procedimentos Éticos 104
Capítulo 7 - Tratamento e Análise dos Dados 105
7.1 – Inquérito aos Eleitores 105
7.2 – Entrevista aos Candidatos à Prefeitura do RJ 127
7.3 – Análise e Interpretação dos Dados – Entrevistas 129
7.3.1 – Da Importância da (Des)Confiança 132
7.3.2 – Estruturalismo 134
7.3.3 – Domínios Cognitivos 135
7.3.4 – Desigualdades Sociais 138

Conclusão 141
Limitações do Estudo e Futuras Sugestões 145
Referências Bibliográficas 147
Anexos 167
Anexo 1 – Pesquisa – Eleitorado Carioca 169
Anexo 2 – Guião de Entrevistas - Candidatos à Prefeitura do Município do RJ 185
Anexo 3 – Sinopse das Entrevistas - Grelha de Categorias 193
Anexo 4 – Demais Outputs – Software SmartPLS 211

Lista de Figuras

Figura 1 Modelo de Comportamento do Eleitor proposto por Newman e Sheth (1985)
Figura 2 Modelo de Relações entre os Dez Tipos de Valores Motivacionais
Figura 3 Mapa Cultural – WVS (2005-2020)
Figura 4 Modelo de Comportamento do Eleitor Carioca
Figura 5 Modelo de Comportamento do Eleitor Carioca Não Eclipsado

Lista de Tabelas

Tabela 1	Cinco Hipóteses propostas para o Estudo
Tabela 2	Dez Valores Motivacionais proposto por Schwartz (1994, 2012)
Tabela 3	Amostragem WVS - Brasil (2018)
Tabela 4	Importância da Família
Tabela 5	Importância dos Amigos
Tabela 6	Confiança Interpessoal
Tabela 7	Importância da Política
Tabela 8	Confiança Política-Pratidária
Tabela 9	Principais Problemas Sociais
Tabela 10	Confiança no Congresso
Tabela 11	Confiança na Justiça
Tabela 12	Confiança na Justiça Eleitoral
Tabela 13	Apoio à Democracia
Tabela 14	Prefeitos Recentes
Tabela 15	Eleitorado Carioca por Faixa Etária
Tabela 16	Eleitorado Carioca por Grau de Instrução
Tabela 17	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
Tabela 18	Eleições 2020 – Resultados Primeiro Turno
Tabela 19	Eleições 2020 – Resultados Segundo Turno
Tabela 20	Pesquisa - Eleitorado Carioca - Índices de Confiança
Tabela 21	Pesquisa - Eleitorado Carioca - Domínios Cognitivos
Tabela 22	Pesquisa - Candidatos à Prefeitura do RJ - Confiança
Tabela 23	Pesquisa - Candidatos à Prefeitura do RJ - Estruturalismo
Tabela 24	Pesquisa - Candidatos à Prefeitura do RJ - Domínios Cognitivos
Tabela 25	Faixa Etária da Amostra (questão 2.1)
Tabela 26	Género da Amostra (questão 2.2)
Tabela 27	Religião da Amostra (questão 2.6)
Tabela 28	Cor e Escolaridade da Amostra (questões 2.4 e 2.8)
Tabela 29	Classe Social e Renda Familiar da Amostra (questões 2.10 e 2.11)
Tabela 30	Escolaridade x Interesse pela Política
Tabela 31	Escolaridade x Interesse pela Política (Correlação de Pearson)
Tabela 32	Classe Social x Ideologia Política
Tabela 33	Classe Social x Ideologia Política (Correlação de Pearson)
Tabela 34	Renda Familiar x Ideologia Política

Tabela 35 Renda Familiar x Ideologia Política (Correlação de Pearson)
Tabela 36 Fontes de Informações sobre o Candidato (questão 5.5)
Tabela 37 Confiança nos Familiares (questão 3.1)
Tabela 38 Confiança nas Pessoas (questão 3.2)
Tabela 39 Confiança nos Políticos (questão 3.3)
Tabela 40 Confiança nos Partidos Políticos (questão 3.4)
Tabela 41 Confiança na Prefeitura do RJ (questão 3.5)
Tabela 42 Estatísticas Descritivas
Tabela 43 Peso das Variáveis no Comportamento do Eleitor Carioca
Tabela 44 Critérios de Qualidade
Tabela 45 Critérios de Confiabilidade
Tabela 46 Matriz de Correlação de Pearson
Tabela 47 Programa e Ideologia x Confianças
Tabela 48 Programa de Governo x Confianças
Tabela 49 Ideologia Política x Confianças
Tabela 50 Categorias, Subcategorias e Indicadores
Tabela 51 Domínios Cognitivos
Tabela 52 Estimativas dos coeficientes de caminho e sua significância através do método bootstrapping
Tabela 53 Intervalo de confiança para os coeficientes gerados através do método bootstrapping
Tabela 54 Cross-Loadings das variáveis observadas em cada variável latente
Tabela 55 Matriz de correlação– parte 1
Tabela 56 Matriz de correlação – parte 2

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Evolução do Interesse pela Política
Gráfico 2 Evolução das Pesquisas Eleitorais

Lista de Acrónimos

AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise de Discurso
AIB	Ação Integrativa Brasileira
AI-1	Ato Institucional Número 1
AI-5	Ato Institucional Número 5
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARS	Análise de Redes Sociais
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Económico
BNH	Banco Nacional da Habitação
CES	Censo Escolar – Sinopse
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Datafolha	Instituto de Pesquisas do Jornal Folha de São Paulo
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GINI	Índice de Desigualdade Social
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
FC	Financiamento Coletivo
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
ICS	Índice de Confiança Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município do Rio de Janeiro
IEA	Instituto de Estudos Avançados
INAF	Índice de Analfabetismo Funcional
IPC	Índice de Perceção da Corrupção
IPES	Instituto de Pesquisase Estudos Sociais
IPP	Instituto Pereira Passos
IPS	Índice de Progressão Social
IRPF	Imposto de Renda de Pessoa Física

MIT	*Massachusetts* Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)
MR-8	Movimento Revolucionário 8
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Comitê de Oxford de Combate a Fome
PIB	Produto Interno Bruto
PVQ	Portrait Values Questionnaire
RA	Região Administrativa
RJ	Rio de Janeiro
RPS	Relatório de Progresso Social
RTR	Relatório sobre Trabalho e Rendimento
SNI	Serviço Nacional de Informação
SVS	Schwartz Values Survey (Pesquisa de Valores Schwartz)
TRE-RJ	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
TRI	Teoria da Resposta ao Item
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
Voxpopuli	Empresa Brasileira Especializada em Pesquisas de Opinião e de Mercado
WVS	World Values Survey (Pesquisa de Valores Mundiais)
WVSA	World Values Survey Association (Associação de Pesquisa de Valores Mundiais)
ZE	Zona Eleitoral

Partidos Políticos (1985 – 2022)

AGIR	Agir (antigo Partido Trabalhista Cristão - PTC)
AVANTE	Avante
CIDADANIA	Cidadania (antigo Partido Popular Socialista – PPS)
DC	Democracia Cristã
DEM	DEMOCRATAS
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NOVO	Partido Novo

PATRIOTA	Patriota
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDC	Partido Democrata Cristão
PODE	Podemos
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Traalhista Cristão
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
REPUBLICANOS	Republicanos
SOLIDARIEDADE	Solidariedade
UNIÃO	União Brasil
UP	Unidade Popular

Introdução

Segundo Antunes (2008), as maiores discussões sobre o comportamento do eleitor permeiam as buscas pelos motivos que levam os mesmos a alterarem as suas opções de voto entre eleições. Mas, para Linhares (2021), os fatores determinantes do voto, são: os valores que o próprio eleitor constrói ao longo da vida, suas condições socioeconómicas e os cenários mentais criados pelas informações processadas sobre os diversos candidatos.

Convergente com esse pensamento, o *marketing* político, nos últimos anos, vem envidando esforços para a compreensão do comportamento eleitoral à semalhança do comportamento do consumidor, principalmente, para a melhoria na construção das estratégias das campanhas, as quais buscam causar efeitos específicos no eleitorado, que podem se refletir na decisão do voto no candidato.

Contudo, historicamente, as análises do comportamento eleitoral, estão baseadas nos modelos: sociológico, sociopsicológico e da escolha racional, respetivamente, das escolas de Colúmbia, Michigan e Rochester. Esses modelos servem como lentes de aumento que nos permitem compreender tais comportamentos a partir de visões diferenciadas.

O modelo sociológico argumenta que contextos sociais e políticos influenciam as decisões dos eleitores, como religião, raça, cultura, economia e ideologia, segmentando a escolha de voto. Por sua vez, o modelo sociopsicológico destaca fatores que interagem na mente do eleitor, como opiniões de amigos e familiares, imagem do candidato, mídias sociais e ações governamentais, focando no comportamento individual em vez da identificação grupal. Contudo, o modelo da escolha racional preconiza que o eleitor faz uma avaliação do tipo *custo/benefício* da melhor candidatura a partir das propostas apresentadas e dos benefícios poderá ter destas, por exemplo, baseado no plano de governo. Por fim, segundo Freire (2001), as Teorias sobre as Novas Clivagens que estão associadas ao declínio da participação eleitoral convencional, a reorientação política dos partidos tradicionais e o aumento da participação política extra-eleitoral *(atualmente, mídias sociais)* vem ganhando atenção dos estudos sobre o comportamento do eleitor.

Mas, em contraste com o Comportamentalismo, o Institucionalismo enfoca as instituições como determinantes das decisões de voto. Segundo Pierson (1996), são as instituições que estabelecem as regras do jogo político, influenciando a formação de

identidades de grupo, preferências políticas e escolhas de coligações. Além disso, as instituições promovem o aumento de poder de alguns grupos em detrimento de outros. Elas também afetam a atuação do governo ao influenciar os recursos administrativos e financeiros disponíveis para intervenções políticas. Tudo isso, aliado a velocidade das comunicações, tem contribuído para o bombardeio diário de informações sobre os candidatos. Essas informações estão disponíveis na internet, em jornais, televisão e rádio, tornando a assimilação cognitiva de todas elas bastante desafiadora. Nos últimos anos, em diversas partes do planeta, podemos observar uma crescente exposição midiática das pessoas, organizações e instituições públicas e privadas, muito em função dos avanços tecnológicos que, por seu turno, interligam e conectam cada vez mais um maior número de adeptos e usuários, democratizando o acesso às informações em diversos nichos da sociedade. Dessa maneira, os atalhos cognitivos desempenham um papel significativo nas decisões do eleitorado. Por exemplo, ao identificarmos o apoio de um determinado grupo social a um candidato, tendemos a acreditar que ele está alinhado com nossos interesses. Além disso, os estereótipos pessoais e sociais também influenciam nossas percepções, permitindo que tiremos conclusões rápidas com base em características como raça, gênero, idade, capital cultural e carisma do candidato. Esses atalhos nos fornecem informações imediatas que moldam nossas interpretações e escolhas eleitorais.

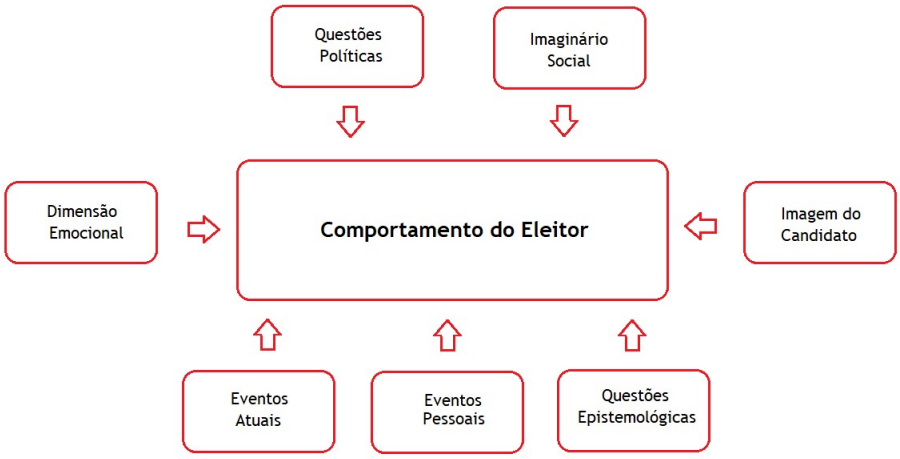
É evidente que o índice de corrupção percebida tem crescido nos últimos anos e que os últimos acontecimentos envolvendo a classe política brasileira e carioca são fortes influências no comportamento dos seus eleitores. Contudo, cabe ressaltar, mais uma vez, que o voto no Brasil é obrigatório. Em paralelo a todos estes acontecimentos, a celeridade do compartilhamento dessas informações e as atuais políticas de transparência dos dados também colaboram para a dissiminação dos valores entre os vários nichos, a construção da (des)confiança, e, consequentemente, dos posicionamentos e comportamentos, quase que imediatos.

De acordo com dados da We Are Social, uma das principais agências de mídia social, em 2020, a internet se destacou como a principal fonte de acesso a notícias em nível global, sendo responsável por 82% do total de notícias acessadas. Esse número ultrapassou os acessos por meio de televisões convencionais e por assinatura, que representaram 70%, e os veículos de comunicação tradicionais, como jornais e rádios, que registraram 32%. No contexto específico do Brasil, a pesquisa da We Are Social revelou que aproximadamente 150,4 milhões de brasileiros estavam presentes nas redes sociais em 2020, o que corresponde a 71% da população do país. Além disso, cerca de 130 milhões

desses usuários acessaram as redes sociais por meio de dispositivos móveis, o que representa 62% do total, demonstrando uma preferência pelo acesso por meio de smartphones e tablets. Em relação ao engajamento, 81% dos brasileiros eram ativos nas plataformas sociais. Em média, os usuários brasileiros dedicavam cerca de três horas e 34 minutos diários às redes sociais. Em termos demográficos, a faixa etária mais representada era de 25 a 34 anos, seguida pelo grupo de 18 a 24 anos. As faixas etárias de 35 a 44 anos e acima de 65 anos apresentaram menor presença nas redes sociais.

No entanto, nosso estudo abordará essas diferentes perspectivas e, para tal, adotamos o modelo de análise do comportamento do eleitor proposto por Newman e Sheth (1985). Os autores propuseram um modelo de previsão de comportamento do eleitor em eleições primárias nos Estados Unidos, que combinou conceitos da ciência política e do comportamento do consumidor. Eles identificaram sete domínios cognitivos que influenciam a decisão de voto: questões políticas, imaginário social, imagem do candidato, questões epistemológicas, eventos pessoais, eventos atuais e dimensão emocional. Esses domínios representam diferentes aspectos que os eleitores consideram ao tomar sua decisão de voto, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Modelo de Comportamento Eleitoral proposto por Newman e Sheth (1985)



Fonte: Newman e Sheth (1985)
Elaborado pelo Autor

De acordo com Newman e Sheth (1985), os sete domínios cognitivos propostos por eles são independentes entre si e igualmente importantes na análise do comportamento do eleitor. Eles abordam diferentes aspectos que influenciam a decisão de voto.

O primeiro domínio é o das Questões Políticas, que envolve considerações sobre o valor percebido de um candidato nas áreas de política económica, política externa, características de liderança e política social. Essas questões políticas propostas pelo candidato em seu plano de governo são avaliadas pelos eleitores. O segundo domínio é o do Imaginário Social, que se refere aos estereótipos associados aos candidatos com base em sua conexão com diferentes segmentos da sociedade. Isso inclui características demográficas (idade, gênero e religião), socioeconómicas (renda e ocupação), culturais (etnia e estilo de vida) e políticas ou ideológicas. Os eleitores tendem a votar em candidatos associados aos mesmos segmentos sociais aos quais eles se identificam. O terceiro domínio é a Imagem do Candidato, que considera os traços de personalidade percebidos pelos eleitores. Isso inclui características como confiança, integridade e carisma, que desempenham um papel importante na decisão de voto. O quarto domínio são as Questões Epistemológicas, que dizem respeito à satisfação da curiosidade do eleitor em relação ao conhecimento do candidato ou ao seu posicionamento em questões específicas, como saúde, educação, segurança, transporte, entre outros. O quinto domínio são os Eventos Pessoais, que se referem a situações da vida pessoal do candidato que podem influenciar a decisão do eleitor. Esses eventos podem levar o eleitor a mudar seu voto para outro candidato. O sexto domínio são os Eventos Atuais, que abrangem assuntos e situações nacionais e internacionais discutidos durante uma campanha eleitoral. Esses eventos podem ser relevantes o suficiente para influenciar o comportamento do eleitor na escolha do candidato. Por fim, o sétimo domínio é a Dimensão Emocional, que envolve os sentimentos afetivos despertados pelo candidato, como esperança, responsabilidade e patriotismo. Esses aspectos emocionais podem ter um impacto significativo na decisão de voto dos eleitores, independentemente das características do candidato.

Esses domínios cognitivos propostos por Newman e Sheth (1985) fornecem uma estrutura teórica abrangente para entender o comportamento do eleitor e são utilizados nesta pesquisa como base para análise. Contudo, adicionamos questões relativas a confiança nos familiares, pessoas em geral, políticos, partidos políticos e à prefeitura do Rio de janeiro, com o objetivo geral de analisar as influências dos índices de confiança do eleitor carioca nas eleições primárias municipais de 2020, e, como objetivos específicos, identificar, entre os sete domínios cognitivos, os que mais influenciaram a decisão do voto do eleitor. De forma complementar, pretendemos compreender as influências de contexto na perceção dos candidatos em 2020.

Neste sentido, pretendemos recolher dados, por meio de um inquérito disponilizado *on-line* aos eleitores em geral *(Anexo 1)* e um guião de entrevistas *(Anexo 2)*, realizadas a candidatos à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, em 2020, elaborados pelo autor, inspirados no Modelo de Newman e Sheth (1985).

Optamos pela recolha de dados em datas posteriores às eleições para podermos avaliar as influências das pesquisas eleitorais registadas e divulgadas pelos principais institutos sobre o eleitorado carioca.

A *Tabela 1* apresenta as cinco hipóteses iniciais do estudo sobre as influências no comportamento eleitoral dos cariocas.

Tabela 1 – Cinco Hipóteses propostas para o Estudo

Hipótese	Descrição
H1	Os índices de confiança nos familiares influenciam o Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985)
H2	Os índices de confiança nas pessoas influenciam o Modelo proposto por Newman e Sheth (1985)
H3	Os índices de confiança nos políticos influenciam o Modelo proposto por Newman e Sheth (1985)
H4	Os índices de confiança nos partidos políticos influenciam o Modelo proposto por Newman e Sheth (1985)
H5	Os índices de confiança na Prefeitura do RJ influeniam o Modelo proposto por Newman e Sheth (1985)

Elaborado pelo Autor

Para uma melhor compreensão da organização e estruturação da presente investigação, dispomos na primeira parte, *Capítulo 1 – Valores Sociais*, os principais suportes da literatura e a trabalhos científicos recentes sobre o tema, procurando relacionar as principais teorias sobre os valores motivacionais (Schwartz), materialistas e pós-materialistas (Inglehart) com os resultados obtidos nas últimas ondas do *World Values Survey*[1] (WVS) e pelo Latinobarómetro. No *Capítulo 2 – Confiança*, detalhamos o declínio da confiança da população brasileira na última década, nos familiares, nas pessoas em geral, nos políticos, partidos políticos e instituições públicas, apurados e divulgados pelos mesmos *surveys* citados anteriormente. Procuramos ainda, correlacionar este declínio com o fraco desempenho económico, corrupção percebida e uso instrumental das instituições políticas. Em seguida, no *Capítulo 3 – Teorias da Decisão do Voto,* discorremos sobre as principais teorias da decisão do voto sob a ótica das abordagens comportamentalista e institucionalista e suas aproximações com a cultura política brasileira.

Na segunda parte do trabalho, o *Capítulo 4 – Influências Coloniais, Imperiais e Republicanas*, destacamos no período colonial o *mix* de portugueses abastados, ameríndios pré-descobrimento e exilados que deram origem a primeira vila brasileira (1532), São Vicente, considerada a precursora da organização social e administrativa do Brasil, servindo de modelo para o sistema de capitanias hereditárias que, segundo Mattos (2012), dividiu todo o território brasileiro em 15 capitanias, sendo que, este princípio latifundiário foi fator determinante das desigualdades sociais evidenciadas até hoje. Durante o período do Império no Brasil, houve à instituição do Poder Moderador, centralizando o poder nas mãos do imperador. Com a abdicação do imperador em favor de seu filho, Dom Pedro II, foi estabelecida a monarquia parlamentarista. No entanto, enfrentando oposição da Igreja, dos militares e da elite rural, a monarquia foi derrubada e a República foi instaurada por meio de um golpe militar. Esse momento marcou uma transição política importante na história brasileira. Entretanto, o período republicano brasileiro é marcado pelo mandonismo, coronelismo e clientelismo da República Velha, centralização do poder, política trabalhista e propaganda política da Era Vargas, a transição para a democracia, da República Populista, período embrionário do multipartidarismo, ditadura militar, período de governo por decretos e atos institucionais, considerado repressivo até a transição para o conturbado período de redemocratização (1985-hoje), com uma das maiores fragmentações partidárias mundiais. Já no *Capítulo 5 – O Município do Rio de Janeiro*, apresentamos à luz das influências acima abordadas, a caracterização da população carioca, uma síntese da legislação eleitoral que propicia a migração partidária e a representação política no Município do Rio de Janeiro, marcada por velhos atores em novos palcos.

Na terceira parte, no *Capítulo 6 – Abordagem Metodológica*, apresentamos e justificamos as nossas opções metodológicas, dando conta do tipo de metodologia adoptada e das técnicas de recolha de dados que foram utilizadas no estudo. E, no Capítulo 7 – Tratamento e Análise de Dados, apresentamos os dados quantificados e estratificados do eleitorado carioca, assim como, dos dados recolhidos através do inquérito disponibilizado *on-line* aos eleitores em geral, durante o ano de 2021. Apresenta-se também a análise dos dados recolhidos por meio da realização de uma entrevista estruturada realizada a candidatos à Prefeitura do Município do RJ em 2020, as quais decorreram durante o ano de 2022.

Por fim, apresentamos as principais conclusões, limitações e futuras sugestões sobre o estudo, assim como, todas as referências bibliográficas que nos suportaram teoricamente para a sua elaboração, além dos anexos referenciados no texto.

PARTE 1
FATORES DETERMINANTES DO VOTO

Capítulo 1 – Valores Sociais

Diversos estudiosos têm se dedicado, ao longo do tempo, a compreender o conceito de valores como crenças que orientam os indivíduos e influenciam suas ações, ideologias e a maneira como se comparam aos demais (ROKEACH, 1973). A concepção dos valores humanos foi estabelecida com base em cinco suposições propostas por Rokeach (1973): primeiro, que o número total de valores que as pessoas possuem é relativamente reduzido; segundo, que todos os seres humanos compartilham, em diferentes graus, os mesmos valores; terceiro, que os valores são organizados em sistemas; quarto, que os antecedentes dos valores humanos podem ser buscados na cultura, sociedade, instituições sociais e personalidade; e quinto, que as implicações dos valores humanos podem se manifestar em praticamente todos os fenômenos considerados importantes para a investigação e compreensão do comportamento humano.

Essa exploração dos valores no contexto social tem se destacado nos campos da Antropologia, Filosofia, Sociologia e Psicologia Social, refletindo os esforços dos pesquisadores em oferecer esclarecimentos sobre o tema por meio de análises estruturais (BILSKY; SCHWARTZ, 1994; BILSKY, 2009). Notavelmente, a produção científica sobre valores tem crescido significativamente, especialmente a partir da década de 1990, com estudos abordando os níveis individuais e nacionais, reconhecendo o papel central dos valores humanos na compreensão das culturas e possibilitando análises e compreensões mais abrangentes sobre indivíduos, grupos e instituições (KNAFO; ROCCAS; SAGIV, 2011). A aplicação da estrutura de valores na pesquisa científica permite diversas abordagens: conhecer os impactos dos valores nas atitudes e comportamentos, compreender os efeitos de variáveis socioestruturais (económicas, étnicas, familiares, políticas e religiosas) sobre os valores e comparar valores, considerando sua importância e estabelecendo semelhanças e diferenças no domínio de valores em culturas específicas, devido às suas relações estruturais (SCHWARTZ; BILSKY, 1987).

Nesse sentido, as investigações sobre os valores em uma sociedade desempenham um papel importante na previsão de atitudes e comportamentos, abrindo caminho para pesquisas variadas nas Ciências Sociais, como comportamento do consumidor, satisfação no trabalho, comprometimento organizacional, ética, religiosidade, traços de personalidade, entre outras áreas de estudo (TORRES; SCHWARTZ; NASCIMENTO, 2016). Essa abordagem possibilita uma compreensão mais profunda e abrangente da dinâmica social e individual, enriquecendo o conhecimento sobre os valores que

fundamentam as ações e interações humanas. A partir do embasamento empírico do *World Values Survey* (WVS), Inglehart e Wezel (2005) exploram as principais teorias sociais clássicas e suas consequências no processo de modernização. Ratificando seus posicionamentos, eles elucidam como o desenvolvimento económico e à expansão da comunicação afetam os valores individuais, impactando o apoio à democracia e a participação política. Em paralelo, Scarbrough e Van Deth (1995) destacam as relações entre as "novas" orientações de valor e as mudanças nos níveis de preocupação e envolvimento político. Discutindo o conceito de "interesse pela política" e apresentando dados empíricos, evidenciam a relevância do pós-materialismo como um preditor de envolvimento político. No entanto, ressaltam que os pós-materialistas constituem uma minoria vocal e atuante, embora sua influência sobre o governo possa ser considerada modesta.

Contudo, é importante observar que o conjunto de estudos sobre os valores é marcado por contradições devido à diversidade de abordagens teóricas que orientam as pesquisas (TORRES et al., 2001).

Nesse sentido, destacam-se várias teorias sobre os valores, incluindo as abordagens dos valores motivacionais propostas por Schwartz (1992) e as distinções entre valores materialistas e pós-materialistas apresentadas por Inglehart (1977). Cada uma dessas perspectivas oferece contribuições relevantes para a compreensão da influência dos valores na sociedade contemporânea.

1.1 - Valores Motivacionais

Schwartz (1994) promoveu uma abordagem estrutural dos valores humanos ao redefini-los como metas transsituacionais almejadas, que orientam a vida do indivíduo ou entidade social. Segundo sua concepção, os valores são adquiridos através da socialização em grupos ou da aprendizagem individual, motivando ações e servindo como critérios para sua avaliação e fundamentação. Esses valores são respostas a três requisitos universais: necessidades biológicas, interação social estável e sobrevivência dos grupos. Em seu estudo com amostras de vinte países, Schwartz (1992) identificou dez tipos de valores motivacionais: poder, realização, hedonismo, autodeterminação, estimulação, benevolência, universalismo, conformidade, tradição e segurança. A estrutura dos valores motivacionais é o ponto central de seu estudo, evidenciando a relação dinâmica entre eles, baseada em similaridades e incompatibilidades, o que permite agrupá-los em quatro categorias distintas: abertura a mudança, autotranscendência, autopromoção e conservação. A Tabela 2 apresenta as noções

propostas por Schwartz (1994, 2012) para uma melhor compreensão da estrutura e relação entre os valores motivacionais. Essa estrutura revela a diversidade e complexidade dos valores humanos, contribuindo significativamente para o entendimento do comportamento individual e social.

Tabela 2 – Os Dez Valores Motivacionais de Schwartz (1994, 2012): Explorando as Motivações Humanas

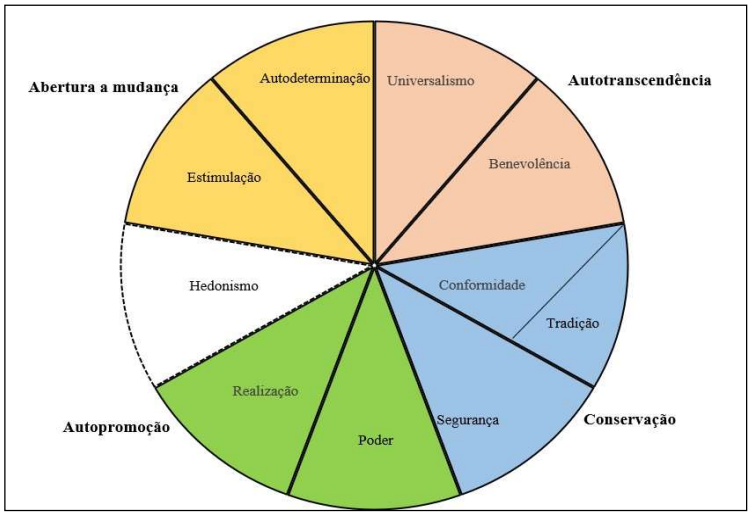
Categoria	Valor	Objetivo
Autopromoção	Poder	O status social, o prestígio e o controle sobre pessoas e recursos são elementos fundamentais no estudo das interações sociais e das dinâmicas de poder em uma sociedade.
	Realização	Alcançar sucesso pessoal através da demonstração de competências seguindo os padrões sociais estabelecidos é um objetivo amplamente perseguido na sociedade.
Autopromoção e Abertura à mudança	Hedonismo	Alcançar prazer e senso de gratificação para si mesmo é um aspecto fundamental da busca pelo bem-estar e autorrealização pessoal.
Abertura à mudança	Autodeterminação	A independência de pensamento e ação são aspectos fundamentais do desenvolvimento pessoal e da busca por uma vida autêntica e realizadora.
	Estimulação	Emoção, novidades e desafios de vida são elementos essenciais que enriquecem a experiência humana e contribuem para o desenvolvimento pessoal e bem-estar.
Autotranscedência	Benevolência	Preservação e fortalecimento do bem-estar das pessoas com quem se mantêm contato pessoal frequente.
	Universalismo	Compreensão, apreciação, tolerância e proteção para o bem-estar para pessoas e natureza.
Conservação	Conformidade	Restrição de ações, inclinações e impulsos que podem prejudicar, violar as expectativas de outrem ou normas sociais.
	Tradição	Respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias promovidos pela cultura ou pela religião são elementos fundamentais na construção da identidade e coesão social.
	Segurança	Segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, de relacionamentos e de si mesmo.

Fonte: Adaptado de Schwartz (1994, 2012)

Elaborado pelo Autor

A Figura 2 ilustra o modelo de relações entre as prioridades de valores propostos no sistema de valores motivacionais de Schwartz (1994). Essa figura representa um continuum motivacional que evidencia as compatibilidades e conflitos entre os diferentes valores.

Figura 2 - Relações entre os Dez Tipos de Valores Motivacionais



Fonte: Adaptado de Schwartz (1994)

De acordo com as pesquisas de Schwartz (1994), é possível esclarecer que a proximidade entre dois tipos motivacionais indica uma maior semelhança entre suas motivações, enquanto o afastamento sugere motivações mais divergentes. A configuração dos valores em uma estrutura motivacional circular permite a associação dos valores motivacionais com diversas variáveis, como comportamento, atitude, idade e gênero, de forma integrada (SCHWARTZ, 2012). Os valores são organizados em duas dimensões opostas, onde uma dimensão reflete o conflito entre a busca por mudanças (autodeterminação e estimulação) e a preservação de práticas tradicionais e estabilidade (tradição, conformidade e segurança). A segunda dimensão contrapõe a busca por sucesso e controle sobre os outros (realização e poder) com a valorização da aceitação do outro como igual e a responsabilidade pelo bem-estar de terceiros (universalismo e benevolência). Nessa segunda dimensão, o hedonismo integra os tipos motivacionais de autopromoção e abertura à mudança (SCHWARTZ, 2005a). As relações entre os valores e o comportamento humano formam um contínuo circular motivacional, no qual os valores são compatíveis quando o comportamento revela metas de um par de valores. Por outro lado, há um conflito entre valores quando o comportamento apresenta efeitos opostos para o par de valores em questão (TORRES, SCHWARTZ; NASCIMENTO, 2016). Para medir os valores humanos, podem ser utilizados dois instrumentos propostos por Schwartz e sua equipe de pesquisa: o Schwartz Values Survey (SVS) e o Portrait Values Questionnaire (PVQ) (SCHWARTZ et al., 2001). Esses instrumentos auxiliam na compreensão dos valores motivacionais, suas relações e influências em diferentes aspectos do comportamento e da vida social.

O questionário SVS permite que os indivíduos expressem a importância de cada valor como princípio orientador de suas vidas em uma escala de nove pontos, proporcionando uma análise do modo como percebem esses valores (SCHWARTZ, 2005a; TAMAYO; PORTO, 2009). Por outro lado, o questionário PVQ não retrata diretamente os valores, mas refere-se aos objetivos e anseios que sugerem um tipo motivacional (SCHWARTZ, 2005b). Os valores dos sujeitos são identificados por meio de comparação com outras pessoas e avaliados de maneira indireta, em uma escala de seis pontos que varia de "nada se parece comigo" (valor 1) a "se parece muito comigo" (valor 6) (SCHWARTZ, 2005b; CAMPOS; PORTO, 2010).

O PVQ foi inicialmente validado em amostras representativas da África do Sul (n=3.210), Itália (n=5.867) e adolescentes de Uganda (n=840), confirmando os 10 tipos motivacionais propostos no modelo (Schwartz & cols., 2001). A versão atual do PVQ, com 40 itens, foi validada em 14 amostras de sete países diferentes, corroborando a teoria de que cada tipo motivacional de valor forma uma região específica ou conjunta com um tipo motivacional adjacente (SCHWARTZ, 2005a). No Brasil, Pasquali e Alves (2004) realizaram a validação do PVQ em uma amostra de 4.000 usuários de telefonia móvel. Os resultados apontaram para a validade de constructo do questionário, especialmente em consumidores, ratificando a estrutura de valores de Schwartz. As conclusões destacaram que Pacifismo, Tradicionalismo, Dominação e Dinamismo Hedônico representam os valores originalmente a serviço dessas dimensões.

Contudo, observou-se fraca representatividade do valor autodeterminação. Além disso, Pacifismo e Tradicionalismo, originalmente definidos como autotranscendência e conservação, compuseram o 1º fator de segunda ordem denominado Paz e Respeito. Da mesma forma, Dominação e Dinamismo Hedônico, que originalmente formam as áreas de abertura à mudança e autopromoção, agregaram-se no 2º fator de segunda ordem, chamado de Autopromoção. Essa validação proporcionou um instrumento confiável para a análise da estrutura de valores dos sujeitos e sua aplicação no mercado. Entretanto, a amostra selecionada em relação ao nosso estudo, não mantém uma proporcionalidade de renda, sexo e faixa etária com o eleitorado carioca.

1.2 - Valores Materialistas e Pós-Materialistas

Após a publicação do livro "The Silent Revolution" (1970), Ronald Inglehart iniciou uma extensa pesquisa que se tornou um dos mais profundos estudos nas Ciências Sociais sobre os valores humanos e suas mudanças ao longo do tempo. Em 1990, Inglehart formulou a hipótese da escassez, inspirada nas ideias de Maslow (1954), e a combinou

com a hipótese da socialização para explicar o processo de mudança de valores. De acordo com ele, a hipótese da escassez não é suficiente por si só para explicar essa transformação, uma vez que mudanças nas condições de vida das pessoas não resultam em alterações imediatas nas suas prioridades de valores. Isso ocorre porque os valores e atitudes adquiridos durante as primeiras décadas de socialização se consolidam nos anos impressionáveis (VISSER; KROSNICK, 1998) e tendem a permanecer arraigados ao longo da vida. Os anos impressionáveis representam um período de grande maleabilidade, que se estende até o início da idade adulta, quando são incorporados sistemas de crenças, valores e atitudes (SEARS, 1975).

Assim, Inglehart argumenta que indivíduos socializados em ambientes de escassez material tendem a internalizar valores voltados para questões materiais. A mudança nessas condições não provoca alterações imediatas nas prioridades de valores, pois, ao final dos anos impressionáveis, os valores materialistas já estão profundamente enraizados. Já a geração subsequente, criada em ambientes de abundância, tende a dar menos ênfase a questões materiais e pode direcionar suas prioridades para outras áreas, não diretamente relacionadas à sobrevivência imediata. Em resumo, sociedades que enfrentam problemas sociais básicos, como instabilidade económica, priorizam valores materialistas, enquanto aquelas que superam essas dificuldades tendem a valorizar metas pós-materialistas.

Inglehart (1991) propôs um instrumento para avaliar a hipótese, medindo os valores materialistas e pós-materialistas. Os indicadores materialistas abordavam a importância da segurança física e económica, enquanto os indicadores pós-materialistas abordavam a importância da realização profissional, política e bem-estar individual. Estudos sobre o tema têm afirmado que, apesar das diferenças culturais entre as nações estudadas, essa mudança de valores ocorreu principalmente devido ao desenvolvimento económico experimentado a partir da segunda metade do século XX, especialmente nas sociedades industriais avançadas (INGLEHART, 1977; 1988; INGLEHART; WELZEL, 2005). Esse fenômeno cultural teve implicações em diversos campos, desde a organização do trabalho até as relações de gênero, o comportamento sexual e a religiosidade. Na dimensão política, essa mudança de valores teve um efeito positivo sobre os processos de democratização, pois estava relacionada à adoção de valores e atitudes congruentes com esse sistema de governo (INGLEHART; WELZEL, 2005). Apesar de parecer paradoxal à primeira vista, essa mudança de valores também se refletiu em uma atitude crítica em relação ao funcionamento das instituições políticas, questionando os

mecanismos tradicionais de representação (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART; WELZEL, 2005).

Como resultado dessa atitude crítica, houve uma redução significativa nas taxas de mobilização política convencional nas sociedades industriais avançadas ao longo das últimas décadas. Segundo Augusto (2008), diversos autores apontam que a transição na ação política é especialmente evidente entre os jovens, os quais se engajam em domínios não institucionais e adotam novas agendas políticas. Essa mudança não representa tanto uma desadaptação política da juventude, mas sim uma reação ao funcionamento da democracia e à perda de confiança nas elites políticas. Esse processo está associado a três dimensões fundamentais. Primeiramente, a dimensão da desinstitucionalização leva ao afastamento, principalmente, dos partidos políticos. Em seguida, a dimensão da relação com as elites implica em abandonar o tipo de ação política conduzida pelas elites (WATTS, 1990). Isso decorre tanto da desinstitucionalização quanto do aumento das habilidades políticas das gerações mais jovens. Por fim, temos a dimensão da privatização, que resulta numa crescente busca por lógicas e agendas de ação política mais centradas na experiência cotidiana, menos dependentes das agendas e modelos institucionais. Vale ressaltar que esse cenário não indica uma apatia por parte das populações das nações industrialmente avançadas. Ao mesmo tempo que ocorre uma redução na participação política tradicional, também se observa um aumento nas chamadas "ações políticas direcionadas pela elite", ou seja, nas atividades de contestação às instituições e elites estabelecidas (NORRIS, 2002; INGLEHART; WELZEL, 2005).

Em uma perspectiva global, os valores pós-materialistas estão fortemente relacionados às ações políticas não convencionais, como manifestações, boicotes e ocupações, bem como ao interesse geral pela política. Conforme superam as preocupações básicas de sobrevivência material e económica, os indivíduos passam a se dedicar cada vez mais a questões relacionadas à autoexpressão, o que culmina em uma maior intervenção cidadã na política (INGLEHART, 2001, p. 221). Esse desejo de participação ativa e direta nos assuntos públicos acompanha, portanto, a mudança para uma mentalidade pós-materialista. Ao longo de quase meio século de pesquisas empíricas e teóricas, a tese da transição gradual de um amplo espectro de valores humanos em direção a uma postura pós-materialista tem sido corroborada por evidências cada vez mais sólidas.

Neste sentido, a *World Values Survey Association (WVSA)* é uma organização internacional não governamental de pesquisa social que contribui para uma melhor compreensão das mudanças globais em valores, normas e crenças das pessoas por meio

de pesquisas nacionais representativas comparativas em todo o mundo, reconhecidas como *World Values Survey (WVS)*.

A World Values Survey (www.worldvaluessurvey.org) é uma rede internacional de cientistas sociais que se dedica ao estudo de valores em constante mudança e seu impacto na vida social e política. A equipe é composta por acadêmicos de diversas partes do mundo, e a iniciativa é coordenada pela Associação WVS e pelo Secretariado WVSA, com sede em Viena, Áustria. Seu objetivo principal é realizar pesquisas abrangentes e coletar dados sobre os valores e atitudes das pessoas em diferentes países, proporcionando uma compreensão mais profunda das mudanças culturais e sociais que ocorrem globalmente. Através desses esforços, a World Values Survey desempenha um papel crucial no avanço do conhecimento sobre os padrões de valores humanos e seu impacto nas sociedades contemporâneas. Estes estudos idealizados em 1981 são realizados em ondas temporais, e, nos últimos anos firmou-se como uma das pesquisas transnacionais mais utilizadas mundialmente. Atualmente, inclui entrevistas com, aproximadamente, 400.000 pessoas de diversas nacionalidades, abrangendo toda a gama de variações globais. Ao longo do tempo, a World Values Survey (WVS) tem se dedicado à evidenciar à importância das crenças das pessoas no desenvolvimento económico e na consolidação das instituições democráticas nas sociedades com governança eficaz.

Nesse contexto, os cientistas políticos Ronald Inglehart e Christian Welzel identificaram duas dimensões cruciais de variação cultural em âmbito global. A primeira dimensão destaca à oposição entre valores tradicionais e valores seculares-racionais. Os valores tradicionais enfatizam a relevância da religião, dos laços familiares patriarcais e da deferência à autoridade, sendo caracterizados por uma postura conservadora em relação aos valores familiares. Pessoas que adotam esses valores costumam rejeitar práticas como divórcio, aborto, eutanásia e suicídio, e suas sociedades têm alto orgulho nacional e uma perspectiva nacionalista. Já os valores seculares-racionais têm preferências opostas, com menor ênfase na religião, nos valores familiares tradicionais e na autoridade, assim, o divórcio, o aborto, a eutanásia e o suicídio são percebidos como mais aceitáveis. A segunda dimensão abrange os valores de sobrevivência e os valores de autoexpressão. Os valores de sobrevivência priorizam a segurança económica e física e tendem a estar relacionados a uma perspectiva mais etnocêntrica, acompanhada de baixos níveis de confiança e tolerância. Em contrapartida, os valores de autoexpressão atribuem grande importância à proteção ambiental, à crescente tolerância em relação a estrangeiros, gays e lésbicas, à igualdade de género e à crescente busca por participação na tomada de decisões tanto na vida económica como política.

Essas dimensões culturais desempenham papéis fundamentais no comportamento e nas atitudes das pessoas em diferentes sociedades, influenciando escolhas individuais e coletivas e moldando a evolução das nações ao longo do tempo. A World Values Survey continua a realizar um trabalho relevante para compreender a dinâmica desses valores ao redor do mundo e o impacto que exercem nas sociedades contemporâneas.

Neste sentido, a 7ª onda (2017-2020) que contemplou o Brasil em 2018, teve uma amostra selecionada (n=1762) abrangendo 836 homens e 926 mulheres, observando as proporcionalidades populacionais das regiões, estados e municípios brasileiros, em conformidade com o demonstrado na *Tabela 3*.

Tabela 3 - Amostragem WVS - Brasil (2018)

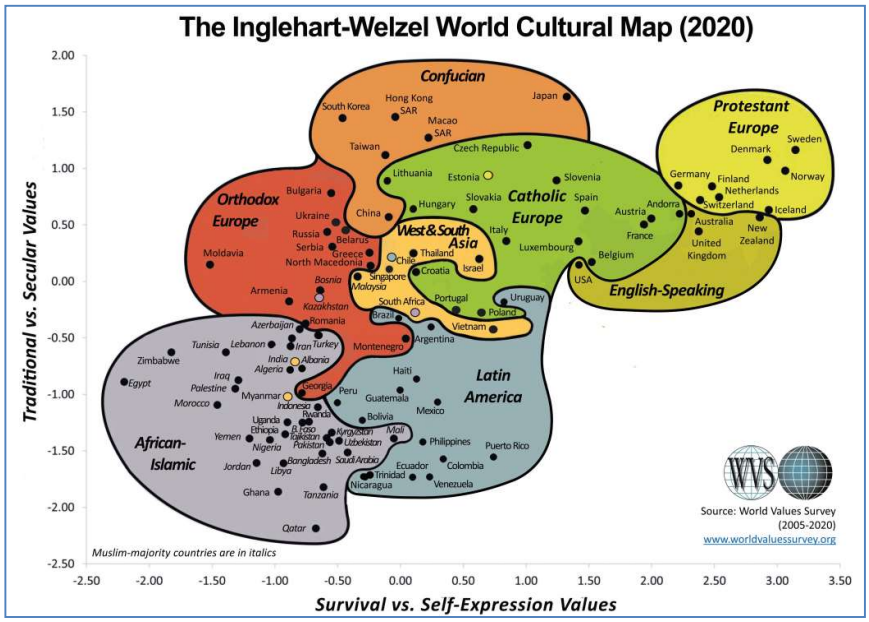
Totais				Sexo		Idade		
Local	População	(N)	%	Masculino	Feminino	Até 29	30-49	50 ou +
Brasil	211.755.692	1762	100	836	926	486	664	612
Rio de Janeiro	17.366.189	174	9,9	84	91	46	70	58

Fonte: IBGE (2020) e WVS (2020)

Elaborado pelo Autor

A Figura 3 apresenta o mapa cultural global que posiciona diversas sociedades de acordo com as duas dimensões mencionadas anteriormente. Nesse contexto, deslocar-se para cima no mapa representa a transição dos valores tradicionais para os seculares-racionais, enquanto deslocar-se para a direita indica a transição dos valores de sobrevivência para os valores de autoexpressão. Através dessa representação visual, é possível observar como diferentes sociedades têm evoluído e se situado em relação a essas dimensões culturais, demonstrando as mudanças e transformações de valores ao redor do mundo. Esse mapeamento cultural é uma ferramenta valiosa para entender as tendências globais e a dinâmica das sociedades em relação aos seus valores fundamentais.

Figura 3 - Mapa Cultural – WVS (2005-2020)



Fonte: WVS (2020)

Elaborado pelo Autor

Podemos observar que a sociedade brasileira foi caracterizada no período de análise com valores tradicionalistas e numa transição de sobrevivência para auto-expressão, sugerindo assim, que a decisão do voto do eleitorado brasileiro e carioca sofrem estas influências. Assim, segundo as caracterizações do WVS, partidos ou candidatos que valorizem a família e a religião e tenham em sua agenda propostas para estabilidade económica e segurança pública tendem a uma maior probabilidade de angariar a simpatia do eleitor. Entretanto, posicionamentos favoráveis às questões ambientais, de igualdade de género e inclusão social surgem como prioritários para uma grande parte da sociedade brasileira.

Capítulo 2 – Confiança

O objetivo de analisar a confiança e a cultura política dos cidadãos brasileiros, e especialmente dos cariocas, faz parte de uma discussão mais ampla sobre o papel da confiança na sociedade. A compreensão desses aspectos é fundamental para entender a dinâmica social e política, bem como os mecanismos que influenciam a cooperação, o engajamento cívico e o funcionamento das instituições. Ao estudar a confiança e a cultura política em um contexto específico, como o Brasil e o Rio de Janeiro, busca-se obter insights sobre as percepções dos cidadãos em relação ao governo, às instituições e aos outros membros da sociedade. Esses estudos fornecem informações importantes para o aprimoramento das políticas públicas, a consolidação da democracia e a promoção do bem-estar social. Além disso, a análise da confiança e da cultura política pode revelar padrões e tendências que têm implicações significativas para a estabilidade e o desenvolvimento do país, contribuindo para uma sociedade mais participativa, justa e resiliente. Segundo Almond & Verba (1963), um alto grau de confiança é um componente central de uma sociedade democrática, onde os cidadãos são ativos em processos políticos.

Este capítulo tem como objetivo central examinar o papel crucial desempenhado pela confiança na sociedade, uma temática que ganhou renovado interesse a partir das pesquisas conduzidas por renomados estudiosos, como Robert Putnam (1996) e Ronald Inglehart (1988). Putnam enfatizou a importância tanto da confiança interpessoal quanto do capital social como fundamentos essenciais para o êxito do sistema democrático. Suas investigações evidenciaram como a confiança mútua entre os cidadãos e a coesão social são elementos vitais para a efetivação e o aprimoramento das democracias. Por sua vez, Inglehart ressaltou a relação direta entre a estabilidade da democracia e a incorporação de valores políticos e de confiança interpessoal na sociedade. Suas pesquisas abordaram a transformação dos valores culturais ao longo do tempo, revelando como as mudanças nas atitudes e percepções da sociedade podem impactar a robustez e continuidade do sistema democrático. Diversos estudos empíricos têm investigado a relação entre confiança e comportamento político, no entanto, os resultados não têm sido conclusivos. Muitas dessas pesquisas apontam apenas uma relação fraca ou até mesmo não significativa, tanto no nível individual quanto no agregado.

É importante destacar que a confiança política se diferencia da confiança interpessoal ou social. Enquanto a última se refere às expectativas de reciprocidade, indiferença ou hostilidade nas relações entre pessoas, a confiança política está relacionada ao funcionamento das regras, normas e estruturas que guiam as instituições políticas. A confiança política é fundamentada na coerência dessas instituições com suas próprias justificações normativas, ou seja, sua capacidade de atuar de acordo com as expectativas dos cidadãos. Essas perspectivas multifacetadas da confiança política têm sido objeto de debates intensos, especialmente em relação à sua capacidade de fomentar a cooperação, um recurso essencial para o Estado moderno coordenar as complexas sociedades contemporâneas. Com o processo de globalização, o Estado já não é visto como o único agente articulador dos processos políticos, sendo necessário cada vez mais apoiar-se na coordenação e cooperação social para realizar suas políticas públicas com eficácia.

Paradoxalmente, o Brasil tem enfrentado um declínio significativo da confiança em suas instituições nas últimas duas décadas. Esse fenômeno tem sido objeto de crescente interesse tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral. O fortalecimento da confiança nas instituições é uma questão crucial para o Estado brasileiro, especialmente diante dos desafios da globalização e da necessidade de coordenação social eficiente para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas bem-sucedidas. Uma cultura política híbrida é evidenciada quando os cidadãos, simultaneamente, consideram a democracia como a melhor forma de governo, mas demonstram insatisfação com o desempenho das instituições políticas. Essa assimetria leva os eleitores a escolherem candidatos com base em identificação direta, relegando as instituições formais mediadoras, ou seja, os partidos políticos (BAQUERO, 2010). Esse fenômeno é recorrente no Brasil, onde há uma grande fragmentação partidária e intensa movimentação de políticos entre os partidos a cada eleição.

Nesse contexto, o papel dos partidos políticos é crucial. Se as pessoas não confiam neles, abre-se um campo em que normas e leis funcionam precariamente, gerando desinstitucionalização da representação política. Isso fortalece práticas políticas ultrapassadas e cria uma assimetria entre as demandas da sociedade e o que os partidos efetivamente realizam (BAQUERO, 2010). A confiança dos cidadãos nas instituições políticas da democracia representativa é uma variável importante para compreender a governabilidade do sistema político, sendo um fator relevante para a estabilidade da democracia. Power e Jamison (2005) argumentam que no Brasil o desempenho democrático tem sido caracterizado por três fatores: fraco desempenho económico, corrupção e uso instrumental das instituições políticas. Esse mau exercício das

autoridades e, como resultado, o deficiente desempenho institucional geraram nos cidadãos, de acordo com esses autores, desconfiança nas instituições políticas e, ao mesmo tempo, criaram oportunidades para que segmentos autoritários se impregnassem no poder. Estudos diversos como o de Giddens (1991), Fukuyama (1996), Simmel (2004) e Zak (2012) afirmam que a confiança é uma questão fundamental nas relações políticas e económicas, o que tem despertado um crescente interesse em índices que a mensurem estatisticamente. A confiança emerge como um elemento essencial nas dinâmicas políticas e económicas da sociedade, exercendo um papel crucial nas interações entre os atores políticos e económicos.

Neste sentido, em o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), realizou um total de 2.002 entrevistas (11/07/2019 a 15/07/2019), distribuídas em 142 municípios brasileiros com pessoas de 16 ou mais anos de idade, com o objetivo de construir um Índice de Confiança Social (ICS), padronizado numa escala de 0 a 100, onde: Muita confiança (100 a 67) -> Alguma confiança; Alguma confiança (66 a 33) -> Quase nenhuma confiança; e Quase nenhuma confiança (32 a 00) -> Nenhuma confiança.

O ICS-2019 foi obtido através de uma média simples para cada instituição ou grupo social avaliados na pesquisa em que, 00 representa nenhuma confiança e 100 representa confiança absoluta, divulgados, entre outros: Corpo de Bombeiros(88); Polícia Federal (72); Igrejas (71); Forças Armadas (69); Escolas Públicas (66); Polícia (63); Meios de Comunicação (61); Ministério Público (55); Governo Federal (50); Eleições (48); Presidente da República (48); Governo Municipal (44); Justiça (43); Congresso Nacional (34) e Partidos Políticos (27). Podemos observar que as esferas de governo, parlamento, partidos políticos e a própria presidencia do país foram as instituições de menor índice de confiança entre os apurados no ano anterior ao das eleições municipais de 2020.

É neste contexto que em nosso estudo, como objetivo geral, propomos analisar as influências dos índices de confiança do eleitor carioca nas eleições primárias municipais de 2020, e, como objetivos específicos, identificar, entre os sete domínios cognitivos, os que mais influenciaram a decisão do voto do eleitor. De forma complementar, pretendemos compreender as influências de contexto na perceção dos candidatos em 2020.

2.1 – Confiança Interpessoal

A confiança entre as pessoas é um dos elementos fundamentais que permeiam os relacionamentos interpessoais e a sociabilidade. Devido à sua importância, ela é abordada por diversas disciplinas, tais como filosofia, antropologia, organização, política e sociologia. Na filosofia, a confiança é objeto de análise na compreensão da fé e da crença nas relações humanas. Na antropologia, seu estudo se volta para os contextos culturais e sociais, investigando como as práticas e valores de uma sociedade moldam essa confiança entre os indivíduos. No campo organizacional, a confiança desempenha um papel vital no funcionamento de empresas e instituições, impactando na produtividade e no comprometimento dos colaboradores. No âmbito político, a confiança é uma questão-chave para a estabilidade e legitimidade dos governos, influenciando a percepção dos cidadãos em relação aos líderes e instituições políticas. Já na sociologia, a confiança é analisada em suas diversas manifestações na sociedade, explorando como ela é construída, mantida ou abalada em diferentes contextos sociais.

Contudo, estudos recentes sobre a sociedade brasileira evidenciam a forma contraditória com que se confrontam valores e comportamentos. Se por um lado, *surveys* destacam a importância dos entes queridos e dos amigos – *WVS Wave 7 (2017-2021)*, por outro destacam o declínio da confiança nos mesmos – *Latinobarómetro (2020)*. A *Tabela 4*, a seguir, representa a importância da família aos inquiridos na sétima onda do WVS Brasil, realizado em 2018.

Tabela 4 – Importância da Família

Família	Totais (%)	Faixas Etárias					
		16-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 ou +
Muito importante	85,30	87,60	85,60	88,10	82,70	84,80	81,60
Bastante importante	13,00	10,40	12,50	11,00	16,70	12,50	15,60
Não muito importante	1,30	2,00	1,20	0,90	0,60	1,90	1,20
Nada importante	0,40	0,00	0,70	0,00	0,00	0,80	1,60
(N)	**1.762**	**316**	**355**	**320**	**304**	**242**	**223**

Fonte: Adaptado de WVS – Wave 7 (2017-2021)
Elaborado pelo Autor

Onde destacamos que 85,30% e 13,00% dos inquiridos responderam que consideram a família, respectivamente, muito importante e bastante importante. A *Tabela 5* relata a importância dos amigos aos inquiridos no mesmo *survey*.

Tabela 5 – Importância dos Amigos

Amigos	Totais (%)	Faixas Etárias					
		16-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 ou +
Muito importante	38,70	38,70	40,30	36,20	35,50	40,40	41,80
Bastante importante	46,00	44,90	46,10	50,20	46,80	43,70	42,60
Não muito importante	12,60	13,50	11,30	11,30	14,70	12,80	12,40
Nada importante	2,60	2,90	2,30	1,70	2,70	3,10	3,20
(N)	**1.762**	**316**	**355**	**320**	**304**	**242**	**223**

Fonte: Adaptado de WVS – Wave 7 (2017-2021)

Elaborado pelo Autor

Que, à semelhança da anterior, demonstra que para 38,70% dos inquiridos os amigos são muito importantes e para 46,00% bastante importantes. Em contrapartida, os resultados apresentados na *Tabela 6*, demonstram que 94,40% dos inquiridos não confiam nas pessoas.

Tabela 6 – Confiança Interpessoal

Confiança Interpessoal	(%)
A maioria das pessoas pode ser confiável	4,70
Nunca se é cuidadoso o suficiente ao lidar com os outros	94,40
Não sabem	0,90
(N)	**1.204**

Fonte: Adaptado de Latinobarómetro (2020)

Elaborado pelo Autor

A relevância da confiança interpessoal como elemento central na cultura política democrática é ressaltada por diversos autores, como Inglehart (1988), Putnam (1993) e Fukuyama (2001). Essa confiança interpessoal será abordada mais detalhadamente em um momento posterior. Além disso, esses estudiosos também reconhecem a importância da confiança interpessoal em democracias recentes, como a brasileira, que enfrenta um cenário marcado por intensas desigualdades sociais e desafios inerentes ao processo de consolidação democrática.

2.2 – Confiança Político-Partidária

Segundo os dados apurados pelo *WVS Wave 7* (2017-2021) para mais de 53% dos brasileiros a política não tem muita ou nenhuma importância nas suas vidas, conforme demonstrado na *Tabela 7*.

Tabela 7 – Importância da Política

Importância da Política	Totais (%)	Faixas Etárias					
		16-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 ou +
Muito importante	16,50	20,50	20,30	20,10	9,90	15,80	9,40
Bastante importante	27,70	31,00	27,40	29,50	27,50	23,90	25,00
Não muito importante	24,30	21,80	26,90	23,80	26,00	23,40	23,20
Nada importante	29,60	24,70	24,00	25,60	34,00	33,70	41,10
Não sabe	1,60	2,00	1,30	0,60	2,30	2,50	0,80
Não respondeu	0,30	0,00	0,00	0,30	0,30	0,80	0,40
(N)	**1.762**	**316**	**355**	**320**	**304**	**242**	**223**

Fonte: Adaptado de WVS – Wave 7 (2017-2021)
Elaborado pelo Autor

Contudo, importante ou não, apenas 12,90% dos inquiridos confiam muito ou possuem alguma confiança no sistema político-partidário brasileiro, conforme discriminado na *Tabela 8*.

Tabela 8 – Confiança Política-Partidária

Confiança Político-Partidária	Total (%)
Muita confiança	2,20
Alguma confiança	10,70
Pouca confiança	38,20
Nenhuma confiança	47,40
Não sabe	1,30
Não respondeu	0,20
(N)	**1.204**

Fonte: Adaptado de Latinobarómetro (2020)
Elaborado pelo Autor

E, à semelhança da *Tabela 6 - Confiança Interpessoal*, podemos observar que a *Tabela 8 - Confiança Político-Partidária*, totaliza 85,60% de inquiridos com pouca ou nenhuma confiança, segundo dados do Latinobarómetro (2020).

Destaca-se que, segundo Baquero (2011), os partidos políticos são as instituições intermediárias de conexão entre Estado e sociedade, fator fundamental à consolidação da democracia representativa. No entanto, o declínio da confiança nas instituições político-partidárias nos últimos anos, como demonstrado anteriormente, reflete a aversão das pessoas aos partidos políticos e o afastamento da cidadania em relação à

política. Isso resulta na perpetuação de vícios políticos tradicionais e desatualizados, prejudicando a consolidação da democracia brasileira.

2.3 – Confiança nas Instituições Públicas

Neste estudo, compartilhamos da visão de Lipset (1967) de que a legitimidade de um sistema político está intrinsecamente ligada à sua capacidade de estabelecer e manter a crença de que suas instituições públicas são os principais meios para resolver os problemas da sociedade. Além disso, reconhecemos que essa legitimidade é especialmente crucial para os regimes democráticos, conforme destacado por Inglehart (2002). A manutenção da confiança na política e nas instituições públicas é fundamental para fortalecer a democracia brasileira e evitar o agravamento de vícios políticos que possam comprometer o sistema político como um todo. Entretanto, a *Tabela 9* elenca os principais problemas sociais que as instituições públicas brasileiras não conseguem solucionar, segundo os inquiridos em 2020.

Tabela 9 – Principais Problemas Sociais

Principais Problemas	Total (%)
Saúde	27,0
Desemprego	11,0
Educação	7,6
Situação política	7,1
Economia	6,2
Corrupçao	6,1
(N)	**1.204**

Fonte: Adaptado de Latinobarómetro (2020)
Elaborado pelo Autor

Com destaque para problemas com corrupção e a situação política, é importante ressaltar que, de acordo com a Transparência Internacional em 2019,[1] o Brasil registrou o quinto recuo consecutivo no Índice de Percepção da Corrupção (IPC). Essa queda levou o país a ocupar a 106ª posição entre os 180 países avaliados, marcando o pior resultado desde

[1] A organização mencionada é a Transparência Internacional, uma entidade global da sociedade civil que tem como objetivo combater a corrupção em âmbito mundial. Ela estabeleceu cinco prioridades globais para a luta contra a corrupção: a) corrupção política; b) corrupção em contratos internacionais; c) corrupção no setor privado; d) implementação de convenções internacionais para prevenir a corrupção; e) combate à pobreza e desenvolvimento. Sua sede está localizada em Berlim e ela atua em mais de 100 países ao redor do mundo.

2012. Essa situação coloca em evidência a necessidade de enfrentar esses desafios e fortalecer as instituições democráticas para promover a transparência e a integridade no cenário político do país. De forma complementar, as *Tabelas 10, 11 e 12* retratam os baixos índices de confiança no Congresso, Justiça e Justiça Eleitoral, respectivamente.

Tabela 10 – Confiança no Congresso

Confiança no Congresso	Total (%)
Muita confiança	4,50
Alguma confiança	18,70
Pouca confiança	41,60
Nenhuma confiança	32,10
Não sabe	3,00
Não respondeu	0,10
(N)	**1.204**

Fonte: Adaptado de Latinobarómetro (2020)
Elaborado pelo Autor

Onde destacamos que 73,70% dos brasileiros têm pouca ou nenhuma confiança, com políticos eleitos para o parlamento atual.

Tabela 11 – Confiança na Justiça

Confiança na Justiça	Total (%)
Muita confiança	10,60
Alguma confiança	25,30
Pouca confiança	39,30
Nenhuma confiança	21,90
Não sabe	2,60
Não respondeu	0,20
(N)	**1.204**

Fonte: Adaptado de Latinobarómetro (2020)
Elaborado pelo Autor

Na Justiça, 61,20% dos inquiridos tem pouca ou nenhuma confiança contra os 35,90% que acreditam em sua efetividade.

Tabela 12 – Confiança na Justiça Eleitoral

Confiança na Justiça Eleitoral	Total (%)
Muita confiança	13,50
Alguma confiança	22,80
Pouca confiança	36,20
Nenhuma confiança	24,90
Não sabe	2,20
Não respondeu	0,40
(N)	**1.204**

Fonte: Adaptado de Latinobarómetro (2020)
Elaborado pelo Autor

E, no caso da justiça eleitoral, 61,10% dos inquiridos tem pouca ou nenhuma confiança na sua atuação. Porém, cabe ressaltar que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) comemorou 24 anos de utilização das urnas eletrônicas nas eleições municipais de 2020.

Dessa maneira, podemos perceber que o conceito de confiança, segundo as proposições de Luhmann (1996) e Giddens (1991), relacionado à probidade de uma pessoa, organização ou sistema, considerando os riscos envolvidos, para realizar ações que confirmem as expectativas do confiante, é claramente evidente na sociedade brasileira devido à incapacidade institucional do Estado em atender à crescente demanda popular. De acordo com Fukuyama (2015), esse cenário é muito presente em democracias de terceira onda, o que resulta no declínio da confiança nas instituições públicas. Tal situação ressalta a necessidade de medidas para fortalecer as instituições e restabelecer a confiança da população nos órgãos governamentais e no sistema político como um todo. De acordo com as ideias de Fukuyama (1996), baseadas em James Coleman (1990), um fator de grande importância é a capacidade das pessoas de trabalharem juntas em grupos e organizações da sociedade civil para alcançar objetivos comuns. Essa capacidade depende do compartilhamento de normas e valores dentro das comunidades, bem como da habilidade de colocar os interesses individuais em segundo plano, em prol dos interesses do grupo como um todo. Em essência, a confiança entre os membros de uma comunidade é fundamental para promover essa cooperação. Fukuyama (1996) também destaca que a confiança surge desse compartilhamento de valores e possui um valor económico significativo. Em suma, a análise aponta para um efeito negativo da desconfiança generalizada nas democracias em consolidação, especialmente quando se trata da percepção da segurança económica, como é observado em países industrializados. Conforme Warren (1999), pessoas mais ricas e com maior nível

educacional tendem a ter níveis mais altos de confiança interpessoal, enquanto aqueles menos favorecidos economicamente e com menor grau de escolaridade tendem a ser mais desconfiados. Essa dinâmica de confiança ou desconfiança entre os membros de uma sociedade pode desempenhar um papel importante na formação de laços sociais, bem como na capacidade de enfrentar desafios coletivos e fortalecer o tecido social em uma comunidade.

A relação positiva entre confiança, renda e escolaridade é um tema amplamente estudado na literatura, embora existam controvérsias sobre a causalidade dessa correlação. Trabalhos realizados por Offe, Inglehart e Uslaner (1999) concluíram que aqueles que enfrentam mais dificuldades na vida têm menos capacidade de investir na confiança, pois já vivenciam a consequência de terem sua confiança traída. A insegurança económica e a desvantagem educacional podem ser fatores não apenas diretamente responsáveis pelo que pode ser chamado de "descapitalização social" dos mais pobres, mas também influenciam indiretamente por meio da confiança, como destacado por Warren (1999). Para Lagos (2000), os elementos necessários para construir a confiança são escassos em populações com dificuldades económicas, o que muitas vezes leva a uma superficialidade nas relações interpessoais. É importante considerar que as populações de baixa renda, especialmente em países como o Brasil, ainda lutam para satisfazer suas necessidades mais básicas, como as fisiológicas e as de segurança, conforme proposto na pirâmide de Maslow. A busca por alimentação, abrigo e segurança pode limitar a capacidade dessas populações de alcançar um nível mais elevado de confiança nas relações sociais. Assim, é fundamental compreender como fatores socioeconómicos e educacionais estão relacionados à confiança na sociedade, e como esses aspectos podem influenciar o desenvolvimento de laços sociais sólidos e a construção de uma sociedade mais justa e confiável para todos os seus membros.

Desta forma, estes baixos índices de confiança da população brasileira e, consequentemente, carioca sugerem influências na baixa participação social e política e, por fim, na própria decisão do voto dos eleitores.

Capítulo 3 – Teorias da Decisão do Voto

A decisão do voto pode ser influenciada por uma combinação de fatores, que incluem a preferência individual dos eleitores, bem como influências externas de instituições políticas e sociais que regulam as escolhas coletivas. É um processo complexo que pode variar de acordo com o contexto social, político e cultural de cada país.
Esta questão permeia teorias, modelos e estudos sobre a decisão do voto desde as primeiras décadas do século XX, travando batalhas entre dois tipos de abordagem da ciência política: comportamentalismo e institucionalismo. A primeira centra-se no indivíduo e a segunda nas instituições como unidade de análise para tentar responder a questão.

Contudo, para diversos autores (Dimaggio e Powel, 1991; Nee, 1998; Simon 2000) o viés institucional é hegemónico como premissa analítica na Economia, Sociologia e na Ciência Política, e, estudos de Souza e Valmore (2019), confirmam a prevalência de trabalhos e publicações neoinstitucionalistas (evolução da abordagem institucionalista) em detrimento aos societais na produção académica brasileira recente sobre o comportamento dos eleitores, mas, não sem gerar insatisfações. Assim, em nosso estudo, para um melhor enquadramento, apresentamos os pressupostos teóricos dessas abordagens, destacando suas aproximações à sociedade carioca e evidenciando suas complementaridades.

3.1 – Abordagem Comportamentalista

Inicialmente, precisamos destacar que o comportamentalismo ou comportamentismo é, nada mais que uma designação genérica do *behaviorismo*,[2] cuja formulação inicial adveio da psicologia norte-americana, assim como, os modelos sociopsicológico, sociológico e económico, centrados no indivíduo como unidade de análise.

Modelo Sociopsicológico (Escola de Michigan)

O modelo sociopsicológico teve sua origem nos estudos conduzidos pelo *Survey Research* Centre da Universidade de Michigan durante as eleições presidenciais americanas de 1948. Os resultados desses estudos foram analisados por Campbell e Kahn

[2] Behaviorismo é uma teoria psicológica que objetiva estudar a psicologia através da observação do comportamento, com embasamento em metodologia objetiva e científica fundamentada na comprovação experimental, e não através de conceitos subjetivos e teóricos da mente como sensação, perceção, emoção e sentimentos.

em "*The People Elect a President*", nas eleições de 1952. O relatório final foi apresentado por Campbell, Gurin e Miller em "*The Voter Decides*". Posteriormente, nas eleições de 1956, os resultados obtidos, juntamente com as pesquisas anteriores, deram origem ao livro "*The American Voter*", escrito por Campbell, Converse, Miller e Stokes em 1960. Esses trabalhos marcaram o início de uma série contínua de estudos conduzidos pelo *Survey Research Centre* e, mais recentemente, pelo *Center of Political Studies* da Universidade de Michigan. Essas pesquisas continuam até os dias atuais, agora enquadradas no *American National Electoral Studies* (ANES). Essas investigações envolvem uma maior variedade de instituições, mas mantêm a base teórica inicial. Os questionários e as bases de dados dessas investigações são referências para a maioria dos estudos eleitorais realizados nos Estados Unidos da América. O modelo do comportamento eleitoral possui como conceito central a identificação partidária, que representa uma conexão psicológica estável e duradoura com um partido político, embora não necessariamente se manifeste por meio de filiação, militância ou voto consistente nesse partido (CAMPBELL, CONVERSE, MILLER & STOKES, 1960). A noção de identificação partidária, introduzida no estudo do comportamento eleitoral por Campbell et al. (1960), foi influenciada pelo conceito de grupo de referência (HYMAN & SINGER, 1968) e compartilha semelhanças com a ideia de socialização antecipatória apresentada por Merton e Kitt (1950). A socialização antecipatória ocorre quando os indivíduos escolhem um grupo de referência ao qual não pertencem e começam a adotar as normas percebidas desse grupo. Essa identificação partidária é uma parte essencial da psicologia política dos eleitores e tem sido amplamente estudada e analisada nas pesquisas eleitorais nos Estados Unidos, servindo como referência para diversos estudos na área.

O modelo sociopsicológico do comportamento eleitoral tem suas origens nos estudos realizados pelo *Survey Research Centre* da Universidade de Michigan durante as eleições presidenciais americanas de 1948. Os resultados desses estudos foram analisados por Campbell e Kahn (1952) em "*The People Elect a President*", e posteriormente, nas eleições de 1952, o relatório final foi apresentado por Campbell, Gurin e Miller (1954) em "*The Voter Decides*". As investigações continuaram nas eleições de 1956, onde, juntamente com os dados anteriores, culminaram no livro *"The American Voter"*, escrito por Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960). Esses estudos pioneiros foram o ponto de partida para uma série contínua de pesquisas conduzidas pelo *Survey Research Centre* e, mais tarde, pelo *Center of Political Studies* da Universidade de Michigan. Atualmente, essas investigações se enquadram no ANES e envolvem uma variedade maior de instituições, mas ainda mantêm sua base teórica original. Os

questionários e bases de dados dessas pesquisas são referências fundamentais para estudos eleitorais realizados nos Estados Unidos da América. O conceito central desse modelo é a identificação partidária, que é caracterizada como uma afinidade psicológica, estável e duradoura em relação a um partido político. Essa identificação não implica necessariamente uma conexão concreta, como inscrição, militância ou voto consistente e sistemático no partido (Campbell, Converse, Miller & Stokes, 1960). Essa identificação partidária é adquirida por meio de um processo de socialização, influenciado pelos valores e atitudes da família, colegas e pares, de forma semelhante à identificação religiosa (Miller & Shanks, 1996). É uma forma genuína de identificação social, que pode manifestar-se em diferentes graus de envolvimento, da mesma maneira que ocorre com a ligação religiosa.

É importante destacar que a identificação partidária não é diretamente ligada ao sentido de voto do eleitor. Essa distinção entre a natureza psicológica da identificação partidária e o comportamento objetivo do voto é refletida na metodologia de medição, que utiliza perguntas que solicitam o auto-posicionamento político do indivíduo (Republicano ou Democrata) e a intensidade dessa identificação (forte ou fraca). Para aqueles que se veem como independentes, ainda é questionado se apesar dessa posição, sentem-se próximos de algum dos partidos (Republicano ou Democrata). A identificação partidária atua como um filtro perceptivo, fazendo com que os eleitores valorizem informações favoráveis ao seu partido e ignorem ou desvalorizem aquelas que são desfavoráveis. Dado que a vida política nas sociedades democráticas gira em torno dos partidos e a avaliação das propostas políticas frequentemente exige conhecimento que os cidadãos podem não ter, a identificação partidária desempenha um papel central na vivência política, servindo como um atalho cognitivo para a compreensão das propostas eleitorais e dos candidatos.

O modelo explicativo das relações entre as variáveis envolvidas no comportamento eleitoral é conhecido como funil de causalidade. Essa metáfora representa a sequência de eventos que levam ao voto dos indivíduos, distinguindo fatores distais (históricos, socioeconómicos, valores, atitudes e grupos de pertencimento) e fatores proximais (temas, candidatos, campanha eleitoral, situação política e económica, ação do governo e influência dos amigos). A identificação partidária é uma etapa fundamental nessa sequência, influenciando a avaliação dos candidatos, temas e incidentes da campanha eleitoral relatados pelos meios de comunicação e nas conversas com familiares e amigos sobre a eleição, culminando no voto final.

A identificação partidária é o conceito central do modelo do comportamento eleitoral sociopsicológico. Ela é entendida como uma afinidade psicológica, estável e duradoura com um partido político, mas não implica necessariamente em filiação formal, militância ou votação consistente para o partido (Campbell, Converse, Miller & Stokes, 1960, p. 121). A ideia de identificação partidária foi influenciada pelo conceito de grupo de referência (Hyman & Singer, 1968) e apresenta semelhanças com a noção de socialização antecipatória proposta por Merton e Kitt (1950). A identificação partidária é formada por meio do processo de socialização, no qual os valores e atitudes transmitidos pela família, colegas e pares influenciam as preferências partidárias dos indivíduos, de forma análoga ao que acontece com a identificação religiosa. Essa ligação afetiva com o partido político pode variar em grau de envolvimento, assim como ocorre com a relação das pessoas com a religião, que pode ir desde religiosos não praticantes até indivíduos profundamente religiosos. Nessa perspectiva, a identificação partidária é considerada uma forma genuína de identificação social (Green, Palmquist & Schickler, 2002, p. ix).

O modelo não estabelece uma coincidência direta entre identificação partidária e sentido de voto. A identificação partidária é tratada como uma variável psicológica separada do voto efetivo nas eleições. Essa distinção metodológica é evidenciada pelo uso de perguntas que solicitam aos indivíduos que se auto-identifiquem como Republicano ou Democrata e qualifiquem a intensidade dessa identificação (forte ou fraca). Aqueles que se consideram independentes são questionados se, apesar disso, sentem-se próximos a algum dos partidos (Republicano ou Democrata) (Campbell, Converse, Miller & Stokes, 1960, p. 122). De acordo com o modelo, as mudanças na identificação partidária são raras e ocorrem como reação a eventos significativos, como mudanças na inserção social do indivíduo (como casamento, mudança de emprego, entre outros) ou mudanças mais amplas no cenário político e social (como a transição de um regime militar para um governo multipartidário no Brasil). Essas mudanças são menos frequentes quando comparadas a ajustes nos grupos de inserção social dos indivíduos.

Além disso, os fatores de curto prazo são vistos como tendo a capacidade de influenciar a opção eleitoral em uma eleição específica, mas sem afetar diretamente a identificação partidária em si (Campbell, Converse, Miller & Stokes, 1960; Green & Palmquist, 1990). A relação entre a variável de identificação partidária e os fatores de curto prazo é estabelecida através das atitudes em relação às propostas políticas, candidatos e benefícios do grupo (Harrop & Miller, 1987). A identificação partidária dos eleitores influencia a forma como eles percebem e valorizam esses fatores conjunturais. No entanto, é possível que as propostas, discurso ou candidatos sejam tão divergentes das

expectativas, valores ou interesses dos eleitores que não sejam moldados pela identificação partidária, levando-os a não votar ou a escolher outro partido. Segundo os pressupostos do modelo, essa situação não afetaria a identificação partidária do indivíduo, que manteria sua filiação política apesar da deslealdade circunstancial. Contudo, desde a sua formulação na década de 1960, o papel da identificação partidária tem sido contestado. Argumenta-se que o modelo tem dificuldades em se adaptar a sistemas eleitorais que não sejam predominantemente bipartidários, como é o caso de muitos países da Europa Ocidental (Budge, Crewe, & Farlie, 1976) e América Latina (Baquero, 2010).

Além disso, há um crescente enfraquecimento da ligação dos eleitores com os partidos políticos, tanto nos Estados Unidos (Nie, Verba, & Petrocik, 1976; Stanley & Niemi, 1991; Stanley & Niemi, 2000) quanto na Europa (Crewe & Denver, 1985; Dalton, 1984; Dalton, 2000; Dalton, Flanagan & Beck, 1984; Schmitt & Holmberg, 1995, citados por Dalton, 2003) e no Brasil, como evidenciado nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2020, onde houve 14 candidaturas à prefeitura. Esse cenário questiona a estabilidade da identificação partidária e sugere um progressivo desalinhamento dos eleitores em relação aos partidos políticos. Adicionalmente, o modelo sociopsicológico tem sido criticado por sobrevalorizar o papel dos fatores de longo prazo e das lealdades partidárias, ignorando a influência significativa dos fatores de curto prazo (Dalton, Flanagan & Beck, 1984; Dalton, 2000; Fiorina, 1981; Franklin, Mackie & Valen, 1992; Kiewiet, 1983; Wattenberg, 1994). Esses pesquisadores argumentam que o modelo de Michigan não consegue capturar adequadamente a dinâmica das mudanças de curto prazo no comportamento eleitoral.

As críticas ao modelo sociopsicológico apontam para sua dificuldade em explicar por que alguns eleitores, que têm identificação com determinado partido, acabam votando em outro ou optam por se abster das eleições. Para esses pesquisadores, são os fatores mais próximos ao momento da eleição que têm um papel determinante no comportamento dos eleitores e na instabilidade política observada nas democracias ocidentais desde os anos 60. Nessa perspectiva, os eleitores ajustam sua afinidade com os partidos com base na avaliação das condições económicas e no desempenho dos partidos e candidatos em cada eleição. A identificação partidária, portanto, seria apenas um atalho cognitivo, sem representar uma identidade social profunda ou uma ligação emocional significativa com os partidos políticos.

Essas críticas são frequentemente apresentadas por autores que defendem que a explicação para as mudanças nas escolhas eleitorais dos cidadãos deve ser buscada considerando o processamento de informações, a racionalidade dos eleitores e os fatores relacionados ao sistema político e eleitoral. É importante ressaltar que a identificação partidária entre os eleitores do Rio de Janeiro não é um fator forte, devido à elevada fragmentação partidária, desigualdade social e baixa confiança nas instituições político-partidárias, conforme mencionado no capítulo anterior.

> *"... Como resultado dessa assimetria, é comum que os eleitores escolham candidatos com base em uma identificação direta terciária com eles, ignorando as instituições formais intermediárias, ou seja, os partidos políticos ...” (Baquero, 2010).*

Esse cenário é recorrente no Brasil, onde há uma grande fragmentação partidária e os políticos frequentemente migram entre os partidos a cada eleição.

Modelo Sociológico (Escola de Colúmbia)

O modelo de comportamento eleitoral que se originou no Bureau of Applied Social Research da Universidade de Colúmbia tem como foco a análise da influência dos fatores sociais nas decisões de voto dos indivíduos. Seus estudos começaram com a publicação do livro "The People's Choice" (LAZARSFELD, BERELSON, & GAUDET, 1944) e marcaram uma mudança significativa nos métodos de pesquisa sobre comportamento eleitoral. Antes desses estudos, o interesse predominante estava voltado para a análise dos mecanismos psicológicos envolvidos nos processos de escolha e nos efeitos da publicidade, propaganda e mídia de massa sobre o comportamento dos consumidores. No entanto, a abordagem de Lazarsfeld et al. (1944) trouxe uma nova perspectiva ao utilizar questionários e análises de painéis para investigar as eleições presidenciais norte-americanas de 1940, especificamente a disputa entre Franklin Roosevelt e Wendell Willkie.

O objetivo principal desse estudo era entender os efeitos da exposição aos meios de comunicação na formação das decisões de voto dos eleitores. Para isso, foram acompanhados 600 indivíduos ao longo dos sete meses da campanha eleitoral, realizando sete entrevistas em diferentes momentos. Em seguida, identificaram eleitores que mudaram de posição durante esse período, agrupando-os em três categorias: aqueles que decidiram seu voto antes do início da campanha, aqueles cuja decisão ocorreu

durante a convenção do partido, e os que decidiram apenas em uma fase mais avançada da campanha. O estudo, cujo relatório foi publicado com o título "The People's Choice" (LAZARSFELD, BERELSON, & GAUDET, 1944), trouxe avanços metodológicos e novas perspectivas para entender o comportamento eleitoral. Sua hipótese central era que o ato de votar é uma escolha individual, influenciada principalmente pela personalidade do eleitor e sua exposição aos meios de comunicação. Essa abordagem representou um marco para o estudo do comportamento eleitoral, abrindo caminho para novas investigações que buscaram compreender melhor a relação entre os fatores sociais e a decisão do voto dos eleitores. Desde então, pesquisadores têm se dedicado a aprofundar o entendimento sobre como os diversos fatores influenciam o comportamento eleitoral e como as escolhas dos eleitores podem variar em diferentes contextos políticos e sociais.

O estudo sobre o papel das campanhas eleitorais e dos processos de comunicação associados identificou três tipos de efeitos possíveis: a ativação dos eleitores indiferentes, o reforço da identificação partidária e a conversão dos indecisos. Os resultados mostraram que o impacto das campanhas foi maior entre os eleitores que já estavam inclinados a votar no candidato apoiado pelo partido, fortalecendo ou ativando essa predisposição prévia. Apenas 8% dos eleitores alteraram sua posição inicial durante a campanha (LAZARSFELD et al., 1968, p. 103). No entanto, os pesquisadores não concluíram que as campanhas eleitorais são inúteis. O efeito delas não correspondeu às expectativas iniciais, pois parece ser mais importante solidificar a coesão dos simpatizantes partidários em torno das propostas eleitorais do que convencer eleitores de outros partidos a mudar de posição.

Além disso, a influência dos grupos sociais aos quais o eleitor pertence mostrou-se decisiva nos resultados. Identificou-se um processo de mediação, em que membros desses grupos atuaram como líderes de opinião, intermediando a comunicação transmitida pelos meios de comunicação de massa e os eleitores. Esses resultados contradisseram a hipótese inicial de que votar é um ato individual. A relação entre os grupos sociais, a preferência política e o papel dos contatos pessoais na definição das escolhas eleitorais sugerem que as decisões dos eleitores são mais um processo de coesão grupal do que atos individuais (LAZARSFELD et al., 1968, p. 148). Posteriormente, em 1967, Martin Lipset e Stein Rokkan desenvolveram uma tipologia explicativa do sentido do voto conhecida como "Modelo Social de Clivagem" em seu livro "Party Systems and Voter Alignments". Essa obra se baseou nas tradições de Lazarsfeld e dos estudos anteriores de Stein Rokkan, e tornou-se fundamental para a análise dos sistemas sociais,

eleitores militantes e/ou simpatizantes, e o comportamento eleitoral (FREIRE, 2001: 24).

O estudo conduzido em Erie County, que envolveu 600 indivíduos, recebeu críticas, principalmente pelo fato de não se basear em opções teóricas prévias, resultando em explicações construídas após a análise dos resultados. Um exemplo disso é o conceito de fluxo de comunicação em duas etapas, apresentado como hipótese para explicar o papel dos líderes de opinião na mediação entre as mídias de massa e os eleitores, mas que recebeu pouca atenção no livro "The People's Choice". No entanto, posteriormente, em 1955, os autores Berelson, Lazarsfeld e Mcphee publicaram o influente estudo "Personal Influence: The Part Played by People in the Flow of Mass Communications", onde reafirmaram e desenvolveram a ideia de que as respostas dos indivíduos às mensagens das mídias de massa são mediadas por relações interpessoais e pelos grupos sociais a que pertencem. Eles destacaram que certos indivíduos atuam como líderes de opinião, reinterpretando o significado das mensagens das mídias de massa dentro de seus círculos sociais.

Os pesquisadores replicaram o estudo durante as eleições presidenciais de 1948, desta vez na pequena comunidade de Elmira, no estado de Nova York. Além de ser uma continuação do estudo anterior, essa pesquisa visou corrigir problemas metodológicos e conceituais apontados na investigação anterior. As conclusões do estudo de Elmira, assim como o de Erie County, apontaram que a diferenciação social com base no estatuto socioeconómico, religião, raça e local de residência é uma condição prévia para a divergência política e a subsequente clivagem eleitoral. Essas diferenças são transmitidas de geração em geração devido a condições de transmissibilidade e são mantidas e facilitadas por maiores proximidades físicas e sociais entre membros do mesmo grupo, em contraste com menor proximidade com membros de outros grupos.

O estudo realizado pelos autores Berelson, Lazarsfeld e Mcphee trouxe à tona três processos fundamentais - diferenciação, transmissão e contato - que desempenham um papel essencial na transmissão das escolhas políticas entre os indivíduos. Eles constataram que as condições mais propícias para a clivagem política são encontradas nas classes sociais, divisões étnicas e outras estruturas da população. Esses fatores continuam a ser os principais determinantes da clivagem política na América contemporânea, proporcionando bases sociais sólidas para as escolhas eleitorais (Berelson, Lazarsfeld e Mcphee, 1954, p. 75).

Os resultados do estudo evidenciaram que a predisposição política dos indivíduos, moldada por sua posição socioeconómica, raça, religião e local de residência, apresenta forte correlação com suas opções de voto. Mesmo aqueles que, inicialmente, se desviam dessa posição tendem a "voltar" a ela, principalmente porque buscam orientação em pessoas de suas redes sociais que compartilham a mesma posição política. Os autores denominaram esse fenômeno psicológico de "reativação" (Berelson, Lazarsfeld e Mcphee, 1954). Além disso, o estudo trouxe mudanças metodológicas, especialmente na análise dos temas de campanha. Em vez de se basear apenas em materiais de mídia, a pesquisa também avaliou a percepção dos sujeitos em relação aos temas e ao tratamento dado pelas campanhas. Os temas económicos geraram divergências entre os sujeitos, influenciados por seu estatuto socioeconómico, filiação partidária e interesse nas eleições, enquanto os temas políticos apresentaram maior consenso (Berelson, Lazarsfeld e Mcphee, 1954). Essas conclusões reforçam a importância dos grupos sociais, do contexto e da predisposição política dos indivíduos na formação das escolhas eleitorais. O estudo contribui para uma melhor compreensão dos processos que moldam as decisões dos eleitores, destacando a relevância dos fatores sociais e das relações interpessoais em meio ao complexo cenário das campanhas eleitorais.

O segundo estudo conduzido por Berelson, Lazarsfeld e Mcphee revelou que, embora houvesse concordância entre republicanos e democratas na definição dos temas importantes da campanha e em alguns critérios para avaliar os candidatos, eles divergiam na escolha do melhor candidato para concretizar as políticas com as quais concordavam. Ainda que os temas económicos fossem de grande importância, apenas metade dos indivíduos estava alinhada com a posição de seu partido em relação a essas propostas, mas tendiam a perceber o candidato apoiado como congruente com suas próprias posições e o candidato opositor como o oposto. Surpreendentemente, os eleitores não resolviam as incoerências que encontravam mudando sua opção de voto, mas sim alterando sua percepção em relação ao candidato. O estudo também identificou que a maioria dos sujeitos não tinha interesse nem motivação pela política, o que aparentemente entrava em contradição com os pressupostos da organização democrática da sociedade. Apesar disso, os autores argumentaram que a democracia não entrou em colapso, mas, pelo contrário, fortaleceu-se porque a lógica democrática funciona no nível agregado da sociedade, não no nível individual. Nesse sentido, não seria necessário que todos os eleitores fossem altamente interessados e motivados pela política, mas sim que a sociedade fosse constituída por grupos heterogêneos que garantam a pluralidade de ideias e propostas políticas.

Posteriormente, o modelo sociológico do comportamento eleitoral foi desenvolvido por Lipset e Rokkan, que adotaram uma abordagem histórica e macrossociológica. Eles entenderam que os sistemas partidários na Europa Ocidental refletem clivagens históricas relacionadas à revolução nacional e industrial. Essas clivagens ganham relevância política quando os grupos sociais desenvolvem percepções dessas diferenças e se institucionalizam no sistema político. Essas clivagens sociais se manifestam em três níveis: empírico, normativo e institucional. A ligação entre essas clivagens e o sistema político ocorre quando elas são sentidas em interações individuais e entre organizações e instituições. Deschouwer & Luther (1999) destacam uma quarta componente - comportamental - que engloba diferentes tipos de comportamento individual resultantes das componentes anteriores, incluindo o comportamento eleitoral. Esses estudos enriqueceram a compreensão do comportamento político e a relação entre a sociedade, as clivagens sociais e o sistema político.

O modelo sociológico enfrenta algumas limitações na explicação das variações no comportamento eleitoral devido a fatores conjunturais específicos de cada eleição. Embora os fatores sociais de longo prazo possam explicar a estabilidade geral do comportamento eleitoral, eles não são suficientes para explicar as variações que ocorrem entre diferentes atos eleitorais ou porque indivíduos pertencentes a grupos sociais similares podem votar de forma diferente. Para superar essas dificuldades, algumas investigações dentro da abordagem sociológica procuraram valorizar fatores contextuais, como os programas políticos dos partidos, o papel das mídias de massa, a estrutura económica dos países e os contextos em que as relações entre eleitores e partidos se fortalecem. No entanto, essas tentativas ainda não foram totalmente capazes de explicar todas as nuances do comportamento eleitoral.

Como resposta a essas limitações, foi proposto o modelo sociopsicológico de Michigan, que busca fazer a ligação entre os fatores sociológicos e históricos de longo prazo, identificados no modelo sociológico, e os fatores sociais e políticos de curto prazo. Esse modelo se baseia no conceito de identificação partidária, o qual tenta explicar como a influência dos fatores sociológicos mais amplos se relaciona com as decisões eleitorais em situações específicas. Assim, o modelo sociopsicológico procura oferecer uma abordagem mais abrangente que considera tanto os fatores estruturais de longo prazo quanto os fatores situacionais de curto prazo para entender o comportamento eleitoral de forma mais completa e detalhada.

Modelo Económico (Escola de Rochester)

O modelo da escolha racional, estabelecido por Anthony Downs em seu livro "An Economic Theory of Democracy" (1957), destaca-se por explicar o comportamento político através de conceitos económicos como racionalidade, escolha, incerteza e informação. Downs (1957) estabelece uma analogia direta entre consumidores e votantes, assim como entre empresas e partidos políticos. Da mesma forma que as empresas buscam maximizar seus lucros e os consumidores procuram maximizar sua utilidade, ele argumenta que os eleitores buscam maximizar a utilidade de seu voto, enquanto os partidos políticos agem para maximizar seus ganhos eleitorais através de suas propostas políticas. O funcionamento do modelo baseia-se em três premissas fundamentais. Primeiramente, todas as decisões, tanto dos eleitores quanto dos partidos políticos, são consideradas racionais, ou seja, são tomadas com base em interesses próprios e com o objetivo de maximizar a utilidade das ações. Em segundo lugar, o sistema político democrático é visto como consistente, permitindo que sejam feitas previsões sobre as consequências das decisões tomadas por eleitores e partidos políticos, tornando-os confiáveis e responsáveis por suas ações. E, por fim, o sistema democrático é considerado incerto o suficiente para permitir a existência de diferentes opções de escolha.

É importante esclarecer que o conceito de racionalidade é fundamental nessa teoria, e Downs (1957) parte da premissa de que eleitores e partidos políticos agem de acordo com seus próprios interesses, buscando alcançar seus objetivos por meio de meios adequados. A teoria da escolha racional procura explicar o comportamento dos atores políticos em um contexto democrático, considerando que suas decisões são tomadas de forma racional, levando em conta as informações disponíveis, a incerteza e a maximização dos interesses individuais e partidários. Essa abordagem oferece uma visão fundamentada sobre como os eleitores e os partidos políticos tomam decisões em um sistema democrático. De acordo com a definição económica de racionalidade apresentada por Downs (1957), ser racional significa ser eficiente, buscando maximizar a produção com recursos escassos ou minimizar a utilização de recursos para obter um determinado resultado. Portanto, um "homem racional" é aquele que, com base no melhor de seu conhecimento, toma decisões que o levem mais próximo de seus objetivos, usando o mínimo de recursos escassos por unidade de resultado valorizado. Na perspectiva da teoria da escolha racional, o comportamento racional durante uma eleição em uma democracia é orientado para o objetivo de escolher um governo, e não por outros motivos. Os eleitores, assim como os partidos políticos, são regidos pelo axioma do interesse próprio. Os partidos não buscam vencer as eleições por razões altruístas

relacionadas à aplicação de um programa político, mas sim para obter prestígio e ganhos inerentes ao poder. O objetivo principal dos partidos políticos é ganhar as eleições, pois é assim que alcançam o prestígio e os benefícios associados ao poder. Eles formulam suas políticas com o intuito de vencer as eleições, pois, nesse modelo, ganhar as eleições é uma forma de alcançar os objetivos partidários.

A racionalidade do sistema político decorre do fato de que tanto os eleitores quanto os partidos políticos têm várias opções de escolha interligadas à sua disposição. Essas opções podem ser ordenadas da mais favorável a menos favorável. A ordem de preferências é transitiva, ou seja, se um indivíduo prefere A a B e B a C, então ele também prefere A a C. Assim, quando os indivíduos racionais se deparam com duas alternativas, eles comparam os benefícios esperados de cada uma delas. No contexto das eleições, eles comparam os resultados esperados da eleição de um partido no governo com as expectativas de ganho caso o partido opositor vença. Se a diferença entre esses dois valores for positiva, eles votarão no partido do governo. Se for negativa, votarão no partido da oposição. Caso o valor seja igual a zero, eles se absterão de votar. Essa abordagem procura entender como a racionalidade influencia o comportamento político dos eleitores e dos partidos dentro de um sistema democrático.

A teoria da escolha racional pressupõe que é possível fazer previsões sobre o comportamento dos indivíduos, partidos políticos e governo, e compará-los. No entanto, a questão reside em como os indivíduos calculam o valor esperado em cada alternativa. Enquanto em relação ao partido do governo, podem calcular o valor esperado com base em sua ação anterior, no caso do partido da oposição, não dispõem de um indicador equivalente. Em relação a esses partidos, os eleitores baseiam-se na avaliação das promessas feitas ou, então, conjecturam sobre o que poderiam ter feito se estivessem no poder. O cálculo do diferencial entre os ganhos previsíveis nas diferentes opções só é possível se os partidos forem consistentes e confiáveis em suas ações.

A condição de consistência é essencial para que o comportamento racional seja aplicado aos partidos políticos e ao governo. Sem essa consistência, a escolha racional se torna inviável e o sistema democrático entra em colapso. Apesar da teoria da escolha racional afirmar que os partidos políticos agem de acordo com seus próprios interesses, buscando o poder para desfrutar de seus benefícios, isso não resulta em uma indiferenciação de suas propostas políticas. Pelo contrário, os partidos apresentam propostas suficientemente diferenciadas para mobilizar o eleitorado e garantir apoio.

A heterogeneidade das sociedades e os conflitos sociais inerentes introduzem incertezas, levando ao surgimento de ideologias e à ambiguidade sobre quais grupos sociais seriam mais úteis para a vitória eleitoral. Isso leva os partidos a diferenciar suas propostas políticas para atrair o maior número possível de grupos sociais. Assim como no funcionamento dos mercados económicos, onde diferentes marcas competem, os partidos políticos buscam atender às necessidades específicas de grupos sociais para conquistar apoio eleitoral. Se um partido domina o mercado eleitoral, os outros partidos buscam adaptar suas ideologias para atrair votos dos mesmos grupos, combinando segmentos do grupo predominante com partes de grupos minoritários para obter votos eleitorais. No entanto, esse movimento de adaptação das propostas eleitorais dos partidos está limitado pela necessidade de consistência. Ou seja, os partidos precisam ser coerentes em suas ações para manter a confiança do eleitorado. Essa coerência é um fator crucial para o funcionamento efetivo da teoria da escolha racional no contexto político.

Para que os eleitores possam fazer seus cálculos sobre o diferencial de ganhos entre os partidos, é fundamental que possam prever o comportamento futuro dessas agremiações com base em seus discursos políticos e ações passadas. Nesse contexto, a confiabilidade e responsabilidade dos partidos são aspectos cruciais. A consistência necessária para fazer previsões sobre o desempenho dos partidos implica a existência de coerência e imobilismo ideológico.

Apesar de o modelo económico considerar que o que importa aos eleitores são as ações concretas dos governos, é impraticável que os eleitores conheçam em detalhe todas as decisões governamentais e avaliem todas as suas consequências. Por esse motivo, as ideologias dos partidos desempenham um papel relevante, permitindo que os eleitores concentrem suas análises em algumas decisões partidárias e extrapolem essas escolhas para todas as outras propostas do partido: Com esse atalho, os eleitores podem economizar o custo de obter informações detalhadas sobre uma ampla gama de questões (DOWNS, 1957, p. 98). A comparação entre ideologias, segundo o modelo económico, só é feita se os eleitores dispuserem de indicadores concretos sobre ações efetivamente executadas no passado. Caso contrário, se os eleitores apenas distinguirem os partidos com base em suas ideologias e não tiverem dados sobre suas ações passadas, na prática, eles serão considerados iguais em relação aos interesses do eleitor. Além disso, a decisão de votar em uma eleição é influenciada por uma crença irracional sobre a eficácia dessa ação. Como as eleições visam escolher um governo e não simplesmente expressar preferências, os eleitores também avaliarão a possibilidade de o partido de sua

preferência ter chances reais de vencer. Cada cidadão usa sua previsão para determinar se o partido que ele mais prefere realmente faz parte do leque de escolha relevante. Se ele acredita que não, então racionalmente ordena que ele vote em algum outro partido (DOWNS, 1957, p. 48). A decisão pelo voto útil não depende apenas da avaliação das chances de vitória do partido preferido, mas também da avaliação do risco de outro partido ou candidato indesejável vencer as eleições.

Portanto, a decisão pelo voto útil está fortemente relacionada à importância que cada indivíduo atribui à necessidade de impedir que um determinado partido chegue ao poder. Essa consideração acerca do potencial impacto dos votos é fundamental para os eleitores no processo decisório eleitoral. De acordo com o modelo económico, se os eleitores perceberem que seus votos não terão importância decisiva para o resultado das eleições, é provável que a probabilidade de não votar aumente. No entanto, uma análise crítica apresentada por Blais (2000) aponta que muitas pessoas votam mesmo em eleições onde o número de eleitores é extremamente grande e a probabilidade de um voto individual ser decisivo é ínfima.

Os resultados do estudo de Blais indicam que aproximadamente metade dos eleitores votam sem fazer cálculos racionais de custos e benefícios, sendo impulsionados pelo dever cívico de votar. Mesmo entre aqueles em que o sentido de dever não é tão forte, as variáveis relacionadas aos benefícios e custos do voto não exercem a influência prevista pelo modelo de escolha racional. Autores como Blais (2000), Uhlaner (1989) e Green e Shapiro (1994) também concluíram que o custo não parece ter uma influência significativa no comportamento eleitoral. Esses estudos destacam que os eleitores podem ter uma percepção exagerada sobre a importância de seus votos individuais, mas o que realmente importa para eles é a possibilidade de o resultado das eleições ser muito equilibrado, independente da crença na eficácia do voto individual. A participação eleitoral é usada como exemplo das fragilidades metodológicas apontadas à teoria da escolha racional, gerando uma série de conjecturas sobre os custos e benefícios da votação, levando a uma vasta literatura sobre o tema. Além disso, diversos estudos argumentam que os eleitores, diante da complexidade e excesso de informações, utilizam indicadores específicos, como as posições de candidatos e temas eleitorais divulgados por órgãos de comunicação, figuras públicas, organizações ou entidades, para formar raciocínios heurísticos sobre as propostas eleitorais. No entanto, essa abordagem destaca que, na realidade, os eleitores baseiam-se mais na confiança em determinadas fontes do que na informação objetiva sobre os temas políticos e propostas eleitorais.

Portanto, há uma divergência entre o modelo da escolha racional, que enfatiza a importância da informação, e a abordagem comportamentalista, que destaca a confiança e os vínculos sociais e identitários como fatores-chave no comportamento eleitoral. As pessoas podem votar de acordo com a confiança depositada em determinados meios de comunicação, organizações, figuras públicas ou personalidades, mesmo sem possuir informações detalhadas sobre os temas e propostas eleitorais. Em suma, as diferentes abordagens explicativas do comportamento eleitoral podem ser resumidas em três modelos: a) modelo da escolha racional; b) modelo sociológico; e c) modelo sociopsicológico. Cada um enfatiza diferentes aspectos que influenciam o comportamento do eleitor.

3.2 – Abordagem Institucionalista

Contrapondo-se ao Comportamentalismo, o Institucionalismo adota as instituições como a unidade de análise para responder à nossa pergunta inicial neste capítulo. Tanto para a Sociologia quanto para a Ciência Política, alguns autores (HALL e TAYLOR, 1996; KATO, 1996 apud FERNANDES, 2002) apontam a existência de três abordagens do Institucionalismo: Histórica, Sociológica e da Escolha Racional. Após passar por dois estágios evolutivos, o primeiro marcado pela contestação do Comportamentalismo e o segundo pela articulação sintética de elementos do próprio Comportamentalismo com aspectos do antigo Institucionalismo, surgiu o conceito de Neoinstitucionalismo, como será abordado a seguir.

Antigo Institucionalismo

No início da década de 1960, Emmette Redford, presidente da *American Political Science Association* (APSA), enfatizou uma mudança significativa na abordagem dos fenômenos políticos. Até meados dos anos 1940, as análises políticas eram predominantemente especulativas, descritivas e formais, influenciadas pela Filosofia Política e pelo Direito. Essas abordagens, mais tarde chamadas de antigo institucionalismo, foram caracterizadas como institucionalistas por Dimaggio e Powell (1991), Almond (1996), Nee (1998), Lane e Ersson (2000) citados por Peres (2008). A partir da década de 1970, surgiram as abordagens neoinstitucionais que trouxeram uma nova perspectiva para os estudos institucionais. A análise das instituições remonta a Aristóteles com sua análise das constituições atenienses e foi revigorada por Locke no século XVII com o contratualismo moderno. Montesquieu, no século XVIII, enfatizou a importância das leis e dos costumes como instituições fundamentais da dinâmica política. Tocqueville, no século XIX, valorizou as instituições sociais e políticas como variáveis explicativas da democracia presidencialista dos Estados Unidos. A Economia

Política, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, também se concentrou no estudo do papel das instituições e da cultura no comportamento económico. Figuras como Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell defenderam a importância dos hábitos e da cultura, ou seja, das instituições sociais, como fundamentais tanto para os processos económicos quanto políticos.

No entanto, essas abordagens formais foram consideradas ineficientes para explicar os novos fenômenos políticos surgidos após a Segunda Guerra Mundial, como o nazismo, o fascismo e a alienação política. Após a guerra, os estudos passaram a se concentrar na dinâmica "real" da política, buscando investigação factual, formulação de hipóteses testáveis e generalizações empíricas. Esses novos estudos incorporaram técnicas avançadas de análise estatística, como pesquisas de opinião e construção de escalas, e adotaram o método comparativo para abranger outros países, enriquecendo a Ciência Política com uma abordagem mais empírica.

Neoinstitucionalismo

No final dos anos de 1960, David Easton (presidente da APSA) anunciou a revolução que se abatia sobre a abordagem comportamentalista muito em função das crises sociais e políticas da época, as quais a abordagem não tinha respostas. Até meados dos anos 1940, essa abordagem era centrada em análises especulativas, descritivas e formalistas, inspiradas pela Filosofia Política e pelo Direito. Posteriormente, tais abordagens foram classificadas como institucionalistas e ganharam o nome de "antigo institucionalismo". Esse movimento surgiu como uma rejeição dupla: por um lado, criticava a falta de cientificidade do antigo institucionalismo, e, por outro, apontava a ausência do contexto institucional nas abordagens comportamentalistas. O neoinstitucionalismo emergiu como uma reação à revolução comportamentalista. Seu esforço atual é conciliar os focos de pesquisa das tradições institucionalistas com os desenvolvimentos contemporâneos em métodos e teorias, buscando encontrar novas respostas para antigas questões sobre como as escolhas sociais são moldadas, mediadas e canalizadas por arranjos institucionais. A retomada das instituições como variáveis explicativas da dinâmica política dos atores em bases empíricas e positivas deve-se a dois processos. Primeiro, a controvérsia teórica no campo da Economia, que se concentrou no problema da tomada de decisões em um contexto de escolhas coletivas. Segundo, às consequências teóricas e metodológicas dessa controvérsia nos estudos do Congresso norte-americano a partir dos anos 1950-1960, aprofundando-se nos anos 1970.

Na década de 1960, alguns analistas políticos começaram a se interessar cada vez mais pelo behaviorismo da Economia, cujo sistema de inferências era dedutivo e se baseava em premissas sobre as motivações e preferências dos indivíduos, bem como seu mecanismo racional de tomada de decisão diante de alternativas excludentes. Arrow (1951) e Downs (1957) foram figuras importantes nessa atração, usando modelos económicos para analisar o comportamento político. No final dos anos 1970, a atenção se voltou mais explicitamente para as variáveis institucionais devido às críticas à ênfase behaviorista predominante nos estudos políticos americanos e na política comparada. O neoinstitucionalismo na Ciência Política reflete um renovado interesse em como os arranjos institucionais estruturam o comportamento político. Para os institucionalistas, as instituições estabelecem as regras do jogo político, influenciam na formação de identidades de grupo, preferências políticas, escolhas de coalizão e promovem o aumento do poder de alguns grupos em detrimento de outros.

Nesse sentido, a rejeição generalizada das premissas behavioristas enfatiza que as variações no desenho constitucional e nas modalidades de interação económica produzem interações específicas e induzem resultados políticos diversos. Embora as duas vertentes adotem o "institucionalismo da escolha racional" como seu ponto de vista quase exclusivo, a diferença fundamental está no tratamento das preferências: para a Ciência Política, as instituições interagem com preferências dadas, provocando um processo de transição de acordo com uma "escala de utilidades", enquanto para a Sociologia, as instituições moldam as preferências dos atores, com foco no processo de socialização política.

3.3 – Cultura Política Brasileira

Partindo do pressuposto que não existem sociedades sem cultura ou indivíduos que não sejam portadores de cultura, podemos afirmar que cada nação possui sua cultura própria e, que esta a diferencia das outras. Contudo, vários elementos compõem a cultura de um grupo, nação ou sociedade e, segundo Baquero (2008), entre outros, os mais comumente citados são: valores, crenças, conhecimentos, comportamentos, conhecimentos, leis, costumes, hábitos e instituições. A política é uma esfera complexa que envolve uma variedade de elementos, nos quais os indivíduos e grupos interagem para negociar, implementar e garantir o cumprimento de suas demandas, seja entre si ou em relação à coletividade. Nesse contexto, a cultura política desempenha um papel importante, consistindo em um conjunto de discursos ou práticas simbólicas por meio das quais essas demandas são articuladas. A cultura política também atribui

identidades aos indivíduos e grupos, delimita as fronteiras de suas comunidades e define as posições a partir das quais eles podem fazer suas demandas.

Neste sentido, o que a sociedade pensa a respeito do regime político ao qual está submetida, sua relação com os partidos políticos e instituições públicas e o percentual de comparecimento às urnas são bons medidores da cultura política do país. Por outro lado, a cultura política exerce uma influência significativa na forma como as instituições são organizadas e compreendidas. Ela molda as constituições e os poderes das agências previstas nessas instituições, além de influenciar os procedimentos para resolver conflitos e cumprir decisões resultantes delas (BAQUERO, 2008).

A cultura política, conforme definida por Almond e Verba (1963), refere-se ao conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhadas pelos membros de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que desempenham como atores políticos. Essas orientações são internalizadas pelos indivíduos e refletem suas crenças, sentimentos e avaliações em relação à política. Essa concepção de cultura política enfatiza a importância do processo de socialização, que ocorre em diferentes espaços sociais, como família, escola e trabalho, na definição do comportamento político dos indivíduos e grupos. Almond e Verba desenvolveram uma tipologia baseada em diferentes culturas políticas, que se originam de distintas orientações políticas dos atores em relação ao sistema político. Essas orientações podem ser cognitivas, afetivas e valorativas, e direcionam-se para diferentes objetos políticos, como o sistema político geral e os papéis dos indivíduos na estrutura política.

A cultura política moderna, de acordo com Lynch (2017), está intrinsecamente ligada ao surgimento do Estado-Nação europeu e passou por transformações ao longo do tempo, desde o absolutismo ao Estado Democrático. Essas mudanças refletem os valores fundamentais que o Estado se propôs a garantir: autoridade do poder público, liberdade do indivíduo e igualdade do cidadão. As correntes políticas correspondentes a esses valores variam em diferentes graus, formando um espectro político que abrange desde posições mais reacionárias até as mais radicais (Lynch, 2017). Essa evolução da cultura política acompanhou as mudanças ideológicas e institucionais do Estado ao longo dos séculos, moldando a forma como os indivíduos e grupos se relacionam com o sistema político.

Conformação Periférica

Em virtude da expansão colonial europeia, com características imperialistas e com forte poderio militar, impôs-se aos demais continentes a hegemonia da cultura política moderna e suas ideologias constitutivas. De acordo com Lynch (2017), a cultura política moderna, como orientadora da ordem e com um sentido progressista, disseminou a visão de que os diferentes povos e suas culturas têm um papel significativo no processo universal de civilização. Isso reflete a crença de que a evolução das sociedades é um processo contínuo e que todas as culturas contribuem de alguma forma para o avanço da humanidade. Essa perspectiva progressista influenciou a forma como as nações se relacionam entre si e como encaram as diferenças culturais, buscando a promoção de uma convivência pacífica e colaborativa na busca por um desenvolvimento comum.

Destacando as nações mais adiantadas e civilizadas (as centrais) com a produção de ciência, arte e verdade, e, as menos adiantadas e civilizadas (as periféricas) a tentativa de evolução no mesmo sentido. Essa suposta superioridade da cultura europeia justificava o colonialismo central imposto às periferias. As eventuais resistências por parte das populações americanas, asiáticas e africanas não impediram que esses povos assimilassem a cultura europeia. No entanto, essa assimilação ocorreu em grande parte através de uma elite colonial que se esforçava para entender sua própria realidade local usando o instrumental analítico fornecido pela cultura política europeia, que era "cêntrica". Em outras palavras, a cultura política europeia, vista como central e dominante, foi adotada e adaptada pela elite colonial para interpretar e governar as sociedades colonizadas, muitas vezes em detrimento das culturas locais e das perspectivas das próprias populações colonizadas. Essa dinâmica de assimilação cultural e domínio político teve um impacto profundo na história e na formação das sociedades coloniais e pós-coloniais ao redor do mundo.

A Elite do Atraso

Na América Ibérica, especialmente devido à herança colonial europeia, a elite colonial enxergava a realidade ao seu redor como culturalmente exótica, qualitativamente inferior e temporalmente atrasada, o que levou a distinções entre nações com base em critérios de tempo (presente/passado) e lugar (centro/periferia). Esse processo resultou na definição de identidades nacionais marcadas por um complexo de inferioridade. Nesse contexto, diversos elementos, como o clima, a miscigenação étnica, as técnicas de cultivo e as práticas religiosas, foram transformados em diferenças qualitativas no âmbito da existência. O que antes era uma avaliação factual, baseada em assimetrias militares e económicas, passou a ser uma avaliação de valor, destacando a inferioridade

no âmbito da existência e cultura. Por isso, a cultura política brasileira desenvolveu uma preocupação significativa com a modernização do país, buscando reduzir a distância que separa a sociedade brasileira daquelas dos países centrais, que são considerados como padrão de normalidade.

Segundo Lynch (2017), a modernização ou desenvolvimento tornou-se o objetivo primordial da agenda política, sobrepondo-se a outras questões, como o estabelecimento de autoridade, liberdade ou democracia, que são valorizadas apenas na medida em que contribuem ou não colidem com o imperativo modernizador. Para o autor, modernizar significa superar o atraso político, transformando as estruturas sociais, políticas e económicas do país, com o objetivo de se libertar das características coloniais. Outro traço marcante da cultura política brasileira é a distância entre suas instituições políticas mediadoras, inspiradas nas constituições dos países centrais, e sua eficiência social, como discutido no capítulo anterior. Isso indica que, apesar das influências externas, as instituições políticas brasileiras nem sempre conseguem atender plenamente às demandas da sociedade. A própria desconfiança político-partidária da população carioca, consigna apenas 332.033 eleitores cariocas filiados aos 33 partidos registados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2021, o que representa aproximados 6,90% do eleitorado carioca, bem abaixo da média nacional de 11%, segundo o próprio TSE.

Militarismo no Poder

A história política do Brasil tem sido marcada por intervenções militares ao longo do tempo, com o argumento de defender os interesses nacionais contra a suposta decadência cívica dos políticos profissionais e a apatia do povo. Essas intervenções ocorreram em diversos momentos da história brasileira, incluindo os anos de 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e o mais prolongado deles, em 1964, que se estendeu até 1985.

No governo de Jair Bolsonaro, eleito democraticamente em 2018, os militares voltaram a ter um papel significativo na política brasileira. O presidente recorreu à tese de que os militares são os mais patrióticos e únicos capazes de proteger a pátria em meio à suposta decadência dos políticos civis e à apatia da população. Nesta ocasião, a participação dos militares no governo ocorreu a convite e, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU) em julho de 2020, houve um aumento expressivo do número de militares ocupando cargos civis no governo. O relatório do TCU apontou que 6.157 militares da ativa e da reserva estavam ocupando posições civis no governo, mais do que o dobro do número registrado no final do governo anterior em 2018, que totalizava 2.765 militares. Essa presença ampliada dos militares no governo trouxe debates e questionamentos sobre os

limites e implicações da militarização na política brasileira. Alguns defendem que a presença militar pode trazer disciplina e eficiência na gestão pública, enquanto outros levantam preocupações sobre o papel das Forças Armadas em posições civis, o risco de enfraquecimento das instituições democráticas e a possível politização excessiva das Forças Armadas. Esse tema continua sendo objeto de discussões e reflexões na sociedade brasileira. Desta forma, esta recorrente prática da cultura política brasileira destaca os baixos níveis de apoio à democracia de sua população, conforme descritos na *Tabela 13 - Apoio à Democracia* a seguir.

Tabela 13 – Apoio à Democracia

Apoio à Democracia	Total (%)
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	39,70
Um governo autoritário pode ser preferível em algumas circunstâncias	11,40
Tanto faz um governo democrático ou não	36,00
Não sabe	11,50
Não respondeu	1,40
(N)	**1.204**

Fonte: Adaptado de Latinobarómetro (2020)
Elaborado pelo Autor

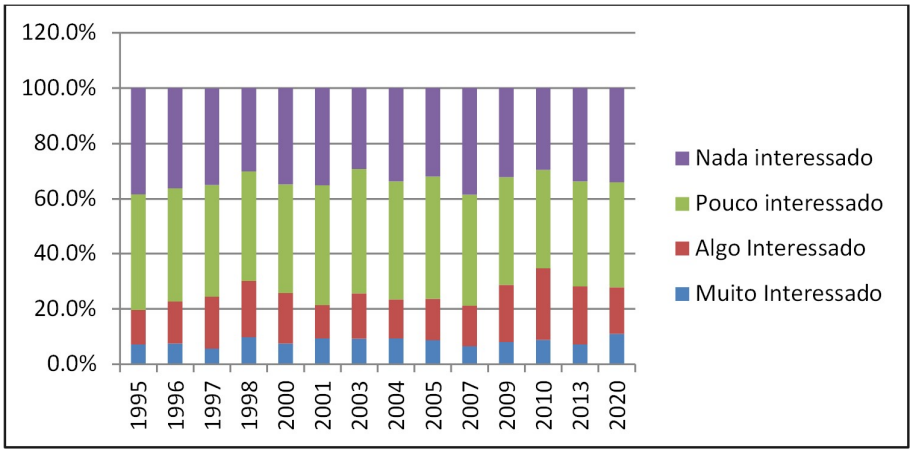
Crise de Representação

A análise da cultura política brasileira revela uma série de desafios e complexidades. A população demonstra uma significativa desconfiança em relação ao governo e seus representantes, e existe uma sensação generalizada de descontentamento com a classe política. As instituições políticas formais têm enfrentado dificuldades em resolver questões relacionadas à desigualdade e exclusão social, o que contribui para a falta de legitimidade e credibilidade dessas instituições. Nesse contexto, o Brasil apresenta uma cultura política híbrida, com aspectos formais e informais que carecem de fortalecimento democrático. É essencial que as instituições políticas sejam acompanhadas por uma noção de justiça social, reconhecendo que a democracia não se limita apenas a regras e procedimentos, mas também demanda uma cultura cidadã com práticas participativas. A participação ativa dos cidadãos é fundamental para o desenvolvimento do processo democrático. A cultura política cidadã, com práticas participativas, permite que os cidadãos influenciem e ajudem a moldar as instituições políticas, em vez de apenas reagirem passivamente às situações impostas. Além disso, o projeto político dos governos também tem impacto na qualidade e resultados da participação. Governos com uma agenda mais progressista tendem a valorizar e viabilizar mais espaços de

participação, e os movimentos sociais tendem a aproveitar esses espaços institucionais para promover suas demandas. Em suma, a cultura política brasileira apresenta desafios no que diz respeito à confiança nas instituições políticas, à participação cidadã efetiva e à legitimação do sistema democrático. O fortalecimento das práticas participativas, o combate à desigualdade social e a busca por projetos políticos inclusivos são elementos cruciais para o avanço e a consolidação da democracia no país.

Entretanto, mesmo com o reposicionamento político em 2018, o governo de Jair Bolsonaro não conseguiu modificar os percentuais de interesse pela política da população brasileira, conforme demonstrado no *Gráfico 1* a seguir.

Gráfico 1 – Evolução do Interesse pela Política



Fonte: Latinobarómetro (2020)
Elaborado pelo Autor

Assim, em média para os anos observados temos: 8,20% muito interessados, 17,20% algo interessados, 40,85% pouco interessados e 33,75% nada interessados pela política brasileira. A baixa participação política observada na sociedade brasileira reforça os conceitos propostos por Almond e Verba (1963) sobre cultura política. Segundo essa perspectiva, a cultura política é composta por orientações cognitivas, afetivas e avaliativas dos indivíduos em relação à política e seus elementos. Ao falar sobre a cultura política de uma sociedade, refere-se ao sistema político que molda os conhecimentos, sentimentos e valores da população.

Nesse contexto, o sistema político funciona através de inputs (demandas da sociedade, ou objetos políticos) e outputs (conversão dessas demandas em políticas, ou objetos administrativos). Os valores políticos exercem um papel significativo no envolvimento das pessoas com a vida pública. Valores como orgulho nacional, respeito pela lei,

participação e interesse por política, tolerância e confiança interpessoal e institucional influenciam a forma como os indivíduos se engajam nas questões políticas (Baquero, 2008). Assim, a cultura política brasileira, marcada pela desconfiança em relação ao governo e às instituições, pela descrença na classe política e pela busca por uma maior participação e justiça social, é moldada por uma série de fatores que incluem tanto os aspectos formais do sistema político quanto as percepções, crenças e valores dos cidadãos em relação à política. O fortalecimento da cultura política cidadã e a promoção de valores democráticos são elementos cruciais para impulsionar a participação política e a consolidação da democracia no país. Em síntese, os baixos índices de confiança interpessoal, político-partidário e nas instituições públicas brasileiras, independente da ideologia política do governo, mantém os eleitores desinteressados pelo próprio sistema político do país.

Considerações Parciais – Fatores Determinantes do Voto

Em nosso estudo, em conformidade com Singer (1998), acreditámos que as predisposições de longo prazo e os estímulos de curto prazo influenciam a decisão do voto do eleitor. Neste sentido, nesta parte do trabalho buscamos na literatura as bases referenciais dos valores humanos em Schwartz e Inglehart - *Capítulo 1*.

A abordagem estrutural dos valores humanos proposta por Schwartz (1994) define valores como metas transsituacionais almejadas, que atuam como princípios orientadores na vida dos indivíduos e grupos sociais. Esses valores são adquiridos por meio da socialização em grupos ou pela experiência individual de aprendizagem, motivando ações específicas e servindo como critérios para avaliar e fundamentar tais ações. Segundo Schwartz, os valores surgem em resposta a três requisitos universais: necessidades biológicas, interação social estável e sobrevivência dos grupos. De acordo com Sears (1975), os anos impressionáveis, que se estendem da infância ao início da idade adulta, são períodos de grande plasticidade em que os sistemas de crenças, valores e atitudes são incorporados. Indivíduos socializados em ambientes de insegurança material tendem a valorizar metas orientadas para questões materiais, enquanto sociedades que superaram esses problemas tendem a dar mais importância a metas pós-materialistas.

Para testar a hipótese de que a sociedade carioca, com problemas sociais básicos, prioriza valores materialistas, enquanto sociedades mais estáveis valorizam metas pós-materialistas, Inglehart (1991) desenvolveu um instrumento para medir esses valores. Os indicadores materialistas avaliam a importância da segurança física e económica, enquanto os indicadores pós-materialistas avaliam a importância da realização profissional, da política e do bem-estar individual. Os estudos da World Values Survey (WVS), que utiliza esse instrumento, são realizados em diferentes períodos temporais e têm se tornado uma das pesquisas transnacionais mais amplamente utilizadas no mundo. A WVS evidencia que as crenças das pessoas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento económico e no crescimento das instituições democráticas, especialmente quando as sociedades possuem governos eficazes. Entretanto, em sua 7ª onda (2018) revela que a sociedade brasileira foi caracterizada, no período de análise, com valores tradicionalistas e numa transição de sobrevivência para autoexpressão, sugerindo assim, que a decisão do voto do eleitorado brasileiro e carioca

sofrem estas influências. Segundo as caracterizações da *WVS*, partidos ou candidatos que valorizem a família e a religião e tenham em sua agenda propostas para estabilidade económica e para segurança pública tendem a uma maior probabilidade de angariar a simpatia do eleitor. Há também posicionamentos favoráveis às questões ambientais, de igualdade de género e inclusão social, surgindo como prioritários para uma parte da sociedade brasileira.

Neste sentido, a desigualdade social entre os 161 bairros cariocas e a insegurança económica da população do município do Rio de Janeiro, sugerem uma tendência à formação de valores do eleitorado relacionados às questões materiais e dos políticos e partidos à propostas assistencialistas e populistas, sugerindo ainda que a decisão do voto do eleitorado brasileiro e carioca sofram destas influências. Cabe ressaltar que os valores de sobrevivência estão diretamente ligados a baixos níveis de confiança e tolerância, em conformidade com Fukuyama (2015), que afirma que uma incapacidade institucional do Estado em democracias da terceira onda, onde estas, não têm conseguido atender a crescente demanda popular, torna patente o declínio da confiança nas instituições públicas, fortemente evidenciados nos dados do *Latinobarómetro* dispostos no *Capítulo 2*, sobre a confiança interpessoal, político-partidária e nas instituições públicas.

No Capítulo 3, discutimos a complementaridade entre o comportamentalismo e o institucionalismo na análise da justificativa da decisão de voto. Na vertente da Ciência Política, que em grande parte adere ao "institucionalismo da escolha racional", prevalece a ideia de que as instituições políticas interagem com as preferências já estabelecidas, provocando um processo de "transição" dessas preferências em relação aos objetos políticos, de acordo com uma "escala de utilidades". Por outro lado, na vertente sociológica, a concepção dominante é que as instituições moldam as preferências dos atores políticos. Nesse caso, o foco teórico e empírico está no processo de formação das preferências, o que significa que a análise se concentra na socialização política, ou seja, no modo como os indivíduos são influenciados pelas instituições sociais e políticas para moldar suas preferências e comportamentos políticos. Essas perspectivas distintas oferecem abordagens complementares para entender como os indivíduos tomam decisões políticas, levando em conta tanto a influência das instituições quanto o papel da socialização na formação das preferências políticas. Essa abordagem ampla é importante para uma análise mais completa e profunda da dinâmica política e do comportamento dos atores políticos em uma sociedade.

Contudo, o comportamento eleitoral da população carioca em 2020, contou ao menos, com seis fatores fundamentais:

1. O voto obrigatório ainda constante da legislação eleitoral brasileira;
2. As desigualdades sociais evidenciadas desde a colonização brasileira;
3. A instabilidade política do período republicano brasileiro;
4. A fragmentação político-partidária que propiciou 14 candidaturas ao pleito;
5. O acesso às informações político-partidárias por meio das mídias sociais, um novo componente da organização social; e
6. A distribuição desproporcional do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Fatores estes que, aliados a cultura política brasileira, onde a sociedade tem uma fraca relação com os partidos políticos, forte desconfiança nas instituições públicas e, neste último pleito, o maior índice de abstenção de voto, indicam o distanciamento do eleitorado ao regime político do país, onde 36% dos brasileiros, segundo *Latinobarómetro (2020)* afirmam que "tanto faz um governo democrático ou não", 11,40% afirmam que "um governo autoritário pode ser preferível em algumas circunstâncias" e, somente 39,70% acham que "a democracia é preferível a qualquer forma de governo", evidenciam a falta de interesse pela política. Segundo Latinobarómetro (2020), os índices médios para os anos compreendidos entre 1995 e 2020 são baixíssimos de interesse pela política, onde apenas 8,20% dos brasileiros se dizem muito interessados, 17,20% algo interessados, 40,80% pouco interessados e 33,70% nada interessados pela política brasileira. Concordando com Inglehart e Welzel (2009, p. 92) como citado por Hoffmann (2016), é possível afirmar que a cultura de uma sociedade é um reflexo de toda a sua herança histórica. Nessa perspectiva, a organização institucional atual do Brasil é resultado da forma como a sociedade se organizou economicamente, socialmente e politicamente no passado. Essa herança histórica moldou as instituições e estruturas políticas que hoje influenciam as decisões e comportamentos dos atores políticos.

A Parte 2 do nosso estudo, a seguir, irá explorar de forma mais detalhada essa herança histórica do Brasil, analisando as principais transformações económicas, sociais e políticas ao longo dos anos. Será feita uma análise cuidadosa das influências históricas que contribuíram para a configuração atual das instituições políticas do país e para a formação da cultura política brasileira.

PARTE 2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA

Capítulo 4 – Influências Colonialistas, Imperialistas e Republicanas

4.1 – Pré-colonial à República Populista (1500-1964)

O Brasil foi "descoberto" por Pedro Álvares Cabral em abril de 1500, como parte da expansão marítima portuguesa. Nos primeiros trinta anos, Portugal concentrou-se em atividades extrativistas e na construção de pequenos entrepostos para reconhecimento da região. O pau-brasil, devido à sua alta qualidade e demanda no mercado europeu, tornou-se o principal produto explorado, e os índios foram utilizados como mão-de-obra para sua extração, recebendo em troca pequenos utensílios e mercadorias, não havendo relatos de outra forma de relação de trabalho. Devido à falta de interesse de Portugal, o Brasil se tornou alvo de outras nações que buscavam expandir seu comércio por meio da exploração. Somente em 1530, Portugal enviou o capitão-mor Martim Afonso ao Brasil para desenvolver as primeiras atividades colonizadoras na região. Martim trouxe consigo animais domésticos, homens, párocos, sementes e plantas em 50 embarcações, efetivando o primeiro empreendimento exploratório colonizador - a empresa açucareira. Dominando as técnicas de plantio da cana-de-açúcar e com a crescente demanda pelo açúcar no mercado europeu, os portugueses iniciaram um projeto efetivo de colonização no Brasil (FAUSTO, 2009 apud OLIVEIRA, 2016).

Os primeiros portugueses que chegaram ao Brasil eram imigrantes mais abastados, que se estabeleceram principalmente em Pernambuco e na Bahia para desenvolver a empresa açucareira. Ao mesmo tempo, Portugal incentivou a migração internacional forçada, conhecida como degredo, para suprir as deficiências de povoamento. Conforme o IBGE (2021), os aproximados dois milhões de ameríndios pré-existentes ao "descobrimento" resultavam de uma diversidade de povos, com características culturais que diferiam significativamente das compreensões de mundo do homem europeu. A chegada dos portugueses trouxe a equivocada crença de que os índios formavam uma cultura homogênea, mas atualmente reconhecemos a diversidade com mais de 200 etnias e línguas proferidas por nossos indígenas. Deste misto de poucos abastados, ameríndios, exilados e criminosos, originou-se a primeira vila brasileira, São Vicente, focada no cultivo da cana-de-açúcar e na instalação de engenhos, servindo como modelo para a colonização do país. Tal modelo baseou-se no consenso internacional de que a soberania de uma nação sobre um território se estabelecia a partir da existência de povoações fixas (MATTOS, 2011).

Em suma, a história da colonização do Brasil revela a complexidade e as diversas influências que moldaram sua trajetória. Desde o "descobrimento" por Pedro Álvares Cabral até a formação das primeiras vilas e empreendimentos exploratórios, como a empresa açucareira, percebemos a interação entre as motivações económicas, as relações de trabalho, as ações colonizadoras e as dinâmicas culturais. A diversidade de povos que habitavam a região antes da chegada dos portugueses e a resistência dos índios ao longo do processo de colonização demonstram a riqueza cultural e étnica que caracteriza a história do Brasil. Ao compreender essa história e suas implicações, podemos melhor compreender a formação da cultura política e das instituições que moldam a sociedade brasileira atual.

Capitanias Hereditárias

A instituição das Capitanias Hereditárias no Brasil resultou de um intenso esforço político do governo português para colonizar e proteger suas terras. Esse sistema consistia na concessão de grandes extensões de terra a um donatário, que passava a ter total autonomia sobre o território e desfrutava de privilégios económicos, sendo responsável por iniciar e desenvolver centros populacionais. Entre os anos de 1534 e 1536, o território brasileiro foi dividido em quinze capitanias, cada uma com um respectivo donatário, geralmente membros da nobreza portuguesa ou com ligações ao rei Dom João III. Através da Carta de Concessão ou Carta Foral, o rei delimitava aproximadamente os limites das capitanias e concedia direitos comerciais, como a isenção de impostos na comercialização de produtos, ou a restrição na venda de outros artigos exclusivos da Coroa, como o pau-brasil. A Carta Foral, como descreve Fausto (2009) citado por Oliveira (2016), garantia ao donatário a posse da terra, com a possibilidade de transmiti-la aos filhos, mas sem autorização para vendê-la. Além disso, a carta delimitava uma sesmaria[3] de dez léguas da costa, onde o donatário deveria fundar vilas, construir engenhos, garantir a segurança e promover a colonização através do povoamento. O donatário, por sua vez, exercia o poder máximo judicial e administrativo da capitania, controlando questões como a escravização indígena, penas e recolhimento de impostos. A Carta Foral também estabelecia tributos e a distribuição dos lucros da produção das capitanias, definindo o que pertencia à Coroa e o que cabia aos donatários. Embora tenha beneficiado a Coroa com lucros, o sistema apresentou desafios para os donatários, que tiveram que desenvolver a colônia com poucos recursos, enfrentando dificuldades causadas pela distância de Portugal e ataques indígenas. Segundo Mattos

[3] No caso da colonização portuguesa da América, as sesmarias, além de pretender criar as condições para o cultivo das novas terras conquistadas, buscavam ainda povoar o novo território.

(2011), esse princípio latifundiário foi um fator determinante das desigualdades sociais que ainda persistem até os dias atuais no Brasil.

Governador Geral

Em 1548, diante dos desafios da administração descentralizada, a Coroa portuguesa optou por centralizar o poder e nomear um governador geral, como Tomé de Sousa, para o Brasil, marcando um novo capítulo na história colonial brasileira. O governador-geral, como apontado por Salgado (1985), representava a monarquia portuguesa, possuindo poderes delegados pelo rei para exercer controle sobre as terras coloniais. Com amplas atribuições, o cargo envolvia a responsabilidade de promover o povoamento das terras e propagar a fé católica, o que o levou a se tornar uma das mais elevadas posições no Império ultramarino português (CONSENTINO, 2005). Nessa fase da colonização, a distribuição das sesmarias era destinada a indivíduos com recursos para cultivar cana-de-açúcar e construir engenhos, isentando-os de alguns tributos, exceto o dízimo à Ordem de Cristo (SALGADO, 1985). As relações entre cristãos e índios eram reguladas pelo governador-geral, que restringia o contato direto entre eles nas aldeias, estabelecia dias específicos para feiras comerciais com os nativos e proibia o fornecimento de armas aos indígenas. Paralelamente, houve uma intensa tentativa de converter os índios ao catolicismo. O regimento do governador-geral à época, conforme Salgado (1985), previa a conversão dos índios ao catolicismo em troca de terras para cultivo e isenção do dízimo por quinze anos. Para índios e africanos rebeldes, a ordem era aprisioná-los. As descobertas de ouro, como apontado por Russell-Wood (1983), causaram transformações na organização territorial da colônia, incluindo sua capital, e contribuíram para o crescimento regional desordenado.

Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, houve uma reestruturação da administração portuguesa com a transferência de órgãos centrais para o Rio de Janeiro, adaptados à nova conjuntura política e institucional da colônia. A abolição do sistema de capitanias ocorreu em 28 de fevereiro de 1821, pouco antes da declaração de independência, e a maioria das capitanias foi transformada em províncias. Ao longo da história do Brasil Colônia, o poder esteve concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terra, a classe senhorial latifundiária dominante, embora houvesse a presença do governador-geral e, posteriormente, do vice-rei. Essa classe dominante controlava diversos aspectos da vida política, económica, social e cultural da colônia, sendo representada e defendida pelas Câmaras Municipais, que tomavam decisões sobre administração dos municípios, impostos, salários, abastecimentos e questões relativas aos índios e escravizados.

Primeiro Reinado (1822 - 1831)

O período compreendido entre 7 de setembro de 1822 e 7 de abril de 1831 marcou a governação de D. Pedro I, o primeiro imperador do Brasil. De acordo com Multrio (2021), essa fase foi caracterizada por disputas entre a elite agrária e o Imperador, bem como conflitos regionais no Nordeste e na Cisplatina. Foi um momento crucial em que o Brasil estabeleceu sua base como Estado-nação, adotando um regime monárquico constitucional com o Imperador como chefe de Estado. Do ponto de vista económico, a exportação de açúcar, tabaco e algodão ganhou destaque, juntamente com um intenso comércio de escravos. Em termos culturais, esse período marcou o início da busca por uma identidade própria, pois o Brasil deixou de ser uma parte do Reino português para se tornar uma nação independente.

Constituição Política

Durante esse período, Dom Pedro I fechou a Assembleia e promulgou uma nova Constituição em 1824, na qual se encontrava o conceito do Poder Moderador, que conferia ao próprio Imperador a prerrogativa de intervir em caso de conflitos entre os poderes legislativo, executivo e judiciário. O Poder Moderador gerou descontentamento em muitos brasileiros, pois viam nele uma forma de centralização excessiva do poder nas mãos do monarca. A política autoritária de Dom Pedro I encontrou forte oposição em dois grupos principais: a emergente imprensa, que através de jornais conhecidos como "pasquins", fomentava críticas e descontentamento com o monarca, e a Câmara dos Deputados, composta por deputados eleitos em 1824, a maioria dos quais se mostrava claramente contrária ao imperador (MULTRIO, 2021). Nesse contexto, surgiram dois grupos políticos de oposição ao monarca: os liberais moderados e os liberais exaltados. Os moderados defendiam a manutenção da monarquia centralizada, enquanto os exaltados pregavam a ideia de uma federação que concederia maior autonomia às províncias do Império. Alguns até defendiam a possibilidade de instauração de uma república (MULTRIO, 2021).

Crise Económica

A queda dos preços dos produtos exportados, como algodão, açúcar e tabaco, e a baixa comercialização do café, levaram o governo a buscar empréstimos junto à Inglaterra. Além disso, o falecimento de Dom João VI em Portugal, em 1826, levou Dom Pedro I a assumir o trono português como Dom Pedro IV, uma vez que não havia renunciado aos seus direitos de herdeiro. Isso gerou um conflito com seu irmão, Dom Miguel, desencadeando uma longa disputa entre os dois. Esses eventos causaram descontentamento no povo brasileiro e, em 1831, culminaram na chamada "Noite das

Garrafadas" - um confronto nas ruas entre portugueses e brasileiros sobre a questão da separação do Brasil de Portugal. Diante desse cenário, Dom Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho e herdeiro, Dom Pedro II, partindo para a Europa para reunir recursos e exércitos para enfrentar Dom Miguel. No entanto, com Dom Pedro II tendo apenas cinco anos na época, não tinha condições de governar. A solução, conforme previsto na Constituição, foi formar uma Regência para governar em seu nome até que atingisse a maioridade (Salgado, 1985).

Segundo Reinado (1840 - 1889)

O período compreendido entre 23 de julho de 1840 a 15 de novembro de 1889 foi marcado por uma relativa paz entre as províncias brasileiras e representou um momento de consolidação do Brasil como nação. Durante esse período, o regime político adotado foi a monarquia parlamentarista, em que o Imperador tinha o papel de escolher o Presidente do Conselho (equivalente a primeiro-ministro) a partir de uma lista com três nomes indicados (GUIMARÃES, 1997).

No âmbito económico, o café tornou-se um produto de fundamental importância, sendo o principal item de exportação do Brasil. Contudo, conforme Guimarães (1997), o país enfrentava um dilema, uma vez que a mão de obra nas plantações de café era composta por pessoas escravizadas. Desde o governo de Dom João VI, o Brasil havia se comprometido a abolir a escravidão, porém, a elite cafeeira se opunha a essa ideia, receando prejuízos económicos. A solução encontrada foi a abolição gradual do trabalho servil. Paralelamente, ocorreu a Guerra do Paraguai (1864-1870), o maior conflito armado da América do Sul, que teve um impacto significativo na economia brasileira. Os gastos com a guerra foram enormes, chegando a ser onze vezes o orçamento anual do país em 1864, deixando o governo brasileiro com uma pesada dívida, especialmente junto aos bancos ingleses que forneceram empréstimos para financiar o conflito. A guerra também fortaleceu o exército como instituição e marcou o início do declínio da monarquia.

Estrutura Política

Durante esse período, parte dos políticos brasileiros percebia a falta de um governo central como uma ameaça à unidade do país. Esses políticos estavam divididos em dois partidos: os Liberais e os Conservadores, ambos defendendo as ideias da elite, incluindo a manutenção da escravidão. Suas principais diferenças residiam na questão do poder central, com os Liberais lutando por maior autonomia provincial e os Conservadores defendendo mais centralização (GUIMARÃES, 1997). Em 1847, Dom Pedro II implantou

o parlamentarismo no Brasil, porém, o sistema funcionava de forma um pouco diferente daquele praticado na Inglaterra. Lá, o primeiro-ministro era o deputado do partido mais votado, enquanto no Brasil, o Presidente de Conselho (primeiro-ministro) era escolhido pelo Imperador, a partir de uma lista com três nomes. Esse arranjo ficou conhecido como parlamentarismo às avessas. Além disso, o Imperador detinha o Poder Moderador, permitindo-lhe realizar intervenções que considerasse necessárias (GUIMARÃES, 1997).

Estrutura Económica

Nesse período, as excelentes condições de plantio no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, impulsionaram a produção e a exportação do café, e posteriormente, os cafezais se espalharam por São Paulo. O Brasil passou a exportar mais do que importar, e a crescente demanda pelo café exigia um aumento na mão de obra. No entanto, os fazendeiros de café, visando proteger seus negócios, resistiam a qualquer lei que favorecesse a abolição da escravidão. Para suprir a demanda de trabalho, os latifundiários apoiaram a vinda de imigrantes, especialmente italianos, para trabalharem nos cafezais. Esse crescimento na exportação do café impulsionou a construção das primeiras ferrovias e o surgimento de novas cidades. Os portos de Santos e Rio de Janeiro prosperaram com o aumento das atividades comerciais relacionadas ao café (BENTIVOGLIO, 2002).

Abolicionismo

Durante esse período crucial da história brasileira, conhecido como o século XIX, o país vivenciou momentos de transformação e consolidação como nação. A economia estava centrada na produção e exportação de café, impulsionada principalmente pelas excelentes condições de plantio no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, e posteriormente pelo crescimento dos cafezais em São Paulo. O Brasil começou a exportar mais do que importar, e a procura pelo café era tão grande que a mão de obra se tornou insuficiente (Bentivoglio, 2002). No entanto, os fazendeiros de café, temendo perder seus investimentos e reduzir suas margens de lucro, resistiam a qualquer lei que favorecesse a abolição da escravidão. Para contornar essa questão, eles passaram a apoiar a vinda de imigrantes, especialmente italianos, para trabalharem nas plantações. O crescimento da exportação de café também impulsionou a construção das primeiras ferrovias e o desenvolvimento de cidades, contribuindo para o florescimento dos portos de Santos e Rio de Janeiro. Enquanto a economia prosperava, crescia também o movimento contrário à escravidão, com diversas sociedades e jornais se posicionando contra essa prática. Os escravos buscavam sua liberdade através dos quilombos, irmandades religiosas e processos judiciais. No entanto, a abolição da escravidão não era um desejo compartilhado pela elite dos fazendeiros. Essa resistência à abolição levou o governo a

promulgar uma série de leis que visavam abolir o trabalho escravo de forma gradual. Dentre elas estavam a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1887) e, finalmente, a Lei Áurea (1888), que determinou o fim da escravidão no Brasil.

Paralelamente, o país recebia um grande número de imigrantes, que chegavam principalmente da Europa. O Censo de 1872 contabilizou 382.132 estrangeiros no Brasil, incluindo portugueses, alemães, italianos e pessoas de outras nacionalidades. Enquanto isso, os negros no país eram classificados como africanos, divididos entre escravos e alforriados (Bentivoglio, 2002). Esse período foi marcado por uma série de mudanças políticas e sociais, com o Brasil buscando sua identidade própria como nação independente. A consolidação da abolição da escravidão e o crescimento económico impulsionado pelo café contribuíram para o desenvolvimento do país, que caminhava para se tornar uma nação mais integrada e com um futuro promissor.

Fim do Segundo Reinado e a Proclamação da República

Conforme apontado por Bentivoglio (2002), o longo governo de Dom Pedro II foi marcado por uma série de conflitos e atritos com importantes setores da sociedade brasileira, enfraquecendo o apoio ao trono imperial. O imperador se contrapôs à igreja, aos militares e à elite rural, o que foi minando o seu prestígio e autoridade. Um dos episódios que direcionaram os acontecimentos para um golpe militar foi a Questão Religiosa, na qual Dom Pedro II exigiu que a igreja não acatasse ordens papais sem a sua aprovação. Essa disputa com a igreja católica gerou tensões e descontentamento. Além disso, os militares também se mostravam insatisfeitos, reivindicando maior reconhecimento, aumento de salários e promoções que não eram atendidas. Essas demandas contribuíram para o descontentamento de alguns oficiais, que passaram a aderir aos ideais republicanos.

Outro fator de descontentamento foi a abolição da escravidão, que incomodou profundamente a elite latifundiária, responsável por grande parte da economia baseada na produção de café e na utilização do trabalho escravo. Com o apoio das elites rurais e dos militares se enfraquecendo, a monarquia se tornou vulnerável. Em 15 de novembro de 1889, um golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca depôs a Família Imperial e proclamou a República. O Brasil, então, passava por uma mudança radical em sua forma de governo, sem a participação popular nesse processo. Assim, encerrava-se o período monárquico e iniciava-se uma nova fase na história do Brasil, com a República sendo estabelecida sob a liderança de Deodoro da Fonseca, que se tornou o primeiro

presidente do país. Esse marco histórico representou o fim da monarquia e o início de uma era republicana, repleta de desafios e transformações para a nação brasileira.

Brasil Republicano

O Brasil republicano, historicamente divido em 5 fases, passou por transformações políticas e partidárias que transitaram das representações das elites para o apoio das massas conforme a seguir.

República Velha (1889-1930)

O período da República Velha, também conhecido como República das Oligarquias, foi marcado pela promulgação da primeira constituição republicana brasileira em 1889. Nessa época, os governos estavam ligados ao setor agrário e mantinham-se no poder de forma alternada, configurando a chamada "política do café com leite". Essa dinâmica de troca de governo foi rompida pela Revolução de 1930, que marcou o fim dessa era (BASBAUM, 1976). Durante a República Velha, prevaleceram práticas políticas que perpetuavam o domínio das oligarquias no país. O mandonismo, caracterizado pelo controle exercido por grandes proprietários de terra sobre a população local, era uma forma de exercer influência política. O coronelismo, por sua vez, consistia na dominação dos coronéis sobre as comunidades locais, buscando conquistar votos para atender aos interesses das oligarquias estabelecidas e do governo federal (BASBAUM, 1976). Esse controle dos votos muitas vezes se dava por meio da distribuição de cargos públicos controlados pelos coronéis ou por meio de intimidação. O clientelismo, outra prática relevante, envolvia a troca de favores entre atores politicamente desiguais, em que entidades políticas superiores concediam favores a outras políticas inferiores em troca de benefícios.

Durante esse período, também ocorreu um avanço industrial incipiente, impulsionando o surgimento do movimento operário no Brasil. No entanto, a desigualdade social e a corrupção política desse período geraram insatisfação e revoltas em diversas regiões do país. A política do café com leite e a política dos governadores foram mecanismos importantes para a sustentação do domínio político das oligarquias. A primeira baseava-se em uma alternância no poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na indicação de presidentes, enquanto a segunda consistia no controle dos governadores dos estados pelos interesses das oligarquias nacionais (BASBAUM, 1976). Em suma, a República Velha ficou marcada pelo predomínio das oligarquias agrárias no poder, bem como por práticas políticas clientelistas e coronelistas que perpetuaram a

desigualdade e a concentração de poder nas mãos de poucos. Esse período foi fundamental para moldar as dinâmicas políticas e sociais do Brasil do século XX.

Política dos Governadores

Durante o governo de Campos Sales, surgiu a política dos governadores (ou política dos estados), que estabeleceu o funcionamento do cenário político brasileiro na época da República Velha. Essa abordagem teve um papel crucial ao solidificar uma aliança entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo ao longo desse período histórico (BELLO, 1983). Nessa estratégia, o Governo Federal oferecia apoio à oligarquia mais influente de cada estado como medida para mitigar os conflitos regionais entre distintas facções oligárquicas. Como contrapartida, as oligarquias assumiam a responsabilidade de eleger deputados e direcioná-los a endossar as diretrizes do Executivo no âmbito Legislativo.
Para garantir o êxito da política dos governadores, o papel do coronel era fundamental, visto que essa figura desempenhava um papel essencial na coordenação dos esforços para garantir a eleição dos deputados vinculados à oligarquia. O coronel, como detentor de poder local, utilizava seus recursos financeiros para exercer influência e assegurar que os eleitores votassem no candidato selecionado. Esse método coercitivo de influência sobre os eleitores ficou conhecido como "voto de cabresto" (BELLO, 1983).

Política do Café com Leite

De acordo com as análises de Bello (1983), um dos conceitos mais notáveis desse período é o que se refere ao pacto entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais sobre a seleção de presidentes. Tal pacto determinava que as oligarquias mencionadas alternariam na indicação de candidatos à presidência.

Características da República Velha

Segundo as análises de Basbaum (1976), o impacto do desenvolvimento industrial do país foi concentrado, especialmente notável na cidade de São Paulo, que experimentou um considerável aumento populacional durante esse período. O progresso industrial e urbano, que ocorreu de forma desigual em várias partes do Brasil, resultou na emergência de um movimento operário que teve destaque no final da década de 1910. Apesar do surgimento incipiente de uma indústria no país, a economia continuou profundamente dependente da exportação de café, uma dependência que perdurou até a década de 1950. Quanto aos direitos sociais, esse período se caracterizou pelo desrespeito a esses direitos, culminando em lutas por parte daqueles que buscavam uma melhoria em suas condições de vida e estavam insatisfeitos com as políticas governamentais.

O fim da República Velha está diretamente relacionado à disputa na eleição presidencial de 1930. Nesse contexto, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais romperam o acordo prévio, uma vez que os paulistas recusaram a ideia de seguir a alternância proposta pela política conhecida como "café com leite". Em resposta, os paulistas apoiaram Júlio Prestes como candidato, enquanto os mineiros se aliaram a outras oligarquias e lançaram a candidatura de Getúlio Vargas. Após a derrota da coligação de Vargas, conhecida como Aliança Liberal, eclodiu uma revolta quando o vice de Vargas, João Pessoa, foi assassinado. Embora o assassinato de João Pessoa não estivesse diretamente ligado à disputa eleitoral daquele ano, ele foi usado como pretexto para o levante contra o presidente Washington Luís. O desfecho dessa revolta, conhecida como Revolução de 1930, foi a deposição do presidente Washington Luís em outubro de 1930 e a consequente impossibilidade de Júlio Prestes assumir a presidência. No mês subsequente, Getúlio Vargas tomou posse como presidente provisório do Brasil, inaugurando um mandato que se estenderia por quinze anos (BORGES, 1992).

Era Vargas (1930-1945)

Durante os anos iniciais de seu governo, sua administração foi notavelmente centralizadora e procurou estreitar laços com as massas. Mantendo-se no cargo até 1945, viu-se compelido a renunciar à presidência devido a um ultimato dos militares. Com sua saída do poder, desencadeou-se um processo de elaboração de uma nova Constituição para o país, marcando o início de uma nova era histórica: a Quarta República (1946-1964).

Características da Era Vargas

Resumir as características da Era Vargas é uma tarefa complexa, devido às distintas fases que a compuseram. De maneira geral, três características principais se destacam:

Primeiramente, a centralização do poder marcou sua gestão ao longo dos quinze anos em que esteve à frente do governo. Durante esse período, Vargas adotou medidas para enfraquecer o poder do Legislativo e fortalecer a autoridade do Executivo. Essa dinâmica se tornou particularmente evidente durante o Estado Novo, quando sua influência se consolidou de forma notória. Outra característica proeminente foi a política trabalhista implementada. Vargas empenhou-se consistentemente em ampliar os benefícios concedidos aos trabalhadores. Criou o Ministério do Trabalho e promoveu a concessão de direitos trabalhistas, visando, assim, não somente fortalecer sua base de apoio, mas também se aproximar das massas populares. Além disso, a propaganda política desempenhou um papel significativo na Era Vargas. Vargas adotou uma estratégia de propaganda para realçar as conquistas de seu governo. Esse aspecto ganhou destaque

durante o período do Estado Novo, impulsionado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que enfatizava as qualidades do regime e de seu líder. Conforme apontado por Bastos (2012), a atuação de Vargas durante essa época também se relaciona ao populismo, caracterizado por uma série de elementos distintivos. Uma relação direta e não institucionalizada com as massas era uma das marcas desse populismo, juntamente com a defesa da união das massas, uma liderança carismática e a fragilidade do sistema partidário.

A Era Vargas é comumente dividida em três fases: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), como observado por Bastos (2012). Segundo Borges (1992), a habilidade de Vargas de se manter no poder, inclusive dissolvendo o Congresso Nacional, gerou descontentamento em diversas partes do país. Durante a fase constitucional (1934-1937), conforme apontado por Janotti (1999), houve uma tendência crescente de radicalização na política brasileira. Nesse contexto, surgiram grupos extremistas, como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Libertadora Nacional (ANL), que promoveu a Intentona Comunista de 1935. Isso impulsionou medidas mais centralizadoras e autoritárias, culminando no estabelecimento do Estado Novo após um autogolpe de Vargas em 1937. O Estado Novo (1937-1945), caracterizado por um governo ditatorial, se estendeu por oito anos. Durante esse período, Vargas consolidou ainda mais seu poder, restringiu as liberdades civis e instituiu a censura. A propaganda desempenhou um papel intensivo, e Vargas buscou estreitar sua relação com as massas. Governando através de decretos-leis, ele fechou o Legislativo e os partidos políticos (LEAL, 1975). Essa etapa constitucional da Era Vargas perdurou até novembro de 1937, quando Getúlio Vargas executou um autogolpe, anulou as eleições de 1938 e instituiu um regime ditatorial no país. O golpe que deu origem ao Estado Novo foi justificado pela divulgação de um documento falso conhecido como Plano Cohen[4] (JANOTTI, 1999). Esse período também se destacou por sua política trabalhista, incluindo a criação do salário-mínimo (1940) e a elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e o enfraquecimento do regime ditatorial contribuíram para uma crescente demanda por eleições. Pressionado, Vargas convocou eleições em 1945 e foi deposto pelos militares em outubro desse mesmo ano (LEAL, 1975).

República Populista (1945-1964)

[4] A situação girava em torno de um plano simulado de ação comunista redigido como uma "hipótese de trabalho", cujo verdadeiro autor era o capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). Com base no Plano Cohen, o presidente Getúlio Vargas imediatamente solicitou ao Congresso a autorização para decretar o estado de guerra por um período de 90 dias. A aprovação dessa medida abriu caminho para o golpe do Estado Novo, ocorrido em 10 de novembro de 1937. A fraude do Plano Cohen só veio à tona após o fim do Estado Novo, em 1945.

A Assembleia Constituinte foi responsável por criar a quinta constituição brasileira, que estabeleceu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, marcando o início da transição para a democracia. Esse processo foi ainda mais fortalecido pela participação das tropas brasileiras na Europa, a partir de 1944, no combate ao nazismo e ao fascismo, em defesa dos valores democráticos. De acordo com Bastos (2012), esse cenário teve reflexos diretos em parte da elite brasileira e nas forças militares. Assim, no período de transição de 1944 para 1945, ambos os grupos intensificaram esforços para conduzir o país à transição de poder para um regime democrático. Uma emenda constitucional, emitida em fevereiro de 1945, resultou na formação dos partidos políticos que competiriam pelo poder, dando origem ao multipartidarismo brasileiro (LAFER, 1975). Dentre os diversos partidos políticos formados à época, destacaram-se os três principais:

a) **União Democrática Nacional (UDN)** - um partido liberal e conservador centrado em uma agenda moralista que focalizava a corrupção, associando-a principalmente a seus adversários. Carlos Lacerda foi uma figura proeminente nesse partido;
b) **Partido Social Democrático (PSD)** - originado da atuação dos burocratas do Estado Novo e com grande participação dos interventores nomeados por Vargas. Foi o partido dominante nesse período e habilmente conquistou votos dos eleitores. Juscelino Kubitschek foi uma figura de destaque; e
c) **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)** - fundado por Getúlio Vargas como parte de sua estratégia de se aproximar das massas. O PTB tinha apelo significativo, especialmente entre os trabalhadores urbanos, e ao longo do tempo alinhou suas pautas com a esquerda política. Getúlio Vargas e João Goulart foram figuras destacadas nesse partido.

Além desses três, havia outros partidos de menor relevância na cena política brasileira. Contudo, os mencionados acima não apenas eram maiores, mas também conquistaram mais votos. Partidos de menor expressão incluíam o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve uma existência breve, atuando entre 1945 e 1947 (LAFER, 1975). Foi somente com a Constituição de 1946 que as melhorias significativas em termos democráticos foram alcançadas. Essa Constituição restabeleceu valores que haviam sido suprimidos durante o Estado Novo e substancialmente ampliou o número de eleitores no Brasil, estendendo o direito de voto a homens e mulheres maiores de 18 anos. Entretanto, os analfabetos ainda eram excluídos desse direito, e os trabalhadores rurais não desfrutavam dos mesmos direitos dos trabalhadores urbanos. Nesse contexto, o governo eleito de Vargas

(1951-1954) - representado pelo PTB - foi marcado por uma crise política intensa devido a polêmicas em torno da política económica nacionalista adotada, principalmente na exploração dos recursos nacionais. A intervenção estatal na economia também gerou desconforto.

Na sequência, a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), uma coalizão PSD/PTB, foi possível graças ao esforço do Ministro da Guerra que organizou o Golpe Preventivo de 1955, eliminando qualquer possibilidade de golpe contra o político mineiro. Isso ocorreu devido a tentativas golpistas entre 1954 e 1955, que visavam impedir tanto as eleições de 1955 quanto a posse de Juscelino. Segundo Lafer (1975), o governo de Kubitschek foi marcado pelo desenvolvimentismo, uma abordagem económica que visava ao crescimento da indústria e da economia do país. Para alcançar esse desenvolvimento, ele implementou o Plano de Metas, que direcionou investimentos para setores cruciais como energia e transporte. Os resultados dos cinco anos de governo Kubitschek incluíram um crescimento anual médio do PIB de 7% e um aumento de 80% na produção industrial. Além disso, o governo se destacou pela construção da nova capital, Brasília, realizada em tempo recorde e com um investimento substancial, transferindo a capital do país do Rio de Janeiro. Apesar dos aspectos positivos, esse governo também foi marcado pelo aumento da desigualdade social e por problemas graves, como investimentos insuficientes em educação e alimentação, que permaneceram como desafios sociais.

Posteriormente, Jânio Quadros (1961) - da UDN - foi eleito democraticamente no país. No entanto, devido a medidas económicas inflacionárias (aumento de preços de combustíveis e alimentos) e medidas sociais controversas (proibição do uso de biquíni e condecoração de Che Guevara), que se contrapunham aos ideais da população e do próprio partido (de orientação conservadora), ele renunciou após sete meses, desencadeando uma crise política sucessória (SOUZA, 1986). Assim, o governo de João Goulart (1961-1964) - do PTB - foi um dos períodos mais tumultuados da história do Brasil. Ele assumiu o cargo em 7 de setembro de 1961 em um sistema parlamentarista. Embora os poderes políticos presidenciais tenham sido enfraquecidos pelo parlamentarismo, a partir de janeiro de 1963, o presidencialismo foi restaurado por meio de um plebiscito popular, permitindo a implementação das Reformas de Base. Essas reformas abordaram áreas cruciais como o sistema tributário, o sistema eleitoral e a ocupação urbana, entre outras. O tema central e controverso foi a reforma agrária, que isolou politicamente o presidente e seu partido, o PTB, levando à perda de apoio do PSD, que se aliou à UDN (SOUZA, 1986).

Nesse contexto, com a participação de militares, civis e, principalmente, grandes empresários, surgiram dois grupos que organizaram o golpe e propagaram uma narrativa para minar o governo junto à população: o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Em 1964, ocorreram dois eventos cruciais:

- Em 13 de março de 1964, o presidente fez o discurso da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, reafirmando seu compromisso em implementar, a qualquer custo, as Reformas de Base;
- Em 19 de março de 1964, aconteceu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, como resposta ao discurso presidencial. Esse evento destacou uma parcela significativa da população alinhada a pautas conservadoras e contrária ao governo.

A sequência desse processo culminou, em 31 de março de 1964, em uma conspiração que levou ao golpe, com as forças militares tomando posições estratégicas e, no início de abril, o presidente do Senado declarou a presidência do Brasil vaga, consolidando o golpe contra a democracia e João Goulart (SOUZA, 1986).

4.2 – Ditadura Militar (1964-1985)

Conforme Vieira (1988), em 9 de abril de 1964, foi promulgado o Ato Institucional Número 1 (AI-1), marcando o início de um período de interferência militar na gestão política da sociedade brasileira. O AI-1 resultou na cassação de mandatos políticos, na perda da estabilidade de funcionários públicos e concedeu ao Congresso poderes para eleger o novo presidente. Assim, o Brasil viu o primeiro presidente do período ser o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, e esse período ficou marcado pela censura à imprensa, restrições aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime autoritário. No entanto, o AI-1 representou apenas o início da intervenção militar na gestão política. Após o golpe de 1964, um modelo político foi instaurado com o objetivo de fortalecer o poder executivo. Dezessete atos institucionais e cerca de mil leis excepcionais foram impostas à sociedade brasileira. O Ato Institucional nº 2 marcou o fechamento dos antigos partidos políticos e a adoção do sistema de bipartidarismo, com os seguintes partidos: Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo; Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando a oposição, mas com limites restritos de atuação.

O governo estabeleceu um rigoroso sistema de controle por meio da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), liderado pelo general Golbery do Couto e Silva. Esse órgão investigou suspeitos de conspirar contra o regime, incluindo empresários e estudantes (VIEIRA, 1988). Os atos institucionais promulgados durante os mandatos dos generais Castello Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969) efetivamente eliminaram o Estado de direito e as instituições democráticas do país.

Apesar da repressão, o novo governo enfrentou desafios. Surgiu a Frente Ampla, liderada pelo jornalista Carlos Lacerda e pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, como uma força de oposição ao governo (STEPAN, 1975).

As Manifestações Sociais

Durante esse período, a sociedade brasileira encontrou formas de resistir às arbitrariedades do governo, sobretudo por meio das artes, sendo os festivais de música um canal expressivo de manifestação. A igreja Católica, por sua vez, estava dividida, com grupos tradicionais apoiando o governo e setores mais progressistas criticando a doutrina de segurança nacional. Greves operárias e passeatas estudantis marcaram o cenário, buscando o fim do arrocho salarial e a liberdade política (STOTZ, 1986). Com o intuito de enfraquecer organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o general Costa e Silva promulgou o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968. Esse ato suspendeu as atividades do Congresso Nacional e autorizou a perseguição sistemática de opositores.
Em outubro de 1969, o presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) estabeleceu um decreto-lei que tornou a censura prévia à imprensa ainda mais rigorosa.

A Base Económica

Durante o governo Médici a sustentação económica era baseada na exportação de soja, minérios e frutas em alta no mercado internacional, e, na importação de petróleo, trigo e fertilizantes favorecidos pelos baixos preços internacionais. O setor de bens duráveis e a indústria da construção foram fortalecidos, onde foram financiadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) mais de 1 milhão de moradias (STOTZ, 1986).

Transição

Segundo Skidmore (1983), o governo Médici, enfraquecido pela crise internacional do petróleo e pelo aumento da dívida externa brasileira, foi substituído na Presidência pelo general Ernesto Geisel (1974-1979) que tinha o compromisso de promover a redemocratização do país. Neste período houve um fortalecimento da oposição (MDB)

que obteve ampla vitória no Congresso, não permitindo o governo aprovar a reforma constitucional, fato que contribuiu para o próprio fechamento do Congresso e o aumento do mandato do presidente para seis anos.

Contudo, a oposição apoiada pela sociedade civil, conseguiu reabrir o Congresso e revogar o AI-5, não permitindo futuros fechamentos, nem cassações dos direitos políticos dos cidadãos. O general João Baptista Figueiredo, eleito presidente de forma indireta (1979-1985), aprofundou o processo de reabertura política, onde surgiram vários partidos (1981), entre eles o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido dos Trabalhadores (PT), mas, amargou a maior crise económica brasileira com inflação de mais 200% ao ano e dívida externa superior a 100 bilhões de dólares.
Na sequência, em 1983, o movimento - Diretas Já - uniu a sociedade civil e diversas lideranças políticas, tais como, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Ulysses Guimarães, entre outros. Mas, ainda de forma indireta (1984), Tancredo Neves e seu vice José Sarney, ambos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foram eleitos dando fim aos dias de ditadura militar (SKIDMORE, 1983).

4.3 – Processo de Redemocratização (1985-hoje)

O período pós-Ditadura Militar teve início com a redemocratização do Brasil, marcada pela eleição indireta de Tancredo Neves como presidente, embora sua posse tenha sido impedida por seu falecimento. Seu vice, José Sarney, assumiu a presidência em 1985 e promulgou a Constituição de 1988, estabelecendo um Estado Democrático de Direito e consolidando a república presidencialista. Esse período foi caracterizado pelo retorno das liberdades sociais, eleições diretas, fortalecimento do sistema político multipartidário, inserção no cenário internacional por meio do MERCOSUL e aumento da influência do Brasil no mundo (SALLUM, 1996).

O governo de José Sarney (1985-1990) se destacou pelo Plano Cruzado, uma série de medidas para conter a inflação, incluindo o congelamento de preços e a criação de uma nova moeda, o cruzado. O sucesso inicial do plano levou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) a vencer as eleições de 1986 em quase todos os estados. Entretanto, o Plano Cruzado II trouxe o descongelamento de preços, levando à insatisfação popular e à moratória da dívida externa em 1987. Em seguida, Fernando Collor de Mello (1990-1992) assumiu a presidência com a promessa de combater a corrupção. Lançou o Plano Collor para conter a inflação, mas seu governo foi abalado por denúncias de corrupção feitas por seu irmão, Pedro Collor, levando-o a renunciar em 1992. Itamar Franco (1992-1994) que sucedeu Collor, implementou o Plano Real, um

plano económico liderado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), então Ministro da Fazenda. O Plano Real finalmente conseguiu controlar a inflação após décadas de instabilidade económica. FHC, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), foi eleito presidente em 1994 e reeleito em 1998. Seu governo buscou estabilizar o Brasil, reduzindo desigualdades sociais e implementando reformas na economia e na administração pública, apesar dos desafios.

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva (Lula) do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito presidente, ampliando programas sociais e criando iniciativas como o Bolsa-Família. Lula foi reeleito em 2006, reduzindo inflação e juros, aumentando a renda per capita e fortalecendo a posição do Brasil no BRICS.[5] Em 2010, Dilma Rousseff (PT) tornou-se a primeira mulher eleita presidente, dando continuidade a programas assistenciais como o Bolsa-Família e o Minha Casa, Minha Vida, que fornecia moradia subsidiada para os menos favorecidos. Conforme destacado por Alencastro (2016), após sua reeleição nas eleições presidenciais, Dilma Rousseff enfrentou um cenário de fortes protestos contra a corrupção em vários estados do Brasil em 2015. Paralelamente, crescente insatisfação popular com seu governo resultou no enfraquecimento de sua base política. Nesse contexto, um processo de impeachment contra a presidente foi iniciado em dezembro do mesmo ano, fundamentado em acusações relacionadas às chamadas "pedaladas fiscais" – práticas que não cumpriram os limites de gastos governamentais durante seu governo. Em maio de 2016, o Senado Federal aprovou a admissibilidade do processo de impeachment, levando ao afastamento de Dilma Rousseff do cargo de presidente. O vice-presidente Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu interinamente a presidência durante o período de julgamento, que se consolidou em dezembro do mesmo ano, quando ele foi empossado definitivamente como presidente. Com forte apoio no Congresso tramita e aprova reformas, tais como, o teto dos gastos públicos, reforma do ensino médio, trabalhista e a da previdência necessárias a décadas. Contudo, encerra seu governo em dezembro de 2018 com o maior índice de rejeição desde a ditadura militar (ALENCASTRO, 2016).

Muito em função do descrédito da esquerda brasileira e da rejeição de Temmer (centro) o governo de Jair Bolsonaro iniciou em janeiro de 2019 com previsão de término em dezembro de 2022. O militar da reserva e deputado federal licenciado, pertencente aos

[5] O conjunto económico conhecido como BRICS é composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes que se uniram para promover o diálogo, identificar convergências e cooperar em diversos temas, além de ampliar contatos e colaboração em setores específicos. No final do seu primeiro mandato, ocorre o início da Operação Lava Jato, que revela um vasto esquema de lavagem de dinheiro movimentando mais de 10 bilhões de reais. A polícia federal considerou esse esquema como a maior trama de corrupção na história do Brasil (SALLUM, 2004).

quadros do Partido Social Liberal (PSL), foi eleito presidente em outubro de 2018 com 55,13% dos votos válidos no segundo turno das eleições presidenciais, novamente com a campanha baseada no combate à corrupção, derrotando Fernando Haddad (PT), que obteve 44,87% dos votos. Contudo, após os quase quarto anos de governo, até outubro de 2022, as necessárias reformas políticas, agrárias, fiscais, tributárias e na educação, entre outras promessas de governo, não saíram do papel, ou saíram de forma rudimentar, a economia do país não decolou, as desigualdades sociais não diminuíram, observou-se o retorno da inflação, com um índice de 11,73% acumulado nos últimos 12 meses e, mesmo assim, Jair Bolsonaro se lança como pré-candidato à Presidência da República, só que desta vez pelo Partido Liberal (PL), mais uma forte evidência da migração partidária dos políticos brasileiros e da utilização da máquina administrativa em seu favor.

É verdade que nesses últimos 37 anos (1985-2022) da república brasileira (processo de redemocratização) ficaram caracterizados pela instabilidade dos governos, com sete presidentes eleitos democraticamente, onde o primeiro, mesmo que eleito de forma indireta, por morte, não tomou posse (Tancredo) sendo substituído por seu vice (Sarney), dois tiveram seus mandatos interrompidos (Collor em 1992 e Dilma em 2016) e um foi preso (Lula em 2018) por fortes evidências de corrupção, altos índices de desconfiança interpessoal, político-partidária e nas instituições públicas, agravados pelas fragilidades económicas e de saúde pública evidenciados pela pandemia SARS-COV-2 (COVID-19). Mas, é interessante que em pesquisa publicada em 30 de setembro de 2022, segundo o (DATAFOLHA, 2022), dentre os candidatos à presidência da república, o ex-presidente Lula (PT) estava com 54% das intenções de voto, seguido de atual presidente Bolsonaro (PL) com 34%, Ciro Gomes (PDT) com 9% e Simone Tebet (MDB) com 5%.

Mais recentemente, já tendo ocorrido o primeiro turno das eleições presidenciais, segundo as apurações oficiais (TSE, 2022), o ex-presidente Lula obteve 48,43% e o atual presidente Bolsonaro 43,20% dos votos válidos, o que os credenciou para o segundo turno da disputa eleitoral. Por fim, Lula foi novamente eleito presidente com 50,90% dos votos (segundo turno) em novembro de 2022. Desta forma, apesar de todos os fatos relatados, parece que o povo esquece sua própria história.

Capítulo 5 – O Município do Rio de Janeiro

5.1 – Prefeitos Recentes

Em meio a este processo de redemocratização conturbado, iniciado no período da Nova República, o município do Rio de Janeiro até as eleições de 2020, elegeu e empossou 10 prefeitos, conforme *Tabela 14* a seguir.

Tabela 14 – Prefeitos Recentes

Mandatos	Nome	Espectro Político (*)	Partido ou Coligação
01/01/1986 - 31/12/1988	Saturnino Braga	Esquerda/Centro-Esquerda	PDT/PSDB
01/01/1989 - 31/12/1992	Marcello Alencar	Esquerda	PDT
01/01/1993 – 31/12/1996	Cesar Maia	Centro/Direita	PMDB/PFL
01/01/1997 – 31/12/2000	Luiz Paulo Conde	Direita	PFL
01/01/2001 – 31/12/2004	César Maia	Centro/Direita	PTB/PFL
01/01/2005 – 31/12/2008	César Maia	Direita	DEM
01/01/2009 – 31/12/2012	Eduardo Paes	Centro	PMDB
01/01/2013 – 31/12/2016	Eduardo Paes	Centro	PMDB
01/01/2017 – 31/12/2020	Marcelo Crivella	Direita	PRB
01/01/2021 – 31/12/2024	Eduardo Paes	Direita	DEM

Fonte: Adaptado de TRE-RJ (2020)

Elaborado pelo Autor

(*) Espectro político retirado dos próprios estatutos dos partidos registados no TSE.

Mesmo com um sistema multipartidário altamente fragmentado, pois, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), existem 33 partidos políticos registados, a transição das últimas dez gestões da prefeitura se deu entre 6 partidos. É possível observar que, somente nas duas primeiras eleições à prefeitura após o período de ditadura militar (1964-1985), a decisão do voto teve uma tendência de espectro político de esquerda, com Saturnino Braga e Marcello Alencar eleitos pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e vice-prefeito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido de coligação da primeira eleição. Desta forma, desde 1993 até os dias atuais, há uma predominância da decisão do voto por candidatos/partidos de espectro político de direita. Podemos observar ainda que, tanto Cesar Maia quanto Eduardo Paes – cada um eleito três vezes - transitaram por três e dois partidos políticos respectivamente, não evidenciando uma forte identidade partidária do eleitorado carioca. De acordo com as observações de Gimenes (2017), diversos fatores contribuem para o baixo nível de institucionalização das legendas partidárias no Brasil. Estes fatores incluem o personalismo político, que

tende a se sobrepor à força dos partidos; a desconfiança do eleitorado em relação aos partidos políticos; a alta volatilidade nas eleições, levando a mudanças frequentes de apoio; a migração de políticos entre partidos; a fragilidade das próprias estruturas partidárias; a ineficácia das instituições políticas em geral; a influência de clãs regionais e famílias no cenário político; as denúncias de corrupção que prejudicam a imagem dos partidos; e a falta de clareza e proximidade dos programas partidários com os eleitores. Gimenes (2017) também ressalta que a estrutura institucional complexa do Brasil dificulta o fortalecimento dos partidos políticos, enquanto a alta fragmentação e pluralidade partidária tornam difícil para os eleitores reconhecerem e se identificarem com uma legenda específica. Ele argumenta que tanto fatores individuais quanto contextuais desempenham um papel na explicação da baixa identificação partidária no país.

De acordo com as análises de Carreirão (2014), o Brasil se destaca como o país mais fragmentado da América Latina em termos de legendas partidárias, e essa fragmentação tende a aumentar ainda mais entre as vertentes de direita e esquerda. No entanto, é importante observar que a alta quantidade de partidos não necessariamente traduz um apoio eleitoral diversificado. Em vez disso, essa proliferação de legendas dificulta o conhecimento dos eleitores sobre suas opções políticas, o que pode resultar em problemas de responsabilização (accountability). É relevante destacar que os termos "direita" e "esquerda" têm suas origens no contexto da Revolução Francesa (1789), onde a esquerda defendia princípios igualitários, enquanto a direita favorecia a aristocracia. Ao longo do tempo, esses termos evoluíram e se associaram ao conservadorismo e ao liberalismo. Conforme Bobbio (1997), a esquerda valoriza a igualdade, enquanto a direita prioriza a liberdade. Contudo, ao observarmos a retrospectiva das últimas 10 eleições à prefeitura do município do Rio de Janeiro, apesar dos altos índices de desconfiança já relatados, podemos afirmar que o carioca tende a decidir o seu voto em partidos de espectro político de centro-direita e em candidatos reincidentes.

5.2 – Eleitor Carioca

O Município do Rio de Janeiro é a capital do Estado do Rio de Janeiro e a segunda cidade mais populosa do país. Segundo o DataRio (2019), possui uma área territorial de 1.204 km², uma população estimada de mais de 6.800.000 habitantes, um eleitorado superior 4.500.000 de pessoas distribuídas pelas 33 regiões administrativas (RA), 49 zonas eleitorais (ZE) e seus 161 bairros.

No que se refere ao eleitorado, conforme as observações de Baker (2006), estudos que investigam a opinião pública indicam que a maioria dos eleitores possui um nível limitado de compreensão política e cognitiva. Esse cenário dificulta a formação de vínculos partidários sólidos (GIMENES et al., 2016) e também dificulta o uso das siglas partidárias como atalhos para entender a orientação política da população de maneira ampla e, especialmente, durante os períodos eleitorais. Esse enquadramento segue a lógica do modelo de escolha racional proposto por Downs (1957). Contudo, para as eleições de 2020, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o município do Rio de Janeiro em 2020 contou com 4.851.887 eleitores registados que correspondiam a 38,95% dos eleitores do Estado. A *Tabela 15*, estratifica esses eleitores por sexo e faixa etária.

Tabela 15 – Eleitorado Carioca por Faixa Etária

Faixa Etária (ANOS)	Masculino (M)	%M/T	Feminino (F)	%F/T	Não Informado (N)	%N/T	Total (T)	%T/TT
Inválida	18	35,29	33	64,71	0	0	51	0
16 anos	438	46,35	507	53,65	0	0	945	0,02
17 anos	3.428	48,43	3.650	51,57	0	0	7.078	0,15
18 a 20	77.233	48,64	81.537	51,36	0	0	158.770	3,27
21 a 24	168.355	48,64	177.760	51,36	0	0	346.115	7,13
25 a 34	412.657	48,26	442.329	51,74	0	0	854.986	17,62
35 a 44	429.988	46,91	486.564	53,09	0	0	916.552	18,89
45 a 59	540.098	45,47	646.933	54,46	902	0,08	1.187.933	24,48
60 a 69	281.737	42,62	378.067	57,19	1.211	0,18	661.015	13,62
70 a 79	148.485	39,06	230.649	60,68	986	0,26	380.120	7,83
79 ou +	130.651	38,62	206.286	60,97	1.385	0,41	338.322	6,97
Totais	**2.193.088**	**45,20**	**2.654.315**	**54,71**	**4.484**	**0,09**	**4.851.887**	**100**

Fonte: Adaptado do TSE (2020)
Elaborado pelo Autor

Desta forma, podemos observar que o eleitorado carioca era, maioritariamente, feminino (54,71%) contra os eleitores do sexo masculino (45,20%). Contudo, ao totalizarmos ambos os sexos, percebemos que estão concentrados, principalmente, nas faixas etárias entre 25 e 69 anos, que juntas totalizam 74,61% dos de eleitores. E, ao estratificarmos o eleitorado carioca por sexo e grau de instrução, observamos que 75,05% estão compreendidos entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo contra os 18,42% que possuem curso superior completo ou incompleto, conforme detalhado na *Tabela 16* a seguir.

Tabela 16 – Eleitorado Carioca por Grau de Instrução

Grau de Instrução	Masculino (M)	%M/T	Feminino (F)	%F/T	Não Informado (N)	%N/T	Total (T)	%T/TT
Analfabeto	27.936	41,05	39.909	58,64	211	0,310	68.056	1,403
Ensino Fundametal Completo	205.590	45,18	248.561	54,63	855	0,188	455.006	9,378
Ensino Fundamental Incompleto	433.188	46,23	502.739	53,65	1.120	0,120	937.047	19,310
Ensino Médio Completo	463.202	41,80	644.502	58,15	563	0,051	1.108.267	22,840
Ensino Médio Incompleto	582.722	51,07	558.015	48,91	259	0,023	1.140.996	23,520
Lê e Eecreve	98.649	40,85	141.831	58,73	1.037	0,429	241.517	4,978
Não Informado	3.069	42,35	4.044	55,80	134	1,849	7.247	0,149
Superior Completo	239.674	40,63	350.074	59,34	207	0,035	589.955	12,160
Superior Completo	139.058	45,77	164.640	54,19	98	0,032	303.796	6,261
TOTAL(TT)	**2.193.088**	**45,20**	**2.654.315**	**54,70**	**4.484**	**0,09**	**4.851.887**	**100**

Fonte: Adaptado do TSE (2020)

Elaborado pelo Autor

Outro fator que consideramos influente na decisão do voto é a geografia do eleitorado carioca associado ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos bairros e regiões administrativas do município.

O Relatório de Progresso Social do Rio de Janeiro (RPS, 2020), publicado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em janeiro de 2021, destaca a análise comparativa entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município. O RPS revela que, embora o Rio de Janeiro ocupe o segundo lugar no ranking do PIB dos municípios brasileiros, sua posição no IDH é apenas a 45ª. Isso evidencia que o desenvolvimento económico, embora necessário, não é suficiente para garantir o progresso social, uma vez que a distribuição de riqueza pode contribuir para ampliar as desigualdades. Diante disso, o município do Rio de Janeiro optou por utilizar o Índice de Progresso Social (IPS), criado por acadêmicos da Universidade de Harvard e do Massachusetts Institute of Technology (MIT). O Instituto Pereira Passos é responsável pela elaboração do índice no município (IPS-Rio). O IPS-Rio avaliou o desempenho de cada uma das 32 Regiões Administrativas do Município em três dimensões do progresso social: Necessidades Básicas; Fundamentos do Bem-Estar; e Oportunidades. Cada dimensão é subdividida em quatro componentes, alimentados por diversos indicadores que ajudam a traçar um retrato mais detalhado da cidade.

O IPS do Município do Rio de Janeiro é 60,70, em uma escala de zero a 100. Esse desempenho mediano revela grandes desigualdades na cidade. Por exemplo, a Região Administrativa (RA) de Botafogo lidera o ranking de progresso social, com um índice de 85,03, mais que o dobro da RA Portuária, que obteve o pior desempenho: 42,06. Entre as 32 RAs do Município, apenas 12 estão acima da média do IPS, abrangendo cerca de 38% da população. Apenas cinco regiões alcançam um índice acima de 70: Copacabana (80,23), Lagoa (79,02), Vila Isabel (73,05), Tijuca (71,61) e Botafogo. Por outro lado, sete RAs possuem um IPS em torno de 40: Cidade de Deus (47,84), Maré (47,20), Jacarezinho (45,15), Complexo do Alemão (43,68), Guaratiba (43,54), Pavuna (42,97) e Portuária (42,06). Além das RAs mencionadas, o Instituto Pereira Passos dividiu os resultados em dois grupos intermediários: um com IPS entre 60 e 69, incluindo Méier, Centro, Ilha do Governador, Penha, Irajá, Inhaúma, Santa Teresa e Jacarepaguá; e outro com IPS entre 50 e 59, incluindo Ramos, Campo Grande, Anchieta, Bangu, Realengo, Madureira, Rio Comprido, Vigário Geral, Maré e São Cristóvão.

O Município do Rio de Janeiro obteve o melhor desempenho na dimensão de Necessidades Básicas (75,09), que abrange indicadores relacionados à nutrição, acesso à água potável, saneamento, moradia e segurança pessoal. As outras duas dimensões, Fundamentos do Bem-Estar (média de 53,39) e Oportunidades (média de 53,61), apresentaram desempenhos mais baixos. A dimensão Oportunidades teve seu pior desempenho no acesso à Educação Superior, com um índice de apenas 32,36. Já na dimensão Fundamentos do Bem-Estar, os componentes de acesso ao conhecimento básico (49,96) e sustentabilidade dos ecossistemas (50,26) foram os de pior desempenho. Esses números revelam que o município precisa implementar políticas públicas mais eficazes nas áreas de pior desempenho para alcançar níveis mais elevados de progresso social.

5.3 – Legislação Eleitoral

A Legislação Eleitoral vigente, estabelecida pela Lei nº 9.504/1997, regula a participação nas eleições para cargos como Presidente da República, Senadores Federais, Deputados Federais, Governadores Estaduais, Deputados Estaduais, Prefeitos Municipais e Vereadores Municipais. O voto é obrigatório para todos os brasileiros entre 18 e 70 anos, facultativo para jovens de 16 a 18 anos e pessoas com 70 anos ou mais. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desempenha o papel máximo na justiça eleitoral no Brasil e trabalha em conjunto com os Tribunais Regionais Eleitorais para coordenar todo o processo eleitoral nos estados, municípios e no distrito federal. Dessa forma, é determinado que, caso nenhum dos candidatos alcance mais de 50% dos votos válidos

no primeiro turno, haverá um segundo turno, com apenas os dois candidatos mais votados, sendo eleito aquele que obtiver a maioria dos votos.

A Lei nº 9.504/1997, no artigo 11, estipula que os partidos políticos e coligações podem apresentar o requerimento de registro oficial de seus candidatos para as prefeituras municipais até 45 dias antes do primeiro turno. Nos artigos 36 e 57-A, são definidas as datas de início e término e as regras para a veiculação da propaganda eleitoral. No que se refere ao Financiamento Coletivo (FC), também de acordo com a Lei nº 9.504/1997, entidades que promovem técnicas e serviços de financiamento coletivo através de sites, aplicativos e recursos similares podem oferecer esse serviço, seguindo as diretrizes da Justiça Eleitoral, que regulamenta as regras, formas e limites para doações, bem como os procedimentos para prestação de contas. Além disso, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é um fundo público destinado a financiar campanhas eleitorais de candidatos, conforme previsto nos artigos 16-C e 16-D da mesma lei.

A gestão e distribuição dos recursos do FEFC são regulamentadas pela Resolução-TSE nº 23.605/2019. Para a eleição geral de 2020, o valor total do FEFC foi de R$ 2.034.954.824,00, aproximadamente 340 milhões de euros, disponibilizado pelo Tesouro Nacional ao TSE em 1º de junho de 2020, conforme o artigo 16-C, § 2º da Lei nº 9.504/1997. Os valores das cotas individuais de cada partido foram calculados de acordo com critérios estabelecidos no artigo 16-D da mesma lei e aprovados pelo Plenário do TSE, no Processo Administrativo nº 0600628-33.2020.6.00.0000. A distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) das Eleições 2020 considera o número de representantes eleitos para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal na última eleição geral, bem como o número de senadores filiados ao partido que, na data do pleito, estavam nos primeiros quatro anos de mandato. A divisão do fundo obedeceu aos seguintes critérios: 48% divididos entre os partidos, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados na última eleição geral; 35% divididos entre os partidos, proporcionalmente ao percentual de votos válidos obtidos pelas siglas que possuem pelo menos um representante na Câmara; 15% divididos entre os partidos, proporcionalmente ao número de representantes no Senado; e 2% divididos igualmente entre todos os partidos registrados no TSE. Desta forma, a *Tabela 17* a seguir, demonstra a cota-parte de cada partido político registado no TSE.

Tabela 17 – Fundo Especial de Financiamento de Campanha

Pigla Partidária	Cota 2% (R$)	Cota 15% (R$)	Cota 35% (R$)	Cota 48% (R$)	Totais em Reais (R$)
PT	1.233.305,95	23.183.029,64	74.062.410,97	102.818.770,05	201.297.516,62
PSL	1.233.305,95	11.591.514,82	83.798.828,98	102.818.770,05	199.442.419,81
MDB	1.233.305,95	42.502.221,01	39.780.122,07	64.737.744,11	148.253.393,14
PP	1.233.305,95	23.183.029,64	40.090.827,53	76.161.051,89	140.669.215,02
PSD	1.233.305,95	27.046.867,91	42.046.202,95	68.545.846,70	138.872.223,52
PSDB	1.233.305,95	30.910.706,19	43.090.561,82	55.217.487,62	130.452.061,58
DEM	1.233.305,95	27.046.867,91	33.504.995,00	59.025.590,22	120.810.759,08
PL	1.233.305,95	7.727.676,55	38.210.789,95	70.449.898,00	117.621.670,45
PSB	1.233.305,95	7.727.676,55	39.654.554,14	60.929.641,51	109.545.178,16
PDT	1.233.305,95	15.455.353,09	33.312.448,74	53.313.436,32	103.314.544,11
REPUBLICANOS	1.233.305,95	3.863.838,27	36.509.826,89	59.025.590,22	100.632.561,34
PODE	1.233.305,95	27.046.867,91	26.839.341,37	22.848.615,57	77.968.130,80
PTB	1.233.305,95	11.591.514,82	14.793.443,32	19.040.512,97	46.658.777,07
SOLIDARIEDADE	1.233.305,95	3.863.838,27	14.284.055,45	26.656.718,16	46.037.917,83
PSOL	1.233.305,95	-	20.360.697,57	19.040.512,97	40.634.516,50
PROS	1.233.305,95	3.863.838,27	14.954.241,06	17.136.461,68	37.187.846,96
NOVO	1.233.305,95	-	20.098.466,93	15.232.410,38	36.564.183,26
CIDADANIA	1.233.305,95	7.727.676,55	11.631.331,55	15.232.410,38	35.824.724,42
PATRIOTA	1.233.305,95	3.863.838,27	16.713.852,21	13.328.359,08	35.139.355,52
PSC	1.233.305,95	3.863.838,27	12.910.231,61	15.232.410,38	33.239.786,22
PC do B	1.233.305,95	-	12.572.092,67	17.136.461,68	30.941.860,30
REDE	1.233.305,95	19.319.191,37	5.973.666,05	1.904.051,30	28.430.214,66
AVANTE	1.233.305,95	-	13.559.602,60	13.328.359,08	28.121.267,64
PV	1.233.305,95	-	11.649.410,87	7.616.205,19	20.498.922,01
PTC	1.233.305,95	3.863.838,27	4.401.452,35	-	9.498.596,58
PMN	1.233.305,95	-	4.638.867,81	-	5.872.173,76
DC	1.233.305,95	-	2.791.865,95	-	4.025.171,90
PCB	1.233.305,95	-	-	-	1.233.305,95
PCO	1.233.305,95	-	-	-	1.233.305,95
PMB	1.233.305,95	-	-	-	1.233.305,95
PRTB	1.233.305,95	-	-	-	1.233.305,95
PSTU	1.233.305,95	-	-	-	1.233.305,95
UP	1.233.305,95	-	-	-	1.233.305,95
Totais	40.699.096,48	305.243.223,60	712.234.188,40	976.778.315,52	2.034.954.823,96

Fonte: Adaptado de TSE (2020)

Elaborado pelo Autor

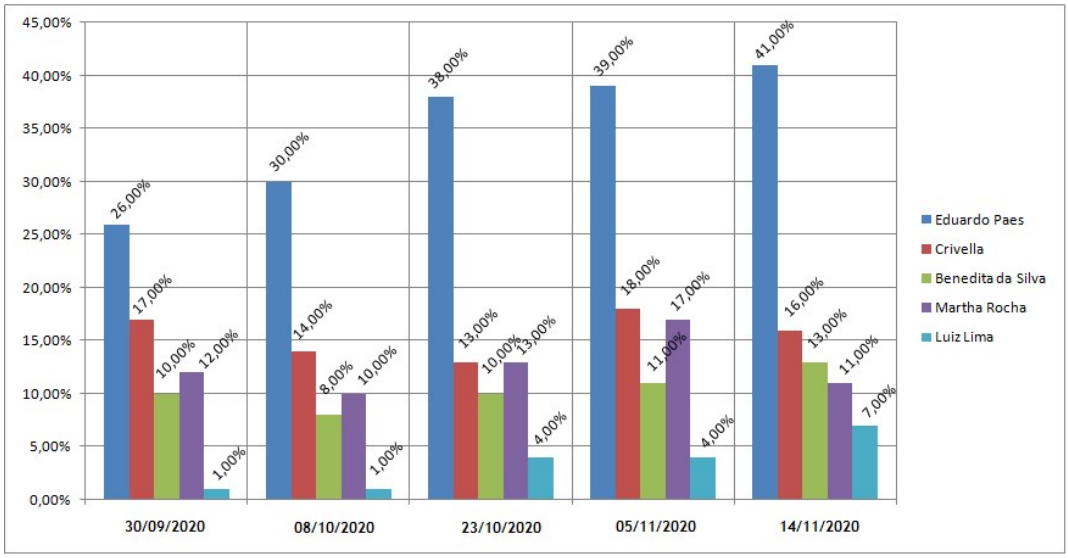
Como podemos observar 5 dos 33 partidos (PT, PSL, MDB, PP e DEM) receberam mais de R$ 120.000.000,00 cada, enquanto 9 dos 33 partidos (DC, PCB, PCO, PMB, PMN,

PRTB, PSTU, PTC e UP) receberam menos de R$ 10.000.000,00 cada. Este desequilíbrio da distribuição do dinheiro público, específico para as campanhas eleitorais, tende a fortalevcr as legendas mais consolidadas.

5.4 – Pesquisas Eleitorais Registadas

Para as eleições municipais do Rio de Janeiro e dos demais municípios em 2020, diversos institutos de pesquisas eleitorais registaram as suas pesquisas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tornando-se elegíveis seus estudos às publicações oficiais. Especificamente para o município do Rio de Janeiro, 48 pesquisas foram realizadas e tiveram seus resultados amplamente divulgados. Os principais institutos foram IBOPE,[6] Datafolha e Instituto Paraná (TSE, 2020). Contudo, os principais contratantes das citadas pesquisas foram as empresas Folha da Manhã e Globo Participações, ambas, gestoras dos maiores meios de comunicação do Brasil, diversificando suas atuações em mídias digitais, canais televisivos, estações de rádio e jornal impresso. Entretanto, todas as pesquisas destacavam a preferência do eleitorado, consolidando os percentuais de intenção de voto e destacando os cinco candidatos melhores posicionados, conforme descrito no *Gráfico 2* a seguir.

Gráfico 2 – Evolução das Pesquisas Eleitorais



Fonte: Adaptado de IBOPE, Datafolha e Instituto Paraná (2020)
Elaborado pelo Autor

No estudo conduzido em setembro, o IBOPE incorporou uma pergunta específica que indagava: "Quais são as três principais fontes de informações que o(a) sr(a) leva em

[6] Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

consideração ao decidir o seu voto?". Os resultados revelaram as seguintes respostas como mais proeminentes: "notícias veiculadas na televisão" (42%); "debates entre os candidatos" (38%); e "conversas com amigos, colegas e familiares" (35%). A alternativa "resultados de pesquisas e prévias eleitorais" ocupou o décimo lugar, entre um total de 16 categorias possíveis, sendo mencionada por 7% dos participantes entrevistados. Não foram observadas variações significativas nos recortes de análise por faixa de renda, afiliação religiosa, etnia, condição socioeconómica, tamanho do município ou região geográfica do país. Em tais segmentos, a proporção varia consistentemente entre 5% e 9% dos entrevistados que relataram considerar as pesquisas como um fator influente em sua decisão de voto. Mesmo assim, discute-se a questão do quanto o eleitor é influenciado à medida que o seu candidato de preferência inicial tem um fraco ou forte desempenho nas pesquisas publicadas nas vésperas das eleições. Cabe ressaltar que, nove dos quatrorze candidatos não figuraram nas citadas pesquisas, dentre os que obtiveram cinco ou mais pontos percentuais das intenções de voto.

5.5 – Resultados Eleitorais - 2020

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) o índice de abstenção no primeiro turno em 2020 alcançou a maior marca de todos os tempos (32,79%), muito em função do momento de pandemia, apenas, 3.261.011 eleitores foram as urnas. Desse total, 213.138 votaram em branco, 413.962 anularam o voto e 589 votos foram anulados judicialmente, assim tivemos 2.633.322 votos nominais, dos quais 1.923.625 (73%) do sexo masculino e 709.697 (27%) do sexo feminino. Isto evidencia uma representatividade de voto de 87,71% do eleitorado masculino e de 26,74% do eleitorado feminino, ou seja, os homens compareceram muito mais às eleições do que as mulheres. Cabe ressaltar que em eleições anteriores (2018, 2016 e 2014) os índices de absenteísmo do eleitorado carioca foram, respectivamente, 25,18%, 24,28% e 21,46%, superiores às médias nacionais dos mesmos anos. Adiante, a *Tabela 18*, destaca a preferência do eleitorado carioca pelo então prefeito em exercício (Marcelo Crivella) e o prefeito anterior (Eduardo Paes) para a disputa ao mandato de 2021-2024.

Tabela 18 - Eleições 2020 – Resultados Primeiro Turno

Candidato	Partido	Coligação	Votos Válidos	% Votos Válidos
25 - EDUARDO PAES	DEM	CIDADANIA / DC / PV / AVANTE / PL / DEM / PSDB	974.804	37,02%
10 – CRIVELLA	REPUBLICANOS	PODE / PTC / PMN / PRTB / REPUBLICANOS / PP / PATRIOTA / SOLIDARIEDADE	576.825	21,90%
12 - DELEGADA MARTHA ROCHA	PDT	PDT / PSB	297.751	11,31%
13 - BENEDITA DA SILVA	PT	PT / PC do B	296.847	11,27%
17 - LUIZ LIMA	PSL	PSD / PSL	180.336	6,85%
50 - RENATA SOUZA	PSOL	UP / PSOL / PCB	85.272	3,24%
15 - PAULO MESSINA	MDB	MDB	77.093	2,93%
18 - BANDEIRA DE MELLO	REDE	REDE	65.296	2,48%
30 - FRED LUZ	NOVO	NOVO	46.246	1,76%
20 - GLÓRIA HELOIZA	PSC	PSC	13.816	0,52%
90 - CLARISSA GAROTINHO	PROS	PROS	12.178	0,46%
35 - SUÊD HAIDAR	PMB	PMB	3.833	0,15%
16 - CYRO GARCIA	PSTU	PSTU	3.025	0,11%
		Totais Gerais	2.633.322	100,00%

Fonte: Adaptado de TSE (2020)

Elaborado pelo Autor

Entretanto, nenhum candidato obteve 50% ou mais dos votos válidos, assim, tivemos o segundo turno do pleito, desta vez evidenciando a preferência do eleitorado em todas as zonas eleitorais por Eduardo Paes (DEM), prefeito eleito, conforme destaca a *Tabela 19* a seguir.

Tabela 19 - Eleições 2020 – Resultados Segundo Turno

Candidato	Partido	Coligação	Votos Válidos	% Votos Válidos
25 - EDUARDO PAES	DEM	CIDADANIA / DC / PV / AVANTE / PL / DEM / PSDB	1.629.319	64,07%
10 - CRIVELLA	REPUBLICANOS	PODE / PTC / PMN / PRTB / REPUBLICANOS / PP / PATRIOTA / SOLIDARIEDADE	913.700	35,93%
		Totais Gerais	2.543.019	100,00%

Fonte: Adaptado de TSE (2020)

Elaborado pelo Autor

Porém, observamos que absenteísmo no segundo truno (35,5%) aumentou em relação ao primeiro turno. Desta forma, estes resultados sugerem que o eleitorado carioca,

historicamente, tende a decisão do voto à prefeitura por políticos conhecidos e filiados à partidos consolidados que contam com forte amparo financeiro da legislação eleitoral, apesar dos altos percentuais de desconfiança interpessoal, político-partidário e nas instituições públicas. Contudo, cabe ressaltar que a fragmentação partidária aliada a legislação eleitoral favorece os movimentos migratórios dos candidadatos aos partidos, em conformidade com a época e as circunstâncias de interesse. Neste aspecto o espectro político de Eduardo Paes, prefeito eleito e reeleito pelo PMDB (2009 a 2016), reconhecidamente centrista, rendeu-se a "direita" do DEM, partido muito fortalecido no cenário nacional pela figura Rodrigo Maia (presidente da Câmara Legislativa à época) e Cesar Maia, pai de Rodrigo, presidente regional do DEM, atual vereador pelo Rio de Janeiro e ex-prefeito do município em 1993, 2001 e 2005.

Considerações Parciais – Organização Social e Política Brasileira

Como observado no *Capítulo 4*, o Brasil foi "descoberto" por Cabral em 1500. Entretanto, somente após três décadas houve uma real preocupação com a colonização das novas terras, sendo enviados: portugueses abastados e migrantes internacionais de forma forçada, o degredo. Estes, somaram-se aos aproximados dois milhões de ameríndios pré-existentes ao "descobrimento", cujas características resultavam de uma infinidade de povos, que rompiam as compreensões de mundo do homem europeu. Este *mix* de poucos abastados, muitos ameríndios, exilados e criminosos deu origem a primeira vila brasileira, São Vicente, estritamente com o cultivo da cana-de-açúcar e a instalação dos engenhos, sendo considerada a primeira organização social e administrativa no Brasil, modelo utilizado posteriormente para a colonização do país, muito em função do consenso internacional quanto à soberania de determinada nação sobre um território se basear unicamente na existência de povoações de caráter fixo (MATTOS, 2012).

Portanto, de acordo com as informações apresentadas por Mattos (2012), o território do Brasil foi particionado em quinze capitanias durante o período compreendido entre os anos de 1534 e 1536. Cada uma dessas capitanias possuía um donatário designado, sendo estes predominantemente membros da aristocracia portuguesa ou indivíduos associados de alguma maneira ao rei Dom João III. Segundo Mattos (2012), este princípio latifundiário foi fator determinante das desigualdades sociais evidenciadas até a presente data. Por fim, devido aos desafios enfrentados na administração descentralizada, a Coroa portuguesa tomou a decisão em 1548 de centralizar o poder no Brasil e nomear um governador-geral. Esse marco histórico marcou o início de uma nova fase na história colonial brasileira.

Segundo Russell-Wood (1983), foram importantes descobertas, como as do ouro no território onde atualmente situa-se Minas Gerais, que promoveram mudanças na organização territorial da colônia, inclusive de sua capital, sendo também um fator para o crescimento regional desordenado. A formal extinção do sistema de capitanias ocorreu em 28 de fevereiro de 1821, um pouco mais de um ano antes da declaração de independência. A maioria das capitanias foi transformada em províncias nesse processo. Ao longo de toda a era do Brasil Colônia, o poder esteve principalmente concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terra, a classe dominante dos senhores latifundiários. Apesar da presença do governador-geral e, posteriormente, do vice-rei, a classe senhorial

exercia um controle significativo sobre a vida política, económica, social e cultural da colônia. Seus interesses eram representados e protegidos pelas Câmaras Municipais, que tomavam decisões sobre a administração dos municípios, questões tributárias, salários, abastecimento e até mesmo questões de guerra e paz com indígenas e escravizados.

Com a chegada da Família Real ao Brasil, Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e ordenou a elaboração de uma nova Constituição, que foi promulgada em 1824. Essa nova Carta Magna introduziu o conceito de Poder Moderador, que seria exercido pelo próprio Imperador em casos de conflito entre os poderes legislativo, executivo e judiciário. O Poder Moderador foi visto por muitos brasileiros como uma maneira pela qual o Imperador centralizava em si os demais poderes do governo. Segundo Salgado (1985), todos estes fatos geraram o descontentamento do povo e em 1831 culminou na Noite das Garrafadas - enfrentamento nas ruas de portugueses e brasileiros sobre a separação do Brasil de Portugal. Dessa forma, Dom Pedro I renunciou ao trono brasileiro em benefício de seu filho e herdeiro, Dom Pedro II, e partiu para a Europa com o propósito de angariar recursos e formar exércitos para enfrentar seu irmão, Dom Miguel. Contudo, dado que Dom Pedro II tinha apenas cinco anos de idade e não tinha a capacidade de governar, tornou-se necessária uma solução conforme o previsto na Constituição. Essa solução consistiu na formação de um órgão regencial que assumiria o governo até que o jovem Dom Pedro II atingisse a maioridade.

No período do segundo reinado, a economia brasileira passou a ser fortemente impulsionada pela produção de café, que se tornou o principal produto de exportação do país. No entanto, essa prosperidade económica estava entrelaçada com um dilema social, como apontado por Guimarães (1997), uma vez que a mão de obra nas plantações de café era composta por pessoas escravizadas. Paralelamente, ocorreu o conflito armado mais significativo da América do Sul, a Guerra do Paraguai (1864-1870). Esse conflito teve um impacto profundo na economia brasileira, já que os gastos com a guerra chegaram a ser onze vezes maiores do que o orçamento anual do país em 1864. Esse excessivo endividamento resultou em uma situação financeira delicada para o governo brasileiro, especialmente devido aos empréstimos obtidos junto a bancos ingleses para financiar o conflito.

A abolição da escravidão enfrentava resistência por parte dos fazendeiros, uma vez que a abolição resultaria na perda do investimento feito na aquisição de pessoas escravizadas e no aumento das despesas com salários, o que diminuiria sua margem de lucro. Além disso, durante seu governo, Dom Pedro II enfrentou resistência da igreja, dos militares

e da elite rural, conforme observado por Bentivoglio (2002). Esses conflitos contribuíram para enfraquecer o seu governo. Finalmente, sem o apoio das elites rurais e do exército, a monarquia foi derrubada por meio de um golpe militar em 15 de novembro de 1889. A Família Imperial foi obrigada a deixar o país e foi proclamada a República, sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, que se tornou o primeiro presidente do Brasil (BENTIVOGLIO, 2002).

O início da República Velha (1889-1930), também conhecida como República das Oligarquias, foi marcado pela promulgação da primeira constituição republicana brasileira em 1889. Esse período foi caracterizado por governos ligados ao setor agrário, que se alternavam no poder através da chamada "política do café com leite". No entanto, essa troca de governo foi interrompida pela Revolução de 1930, que marcou o fim da República Velha. Durante esse período, o país experimentou um desenvolvimento industrial incipiente e o surgimento do movimento operário. No entanto, a desigualdade social e a corrupção política também foram características marcantes, levando a revoltas em várias regiões do país.

A Era Vargas é um período complexo da história brasileira, caracterizado por diferentes fases. No Estado Novo (1937-1945), Vargas consolidou seu poder de forma ditatorial, reduzindo liberdades civis, implantando censura, governando por decretos-leis e fechando o Congresso e os partidos políticos. Durante a República Populista (1945-1964), houve uma transição para a democracia influenciada pela Segunda Guerra Mundial, resultando na reorganização de vários partidos políticos, incluindo a UDN, PSD e PTB. No entanto, a Ditadura Militar (1964-1985) instaurou um regime autoritário que cerceou direitos civis, suprimiu a democracia e restringiu a liberdade de expressão. A luta pela redemocratização levou ao fim da ditadura em 1985, marcando o início de um processo de redemocratização que trouxe de volta as liberdades sociais, eleições diretas e a consolidação de um sistema político multipartidário.

Mas, em síntese, a verdade é que nesses últimos 37 anos (1985-2022) da república brasileira (processo de redemocratização) fica patente a instabilidade dos governos, com sete presidentes eleitos democraticamente, onde o primeiro, mesmo que eleito de forma indireta, por morte, não tomou posse (Tancredo) sendo substituído por seu vice (Sarney), dois tiveram seus mandatos interrompidos (Collor em 1992 e Dilma em 2016) e um foi preso (Lula em 2018) por fortes evidências de corrupção, altos índices de desconfiança interpessoal, político-partidária e nas instituições públicas, agravados

pelas fragilidades económicas e de saúde pública que saltaram aos olhos durante a pandemia SARS-COV-2 (COVID-19).

Contudo, como observado no *Capítulo 5*, especificamente para o Rio de Janeiro, foco do nosso estudo, em meio a este processo de redemocratização conturbado brasileiro, de 1985 a 2020 o município elegeu e empossou 10 prefeitos. Mesmo com um sistema multipartidário altamente fragmentado, pois, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com mais de 30 partidos políticos registados, a transição das últimas dez gestões da prefeitura se deu entre seis partidos. Desta forma, desde 1993 até os dias atuais, há uma predominância da decisão do voto do eleitor por candidatos/partidos de espectro político de direita. Podemos observar ainda que, tanto Cesar Maia quanto Eduardo Paes – cada um eleito três vezes - transitaram por três e dois partidos políticos respectivamente, não evidenciando uma forte identidade partidária do eleitorado carioca.

Gimenes (2017) destaca vários elementos que contribuem para o baixo grau de institucionalização das legendas partidárias no Brasil. Isso inclui a presença de personalismo político, levando a uma concentração de poder em líderes carismáticos, bem como a desconfiança generalizada do eleitorado em relação aos partidos. A alta volatilidade eleitoral e a migração frequente de políticos entre partidos também fragilizam as bases partidárias. Além disso, a falta de coesão ideológica, a ineficácia das instituições políticas, a influência de clãs regionais e famílias no poder e as denúncias de corrupção prejudicam a legitimidade e a identidade dos partidos. A proximidade vaga dos programas partidários contribui para uma visão pouco clara das diferenças entre as legendas. Esses fatores resultam em um cenário político fragmentado e instável no Brasil.

O Município do Rio de Janeiro para as eleições de 2020 contou com mais de 4.800,000 eleitores, distribuídos pelas 33 regiões administrativas (RA), 49 zonas eleitorais (ZE) e seus 161 bairros. Como observado, o eleitorado foi, maioritariamente, feminino (54,71%) contra os eleitores do sexo masculino (45,2%). Contudo, ao totalizarmos ambos os sexos, percebemos que estão concentrados, principalmente, nas faixas etárias entre 25 e 69 anos, que juntas totalizam 74,61% dos de eleitores. E, ao estratificarmos o eleitorado carioca por sexo e grau de instrução, observamos que 75,05% estão compreendidos entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo contra os 18,42% que possuem curso superior completo ou incompleto.

Outro fator que consideramos influente na decisão do voto do eleitor é a geografia do eleitorado carioca associado ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos bairros e regiões administrativas do município. O Relatório de Progresso Social - Rio de Janeiro (RPS, 2020), divulgado em janeiro de 2021 pelo Instituto Pereira Passos (IPP), destaca uma análise comparativa entre o PIB e o IDH de 2020, revelando diferenças significativas. Embora o município do Rio de Janeiro ocupe a segunda posição no ranking nacional de PIB, sua colocação no IDH é apenas a 45ª. Essa disparidade ressalta que o desenvolvimento económico, embora importante, não é suficiente para impulsionar o progresso social, uma vez que a distribuição desigual de riqueza pode agravar as desigualdades sociais. Esses números evidenciam a necessidade de políticas públicas mais abrangentes nas áreas de menor desempenho para promover avanços sociais.

Além disso, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), previsto nos artigos 16-C e 16-D da Lei nº 9.504/1997, emerge como um elemento influente. Esse fundo público tem como propósito financiar as campanhas eleitorais dos candidatos, proporcionando um componente adicional no cenário político e eleitoral. Como podemos observar no *Capítulo 5*, cinco dos 33 partidos (PT, PSL, MDB, PP e DEM) receberam mais de R$ 120.000.000,00 cada, enquanto nove dos 33 partidos (DC, PCB, PCO, PMB, PMN, PRTB, PSTU, PTC e UP) receberam menos de R$ 10.000.000,00 cada. Este desequilíbrio da distribuição do dinheiro público, específico para as campanhas eleitorais, tende a fortalecer as legendas mais consolidadas e as suas perpetuações no cenário político. Observamos ainda que as pesquisas eleitorais, consideradas influenciadoras na decisão do voto do eleitor, tiveram como principais contratantes as empresas Folha da Manhã e Globo Participações, ambas, gestoras dos maiores meios de comunicação do Brasil, diversificando suas atuações em mídias digitais, canais televisivos, estações de rádio e jornal impresso.

Com este *mix* de influências e, segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), o índice de abstenção no primeiro turno em 2020 alcançou a maior marca de todos os tempos (32,79%), muito em função do momento de pandemia, apenas, 3.261.011 eleitores foram às urnas. Desse total, 213.138 votaram em branco, 413.962 anularam o voto e 589 votos foram anulados judicialmente, assim tivemos 2.633.322 votos nominais, dos quais 1.923.625 (73%) do sexo masculino e 709.697 (27%) do sexo feminino. Isto evidencia uma representatividade de voto de 87,71% do eleitorado masculino e de 26,74% do eleitorado feminino, ou seja, os homens compareceram muito mais às eleições do que as mulheres. Desta forma, os resultados das eleições em 2020

(primeiro e segundo turno) sugerem que o eleitorado carioca, historicamente, tende a decisão do voto à prefeitura por políticos conhecidos e filiados a partidos consolidados que contam com forte amparo financeiro da legislação eleitoral, apesar dos altos percentuais de desconfiança interpessoal, político-partidário e nas instituições públicas.

Contudo, cabe ressaltar que a fragmentação partidária aliada à legislação eleitoral favorece os movimentos migratórios dos candidatos aos partidos, em conformidade com a época e as circunstâncias de interesse. Neste aspecto o espectro político de Eduardo Paes, prefeito eleito e reeleito pelo PMDB (2009 a 2016), reconhecidamente centrista, rendeu-se a "direita" do DEM, partido muito fortalecido no cenário nacional pela figura Rodrigo Maia (presidente da Câmara Legislativa à época) e Cesar Maia, pai de Rodrigo, presidente regional do DEM, atual vereador pelo Rio de Janeiro e ex-prefeito do município em 1993, 2001 e 2005.

PARTE 3
ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 6 – Abordagem Metodológica

Para atender aos objetivos desta pesquisa, optou-se por uma abordagem de métodos mistos por meio do modelo adaptado de Newman e Sheth (1985) para analisar as influências dos índices de confiança do eleitor carioca nas eleições primárias municipais de 2020, quantificar os domínios cognitivos que mais influenciaram a decisão do voto do eleitor pela pesquisa aplicada ao próprio eleitorado, assim como compreender as influências de contexto, na perceção dos candidatos à prefeitura do município do Rio de Janeiro em 2020.

A pesquisa quantitativa busca identificar indicadores e tendências objetivas na realidade. Seu foco principal é a representação físico-numérica dos dados, valorizando menos a subjetividade e individualidade. Essa abordagem busca compreender os aspectos predominantes de um grupo, no caso, o comportamento dos eleitores cariocas. A abordagem quantitativa é apoiada pela estatística, permitindo análise de dados e inferências, considerando a variabilidade aleatória amostral. No entanto, Minayo (2009) destaca a importância da abordagem qualitativa nas ciências sociais, pois permite explorar o universo de significados, motivos, crenças e atitudes humanas. Esses fenômenos sociais são considerados parte da realidade, e métodos como observação, entrevistas e grupos focais são utilizados para coletar dados qualitativos. Em nossa pesquisa, as entrevistas não são o principal método de coleta de dados, mas desempenham um papel relevante na consecução dos objetivos. Creswell e Clark (2011), ao abordar métodos mistos, propõem três tipos de pesquisa: estudo exploratório sequencial, estudo de convergência e estudo explanatório sequencial. O último, representado pela sequência QUAN>QUAL, começa com uma fase quantitativa seguida por uma fase qualitativa. Nesse contexto, os resultados qualitativos são usados para interpretar ou explicar os resultados quantitativos, caso concreto do nosso estudo.

6.1 – Recursos a Surveys

Numa primeira fase recorremos à análise de dados de fontes secundárias, como seja o Latinobarómetro e o *World Value Survey* (WVS), que nos permitiram identificar os índices de confiança interpessoal, político-partidária e nas instituições públicas do eleitorado brasileiro. De forma complementar, recorremos às bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), as quais viabilizaram a identificação das características dos últimos prefeitos eleitos, seus espectros políticos e seus partidos de filiação, assim como, às bases dos

Dados Sociodemográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Pereira Passos (IPP), que possibilitaram complementar o perfil eleitoral quantificado e estratificado da população do Município do Rio de Janeiro.

6.2 – Inquérito por Questionário

Para o inquérito destinado ao eleitorado carioca, foi elaborado e disponibilizado um formulário on-line *(Anexo 1)* com questões que contemplaram nove questões sociodemográficas, as cinco hipóteses do estudo, os sete domínios cognitivos do Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985) e mais cinco questões envolvendo a decisão do voto nos 2 turnos eleitorais, o partido político de preferência e os meios de obtenção das informações político-partidária em 2020 por parte dos inquiridos.

A *Tabela 20,* a seguir, detalha as variáveis que atenderam às cinco hipóteses do estudo.

H1 - Os índices de confiança nos familiares influenciam o Modelo Proposto;
H2 - Os índices de confiança nas pessoas influenciam o Modelo Proposto;
H3 - Os índices de confiança nos políticos influenciam o Modelo Proposto;
H4 - Os índices de confiança nos partidos políticos influenciam o Modelo Proposto; e
H5 - Os índices de confiança na Prefeitura do RJ influenciam o Modelo Proposto.

Tabela 20 – Pesquisa - Eleitorado Carioca - Índices de Confiança

Hipóteses	Questões do Inquérito
H1	3.1. Em que medida confia nos seus familiares.
H2	3.2. De um modo geral, voce diria que a maioria das pessoas é confiavel.
H3	3.3. Em que medida confia nos políticos.
H4	3.4. Em que medida confia nos partidos políticos.
H5	3.5. Em que medida confia na Prefeitura do RJ.

Elaborado pelo Autor

A *Tabela 21,* a seguir, detalha as variáveis que atenderam aos setes domínios cognitivos do Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985).

Tabela 21 – Pesquisa - Eleitorado Carioca - Domínios Cognitivos

Variáveis – Questões do Inquérito	
Afirmação Geral	Escolho o candidato porque confio que seja o melhor.
Questões Políticas	4.1. Escolho o candidato pelo seu programa de governo.
	4.2. Escolho o candidato pela sua ideologia.
	4.3. Escolho o candidato pelas suas boas relações políticas com o governo estadual/ federal.
	4.4. Escolho o candidato pela sua proposta para o fortalecimento do meu bairro/região.
	4.5. Escolho o candidato pelas suas propostas para o crescimento socioeconómico municipal.
	4.6. Escolho o candidato pelas suas propostas de apoio as reformas políticas.
Imagenário Social	4.7. Escolho o candidato pelas suas características pessoais, tais como: idade, sexo, cor ou escolaridade.
	4.8. Escolho o candidato pelas suas características sociais, tais como: religião ou sua classe social.
Imagem do Candidato	4.9. Escolho o candidato pela sua imagem, pois: transmite confiança, transmite integridade ou é carismático.
Questões Epistemológicas	4.21. Escolho o candidato pelo seu posicionamento a respeito das políticas públicas de saúde, educação, segurança ou transporte.

Eventos Pessoais	4.10. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato se envolveu em escândalo ético, moral ou religioso.
	4.11. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato mentiu em campanha.
	4.12. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato cometeu um crime.
	4.13. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato se envolveu em corrupção.
	4.14. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato foi um mau gestor público.
Eventos Atuais	4.15. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato não coaduna com as políticas ambientais.
	4.16. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato não alinha com as políticas anti-segregação racial.
	4.17. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato não respeite as medidas de proteção contra a pandemia.
Dimensão Emocional	4.18. Escolho o candidato porque transmite esperança.
	4.19. Escolho o candidato porque transmite responsabilidade.
	4.20. Escolho o candidato porque transmite patriotismo.

Fonte: Adaptado de Newman e Sheth (1985)

Elaborado pelo Autor

A escala de Likert foi empregada para medir as variáveis através de uma escala de quatro níveis. Essa escala avalia o grau de concordância, discordância, confiança, desconfiança, interesse, desinteresse e conhecimento, ou desconhecimento, dos participantes em relação às questões do questionário. Nesse sistema, o valor 1 indicava o menor grau e o valor 4 representava o maior grau (HAIR JR. et al., 2005).

Antes da realização da pesquisa, um pré-teste do questionário foi conduzido com uma amostra de 10 eleitores, visando identificar possíveis dúvidas ou dificuldades dos respondentes em relação ao conteúdo de cada declaração. O objetivo era obter informações úteis para aprimorar o instrumento de coleta de dados. O pré-teste não revelou problemas significativos apontados pelos participantes. Após essa etapa, o questionário foi disponibilizado online para aplicação virtual.

Para o tratamento e análise deste grande volume de dados recolhidos, recorremos ao suporte dos programas informáticos SPSS versão 26, Statistica versão 12 e SmartPLS versão 3.0, os quais serão apresentados no *Capítulo 7*, mais adiante.

6.2.1 – Público-Alvo

Em conformidade com a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral e com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, consideramos como eleitores brasileiros: os cidadãos maiores de dezoito anos e menores de setenta anos, mesmo que se encontrem fora do país, sendo facultativo aos analfabetos e aos maiores de dezesseis e menores de dezoito. Desta forma, o público-alvo foi os mais de 4.800.000 eleitores cariocas, a técnica de amostragem foi não probabilística acidental, pois a disponibilização do questionário foi, exclusivamente *on-line*, no período compreendido entre 22/07/2021 e 10/03/2022. Dos voluntários que responderam o formulário *web* (*Anexo 1*), selecionamos 492 eleitores cariocas que à época atendiam as seguintes condições do estudo:

- ✓ Possuir as condições de eleitores brasileiros, supracitadas;
- ✓ Possuir domicílio eleitoral no Município do Rio de Janeiro; e
- ✓ Autorizar a utilização dos dados em nosso estudo.

6.3 - Entrevistas

Inicialmente foi planeada a realização de entrevistas semiestruturadas aos candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro em 2020. A escolha por este tipo de entrevista prendia-se com o facto de haver dimensões de análise relativamente às quais pretendíamos que os entrevistados se pronunciassem e que decorriam de questões já consideradas em termos teóricos e mesmo no inquérito. Mas, pretendíamos também possibilitar a emergência de novas dimensões que os entrevistados pudessem considerar relevantes e que poderíamos não ter contemplado no guião. Além disso, pela flexibilidade com que tipicamente o guião é usado nas entrevistas semiestruturadas, pretendíamos ter a oportunidade, sempre que tal se justificasse, de introduzir novas questões, nomeadamente questões de *follow-up*. Contudo, após os primeiros contactos no sentido de deligenciar a marcação

das entrevistas, foi ficando claro que nenhum dos potenciais entrevistados estava disponível para uma entrevista presencial, pelo que a solução seria enviar as questões e receber as respostas escritas, ou abdicar da realização da entrevista. Cientes de que muito se perderia com a primeira opção, mas de que tudo se perderia com a segunda, decidimos aceder a realizar as entevistas por escrito. Assim sendo, e tendo em mente a impossibilidade de usar o guião elaborado para entrevistas semiestruturadas, decidimos modificá-lo para que servisse de instrumento de recolha de dados junto dos entrevistados, mas sem a mediação do investigador, o que se consubstanciou numa entrevista escrita, estruturada e fechada (*Anexo 2*).

Embora tenhamos enfrentado limitações em relação aos nossos objetivos iniciais, encontramos respaldo na abordagem proposta por Creswell e Clark (2011) para nossa escolha, mesmo cientes das restrições decorrentes dessa decisão. Os autores defendem a utilização de entrevistas padronizadas, em que as perguntas são formuladas previamente e todos os entrevistados respondem às mesmas questões na mesma ordem. Essa abordagem apresenta diversas vantagens, tais como: aumentar a comparabilidade das respostas obtidas; proporcionar dados completos de cada entrevistado sobre os tópicos abordados; minimizar os efeitos e a influência do entrevistador quando várias entrevistas são conduzidas; facilitar a organização e análise dos dados coletados. Mesmo diante das circunstâncias que nos levaram a ajustar nossos planos, a escolha da entrevista estandarizada alinha-se com os princípios metodológicos sugeridos por Creswell e Clark, contribuindo para a qualidade e a robustez da nossa abordagem de pesquisa.

Após os contactos com os 14 candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2020, 10 acederam a responder às nossas questões, por escrito, durante o período compreendido entre 01/05/2022 e 31/07/2022. As *Tabelas 22, 23 e 24,* a seguir, detalham as questões sobre confiança, estruturalismo e os sete domínios cognitivos contemplados no guião.

Tabela 22 – Pesquisa - Candidatos à Prefeitura do RJ - Confiança

Questões do Inquérito
1. Em que medida os elevados índices de desconfiança interpessoal, político-partidária e nas instituições públicas contribuem para o desinteresse do eleitorado carioca pela política?
2. Em que medida a fragmentação partidária brasileira, considerada uma das mais elevadas do mundo, contribui para a desconfiança político-partidária dos eleitores cariocas?
3. Em que medida o descontentamento da população carioca com os serviços públicos (transportes, segurança, saúde e educação) impacta na confiança do eleitorado na Prefeitura do Município do Rio de Janeiro como instituição pública?

Elaborado pelo Autor

Tabela 23 – Pesquisa - Candidatos à Prefeitura do RJ - Estruturalismo

Questões do Inquérito
4. Em que medida o fundo eleitoral e o fundo partidário colaboram para a perpetuação dos políticos e partidos políticos no poder?
5. Em que medida a distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita influencia na perpetuação dos políticos e partidos políticos no poder?
6. Nas eleições municipais do RJ em 2020 tivemos o maior índice de absenteísmo da última década, excetuando a pandemia, quais os principais motivos para este fenómeno?

Elaborado pelo Autor

Tabela 24 – Pesquisa - Candidatos à Prefeitura do RJ - Domínios Cognitivos

Questões do Inquérito	
Questões Políticas	7. Em que medida o programa de governo ou a ideologia do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca?
Imaginário Social	8. Em que medida as características socioeconómicas, culturais ou religiosas do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca?
Imagem do Candidato	9. Em que medida os traços de personalidade do candidato, tais como: carisma e integridade influenciam a decisão de voto do eleitor carioca?
Questões Epistemológicas	10. Em que medida o posicionamento do candidato a respeito das políticas públicas de saúde, educação, segurança e transporte influenciam a decisão de voto do eleitor carioca?
Eventos Pessoais	11. Em que medida os eventos relacionados a vida privada e pública do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca?
Eventos Atuais	12. Em que medida o posicionamento do candidato sobre assuntos de relevância nacional ou internacional, tais como: o combate à pandemia, ecologia e desigualdade social, influenciam a decisão de voto do eleitor carioca?
Dimensão Emocional	13. Em que medida sentimentos afetivos despertados pelo candidato, tais como: esperança, responsabilidade ou patriotismo influenciam a decisão de voto do eleitor carioca?
Nova Dimensão	14. Há alguma influência na decisão de voto do eleitor que o estudo não levou em consideração? Por favor, comente.

Fonte: Adaptado de Newman e Sheth (1985)

Adaptado pelo do Autor

Cabe ressaltar que, à semelhança do inquérito disponibilizado aos eleitores cariocas, realizámos um pré-teste em março de 2022 com o guião a enviar aos nossos entrevistados. Esse pré-teste foi realizado a três assessores ligados ao diretório municipal de um partido político registado no TRE-RJ, com o intuito de aprimorarmos o instrumento de recolha de dados. Destacamos que não existiram dúvidas ou problemas identificados. Para a análise dos dados resultantes das entrevistas, e com base no texto produzido pelos entrevistados, foram realizadas sinopses. Estas foram organizadas por categorias, indicadores e unidades de sentido, as quais permitiram uma melhor ordenação dos dados e os tornaram mais manuseáveis.

6.4 – Procedimentos Éticos

Em todos os contactos para a solicitação de colaboração ao estudo, tanto aos eleitores, para viabilizar o envio do *Anexo 1*, quanto aos candidatos, para viabilizar o envio do *Anexo 2,* todos os contactados foram informados que a participação era voluntária, que a qualquer momento poderiam não consentir o uso das suas respostas ou que poderiam desistir a qualquer momento, sem que daí adviesse qualquer problema para si. De forma complementar, todos os contactados foram informados dos objetivos da investigação e a que se destinavam os dados recolhidos e que confidencialidade das suas identidades seria mantida, em conformidade com a Lei nº. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, não expondo suas identidades. Cabe ressaltar que, em ambos os formulários *web* (*Anexos 1 e 2*), estes procedimentos também estavam explícitos e com questão de resposta de confirmação explícita de concordância com os termos aqui citados.

Neste sentido, todos os dados recolhidos foram tratados de forma agregada, e que tanto no que respeita aos respondentes dos inquéritos como aos entrevistados foram garantidos o anonimato e a confidencialidade.

Capítulo 7 – Tratamento e Análise dos Dados

Neste capítulo, iremos apresentar e analisar os dados colectados por meio de inquérito por questionário, nomeadamente os dados sociodemográficos dos inquiridos, os modelos estruturais e a modelagem de equações estruturis (MEE) utilizadas no estudo, bem como os dados colectados por meio de entrevista, realizada aos candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro.

7.1 – Inquérito aos Eleitores Cariocas

Conforme já mencionado, os dados foram coletados entre os dias 22 de julho de 2021 e 10 de março de 2022 em um universo voluntário de 528 respondentes, sendo obtidos 492 inquéritos válidos, uma vez que 11 respondentes não deram autorização para a utilização das suas informações e 25 respondentes não eram eleitores do Município do RJ, foco do nosso estudo. O que significa dizer que o percentual de respostas válidas foi de 93,18% do universo de respondentes. As próximas tabelas apresentam as estratificações sociodemográficas da amosta válida (N=492), em conformidade com as questões do inquérito.

Tabela 25 – Faixa Etária da Amostra (questão 2.1)

Faixa Etária	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
16 a 17	1	0,2	0,2	0,2
18 a 24	42	8,5	8,5	8,7
25 a 29	81	16,5	16,5	25,2
30 a 34	48	9,8	9,8	35,0
35 a 39	45	9,1	9,1	44,1
40 a 44	47	9,6	9,6	53,7
45 a 49	64	13,0	13,0	66,7
50 a 54	49	10,0	10,0	76,6
55 a 59	40	8,1	8,1	84,8
60 a 64	29	5,9	5,9	90,7
65 a 69	22	4,5	4,5	95,1
70 ou mais	24	4,9	4,9	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Destacamos a faixa etária de 45 a 54 anos com uma representatividade de 23% da amostra, muito próxima dos 24,48% da população carioca para as mesmas faixas etárias, segundo o IBGE (2022). A mesma proporcionalidade é evidenciada na *Tabela 26* a seguir, onde os percentuais de género da amostra são semelhantes aos 52,14% feminino e 47,86% masculino da população carioca, segundo o IBGE (2022).

Tabela 26 – Género da Amostra (questão 2.2)

Género	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Feminino	250	50,8	50,8	50,8
Masculino	237	48,2	48,2	99,0
Outro	5	1,0	1,0	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

A *Tabela 27* destaca para amostra uma predominância de inquiridos católicos, seguidos por espíritas e evangélicos, segundo o IBGE (2022) a predominância religiosa da população carioca é de católicos (47%), evangélicos (21%) e espíritas (5%).

Tabela 27 – Religião da Amostra (questão 2.6)

Religião	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Budismo	3	0,6	0,6	0,6
Candomblé	17	3,5	3,5	4,1
Católica	185	37,6	37,6	41,7
Espírita	67	13,6	13,6	55,3
Espiritualista	54	11,0	11,0	66,3
Evangélica	54	11,0	11,0	77,2
Outra	16	3,3	3,3	80,5
Sem declaração	96	19,5	19,5	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

A amostra revelou uma predominância de cor, escolaridade, classe social e renda familiar divergentes dos percentuais da população carioca, conforme as tabelas a seguir.

Tabela 28 – Cor e Escolaridade da Amostra (questões 2.4 e 2.8)

Cor	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Branca	248	50,4	50,4	50,4
Parda	124	25,2	25,2	75,6
Preta	107	21,7	21,7	97,3
Amarela	7	1,4	1,4	98,7
Sem declaração	3	0,6	0,6	99,6
Outra	2	0,4	0,4	99,7
Indígena	1	0,2	0,2	100,0
Total	492	100,0	100,0	
Escolaridade	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sem Instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	7	1,4	1,4	1,4
Ensino Fundamental Completo	19	3,9	3,9	5.3
Ensino Médio Incompleto	31	6,3	6,3	11,6
Ensino Médio Completo	102	20,7	20,7	32,3
Ensino Superior Incompleto	67	13,6	13,6	45,9
Ensino Superior Completo	108	22,0	22,0	67,9
Pós-Graduação Incompleta	12	2,4	2,4	70,3
Pós-Graduação Completa	146	29,7	29,7	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Segundo o IBGE (2022) a população do município é formada por 58,6% de indivíduos brancos, 30,8% de pardos e 9,4% de pretos, quanto à escolaridade do eleitorado carioca, registram-se 24,5% com o ensino fundamental incompleto, 23,39% com ensino médio completo e 21,9% com ensino médio incompleto (TRE-RJ, 2022).

Tabela 29 – Classe Social e Renda Familiar da Amostra (questões 2.10 e 2.11)

Classe Social	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Classe Alta	21	4,3	4,3	4,3
Classe Média Alta	56	11,4	11,4	15,7
Classe Média Baixa	114	23,2	23,2	38,9
Classe Média	171	34,8	34,8	73,7
Classe Baixa	130	26,4	26,4	100,0
Total	492	100,0	100,0	
Renda Familiar	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Mais de 20 salários mínimos	68	13,8	13,8	13,8
De 10 a 20 salários mínimos	101	20,5	20,5	34,3
De 4 a 10 salários mínimos	139	28,3	28,3	62,6
De 2 a 4 salários mínimos	117	23,8	23,8	86,4
De 1 a 2 salários mínimos	56	11,4	11,4	97,8
Até 1 salário mínimo	11	2,2	2,2	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Cabe ressaltar que apesar de 130 inquiridos se declararem pertencentes a classe baixa, somente 67 se declararam com renda familiar de até 2 salários mínimos. Pois, segundo o IBGE (2022) a classe baixa é composta por famílias com renda familiar de até 2 salários mínimos. Outro fato interessante é que 69,9% dos respondentes afirmam que escolhem o candidato pelo seu programa de governo (questão 4.1), porém, desses, 39% afirmam que conheciam bem ou muito bem os programas apresentados pelo candidato de sua escolha em 2020 (questão 5.1). Em relação as análises clássicas do comportamento do eleitor, destacamos associações claras nas seguintes correlações:

- ✓ Escolaridade x Interesse pela Política;
- ✓ Classe Social x Ideologia Política; e
- ✓ Renda Familiar x Ideologia Política.

As tabelas que se seguem destacam estas evidências.

Tabela 30 – Escolaridade x Interesse pela Política (questões 2.8 e 2.12)

Nível de Escolaridade:	Como classifica seu interesse pela política:			
	Algo interessado(a)	Muito interessado(a)	Nada interessado(a)	Pouco interessado(a)
Sem Instrução ou Ensino Fundamental Incompleto	0,41%	0,20%	0,41%	0,41%
Ensino Fundamental Completo	1,42%	0,81%	0,41%	1,22%
Ensino Médio Incompleto	1,42%	1,63%	0,41%	2,85%
Ensino Médio Completo	9,15%	3,66%	1,02%	6,91%
Ensino Superior Incompleto	4,07%	4,27%	0,00%	5,28%
Ensino Superior Completo	10,77%	8,54%	0,00%	2,64%
Pós-Graduação Incompleta	1,02%	1,02%	0,00%	0,41%
Pós-Graduação Completa	8,54%	14,63%	0,81%	5,69%

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Na citada correlação, a Correlação de Pearson demonstra que há associação significativa (P<0.001), ou seja, quanto menor o nível de escolaridade, menor o interesse pela política, em conformidade com a *Tabela 31*, a seguir.

Tabela 31 – Escolaridade x Interesse pela Política (Correlação de Pearson)

		Como classifica seu interesse pela política:
Nível de Escolaridade:	Correlação	81,291
	Gl	21
	P	<0.001

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

O mesmo podemos afirmar quanto à correlação Classe Social x Ideologia Política evidenciada nas *Tabelas 32 e 33*.

Tabela 32 – Classe Social x Ideologia Política (questões 2.10 e 4.2)

Das seguintes classes sociais, em qual se posiciona:	Escolho o candidato pela sua ideologia:			
	Concordo	Concordo totalmente	Discordo	Discordo totalmente
Classe Alta	3,05%	1,22%	0,00%	0,00%
Classe Média Alta	7,32%	1,83%	2,03%	0,20%
Classe Média	19,72%	6,30%	5,49%	3,25%
Classe Média Baixa	10,77%	3,05%	6,91%	2,44%
Classe Baixa	11,18%	2,85%	10,98%	1,42%

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Tabela 33 – Classe Social x Ideologia Política (Correlação de Pearson)

		Escolho o candidato pela sua ideologia:
Das seguintes classes sociais, em qual se posiciona:	Correlação	46,459
	gl	12
	P	<0,0001

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Nesta correlação, a Correlação de Pearson demonstra que há associação significativa (P<0.001), ou seja, quanto mais alta a classe social mais importante é a ideologia política no comportamento do eleitor. Na sequência, as *Tabelas 34 e 35* destacam a associação clara entre Renda Familiar x Ideologia Política.

Tabela 34 – Renda Familiar x Ideologia Política

Sua renda familiar:	Escolho o candidato pela sua ideologia:			
	Concordo	Concordo totalmente	Discordo	Discordo totalmente
Até 1 salário mínimo	0,81%	0,00%	1,02%	0,41%
De 1 a 2 salários mínimos	4,07%	0,81%	5,69%	0,81%
De 2 a 4 salários mínimos	11,59%	3,05%	7,11%	2,03%
De 4 a 10 salários mínimos	13,21%	4,67%	8,33%	2,03%
De 10 a 20 salários mínimos	14,02%	3,66%	1,83%	1,02%
Mais de 20 salários mínimos	8,33%	3,05%	1,42%	1,02%

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Tabela 35 – Renda Familiar x Ideologia Política (Correlação de Pearson)

		Escolho o candidato pela sua ideologia:
Renda familiar:	Correlação	54,266
	Gl	15
	P	<0,0001

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Também aqui, a Correlaçaõ de Pearson demonstra que há associação significativa (P<0.001), ou seja, quanto maior a renda familiar mais importante a ideologia política do candidato no comportamento do eleitor.

A relevância dos estudos de Lavareda (1999), Singer (2002) e Carreirão (2002) emerge ao considerarmos a associação que os eleitores estabelecem entre ideologias e personalidades políticas. Lavareda destaca a conexão entre ideologias e figuras políticas, enquanto Singer e Carreirão exploram a importância das ideologias como preditoras da decisão de voto e da preferência partidária. Singer (2002) argumenta que as categorias políticas de esquerda e direita desempenham um papel significativo no comportamento político geral dos eleitores. No entanto, Carreirão (2002) descobre que tal influência é mais notável entre a parcela mais educada da população, indicando que a associação entre ideologias e preferências políticas pode ser mais acentuada em estratos socioeconómicos mais elevados. Essa dinâmica adquire um interesse especial no contexto do Rio de Janeiro, uma vez que a cidade é caracterizada por uma profunda desigualdade social. A possível correlação entre a parcela mais educada da população e uma maior renda familiar sugere um potencial alinhamento entre educação, ideologia política e nível socioeconómico, acrescentando nuances importantes à compreensão dos fatores subjacentes às escolhas eleitorais no município.

Quanto à obtenção de informações sobre o seu candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2020, a *Tabela 36* destaca que as maiores influências foram as mídias sociais e conversas com amigos e/ou familiares, relegando os resultados de pesquisas oficiais para a penúltima opção, à frente apenas dos respondentes que não sabem ou não responderam.

Tabela 36 – Fontes de Informações sobre o Candidato (questão 5.5)

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Notícias nas mídias sociais	116	23,6	23,6	23,6
Conversas com amigos e/ou familiares	93	18,9	18,9	42,5
Programa de governo do candidato	75	15,2	15,2	57,7
Notícias em jornais e/ou revistas	58	11,8	11,8	69,5
Debate entre os candidatos	43	8,7	8,7	78,2
Notícias na TV	29	5,9	5,9	84,1
Outro	25	5,1	5,1	89,2
Igrejas e/ou líderes religiosos	24	4,9	4,9	94,1
Resultados de pesquisas oficiais	20	4,1	4,1	98,2
Não sabe/não respondeu	9	1,8	1,8	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Com relação aos índices de confiança dos inquiridos (N=492) podemos observar que 86,2% dos inquiridos possuem alguma ou muita confiança nos familiares, 56,3% nas pessoas em geral, 14% nos políticos, 9,1% nos partidos políticos e 23,4% na Prefeitura do RJ, conforme detalhado nas tabelas seguintes.

Tabela 37 – Confiança nos Familiares (questão 3.1)

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Muita confiança	309	62,8	62,8	62,8
Alguma confiança	115	23,4	23,4	86,2
Pouca confiança	62	12,6	12,6	98,8
Nenhuma confiança	6	1,2	1,2	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Tabela 38 – Confiança nas Pessoas (questão 3.2)

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Sim, a maioria das pessoas é confiável	70	14,2	14,2	14,2
Algumas pessoas são confiáveis	207	42,1	42,1	56,3
Poucas pessoas são confiáveis	163	33,1	33,1	89,4
Não, a maioria das pessoas não é confiável	52	10,6	10,6	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Tabela 39 – Confiança nos Políticos (questão 3.3)

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Muita confiança	4	0,8	0,8	0,8
Alguma confiança	65	13,2	13,2	14,0
Pouca confiança	286	58,1	58,1	72,1
Nenhuma confiança	137	27,8	27,8	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Tabela 40 – Confiança nos Partidos Políticos (questão 3.4)

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Muita confiança	1	0,2	0,2	0,2
Alguma confiança	44	8,9	8,9	9,1
Pouca confiança	239	48,6	48,6	57,7
Nenhuma confiança	208	42,3	42,3	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Tabela 41 – Confiança na Prefeitura do RJ (questão 3.5)

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Muita confiança	12	2,4	2,4	2,4
Alguma confiança	103	20,9	20,9	23,3
Pouca confiança	277	56,3	56,3	79,6
Nenhuma confiança	100	20,3	20,3	100,0
Total	492	100,0	100,0	

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

À semelhança dos dados recolhidos, e segundo o Latinobarómetro (2020), somente 14,4% confiam nos partidos políticos e 26,3% nos políticos eleitos para o parlamento atual. Factos estes, que com certeza, contribuem para que mais de 53% dos brasileiros considerem que a política não tem muita ou não tem mesmo nenhuma importância nas suas vidas (WVS WAVE 7 - 2017-2021). Esta desconfiança e afastamento dos eleitores da política é motivada pelos problemas relacionados com a corrupção envolvendo diversos políticos em 2019, que, segundo a Transparência Internacional, levou o país a pior posição entre os 180 países avalidos no Índice de Corrupção Percebida (IPC) desde 2012.

Fukuyama (2015) postula que a inclinação inata das pessoas para beneficiar seus familiares e amigos é uma característica presente em todos os sistemas políticos, e essa tendência pode resultar na transformação das liberdades individuais em privilégios. No entanto, alinhados com a visão proposta por Baquero (2011), reconhecemos os partidos políticos como intermediários institucionais que estabelecem a ligação entre o Estado e a sociedade, representando um elemento essencial para a consolidação da democracia representativa. Adicionalmente, em concordância com as ideias apresentadas por Lipset (1967), compreendemos que a legitimidade de um sistema político está intrinsecamente ligada à sua capacidade de construir e manter a percepção de que suas instituições públicas constituem os principais canais para abordar as questões sociais, e que tal legitimidade desempenha um papel crucial não apenas em qualquer regime, mas especialmente nas democracias (INGLEHART, 2002).

Em seguida (*Tabela 42),* detacamos as estatísticas descritivas do inquérito destinado aos eleitores cariocas.

Tabela 42 – Estatísticas Descritivas

Questão	N Válido	Média	Moda	Frequência da moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão	Domínio Cognitivo	Média do Domínio
Q3.1	492	3,478	4	309	1	4	0,759	Confiança	2,334
Q3.2	492	2,6	3	207	1	4	0,859		
Q3.3	492	1,87	2	286	1	4	0,653		
Q3.4	492	1,671	2	239	1	4	0,642		
Q3.5	492	2,055	2	277	1	4	0,713		
Q4.1	492	2,823	3	256	1	4	0,784	Questões Políticas	2,676
Q4.2	492	2,752	3	256	1	4	0,799		
Q4.3	492	2,163	2	292	1	4	0,692		
Q4.4	492	2,774	3	294	1	4	0,752		
Q4.5	492	3,063	3	332	1	4	0,653		
Q4.6	492	2,486	2	204	1	4	0,783		

Q4.7	492	1,772	2	283	1	4	0,645	Imaginário Social	1,771
Q4.8	492	1,77	2	260	1	4	0,68		
Q4.9	492	2,319	3	206	1	4	0,806	Imagem do candidato	2,319
Q4.10	492	3,264	3	285	1	4	0,608	Eventos Pessoais	3,381
Q4.11	492	3,244	3	283	1	4	0,63		
Q4.12	492	3,514	4	274	1	4	0,59		
Q4.13	492	3,526	4	281	1	4	0,596		
Q4.14	492	3,36	3	252	1	4	0,624		
Q4.15	492	3,087	3	265	1	4	0,71	Eventos Atuais	3,173
Q4.16	492	3,348	3	229	1	4	0,672		
Q4.17	492	3,085	3	224	1	4	0,805		
Q4.18	492	2,884	3	321	1	4	0,703	Dimensão Emocional	2,890
Q4.19	492	3,093	3	329	1	4	0,635		
Q4.20	492	2,695	3	222	1	4	0,823		
Q4.21	492	3,348	3	243	1	4	0,65	Questões Epistemológicas	3,348

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Como podemos observar, os domínios cognitivos que mais influenciaram o comportamento do eleitor carioca em 2020 foram os que abordaram questões relacionadas com os eventos pessoais (M=3,381), questões epistemológicas (M=3,348) e eventos atuais (M=3,173).

Desta forma, e segundo o modelo proposto para o estudo, o eleitor carioca para decisão do voto em 2020 priorizou nesta ordem:

- ✓ Se o candidato havia se envolvido em algum escândalo pessoal ou político que afetaria a sua escolha, isto porque, muitos políticos foram envolvidos ou citados na operação Lava Jato contra a corrupção, por exemplo;
- ✓ Se o posicionamento do candidato a respeito de temas complexos, tais como, medidas protetivas durante a pandemia, segregação racial, políticas ambientais, entre outras, se alinhava com as suas expectativas; e
- ✓ Se o posicionamento do canditato sobre as políticas públicas de saúde, educação, segurança, transporte, entre outras, estava alinhado com as suas expectativas.

Neste sentido, passamos para os testes das cinco hipóteses do estudo:

H1 - Os índices de confiança nos familiares influenciam o Modelo Proposto;
H2 - Os índices de confiança nas pessoas influenciam o Modelo Proposto;
H3 - Os índices de confiança nos políticos influenciam o Modelo Proposto;
H4 - Os índices de confiança nos partidos políticos influenciam o Modelo Proposto; e
H5 - Os índices de confiança na Prefeitura do RJ influenciam o Modelo Proposto.

Modelagem de Equações Estruturais

Para a análise das influências da confiança no Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985) e consequente comportamento do eleitor carioca, recorremos a Modelagem de Equações Estruturais - MEE (SEM - Structural Equation Modelling) que, de acordo com Marôco (2010), demonstra capacidade para resolver questões intricadas, como a análise simultânea de múltiplas influências e respostas. Sua flexibilidade e ampla gama de aplicações proporcionam uma ferramenta para o desenvolvimento e avaliação de conceitos envolvendo relações complexas de natureza multivariada. Como resultado, a MEE é capaz de abordar problemas e desafios que surgem tanto nas Ciências Sociais e Humanas quanto nas Ciências Naturais.

Conforme Neves (2018), a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) pode ser compreendida como uma fusão entre análise fatorial[7] e regressão, ou até mesmo uma expansão dessas técnicas para englobar a análise de trajetórias ou caminhos.[8] Muitos pesquisadores são atraídos pela MEE devido às possibilidades de construções teóricas que podem ser elaboradas a partir dos constructos latentes. O modelo de equações estruturais estabelece uma estrutura para as covariâncias entre as variáveis observadas.

Grace (2006) vai além de considerar a MEE apenas como uma metodologia; ele a define como uma coleção de técnicas estatísticas multivariadas cujo objetivo central é avaliar em que medida um modelo teórico proposto é respaldado pelos dados. Esse aspecto a transforma em uma potente ferramenta para o avanço do conhecimento. De fato, na MEE, a teoria assume o papel de motor condutor da análise, enquanto os dados são empregados para testar essa teoria. Esse paradigma rompe com a abordagem estatística

[7] A análise fatorial é uma abordagem estatística multivariada (não determinística) que viabiliza a mensuração de variáveis latentes (construtos não diretamente observáveis) por meio de um conjunto de variáveis manifestas (diretamente observadas).
[8] A análise de trajetórias ou caminhos é uma expansão da análise de regressão linear de mínimos quadrados. Essa expansão possibilita a decomposição dos efeitos estatísticos em dois tipos: efeito direto e efeitos indiretos.

inferencial tradicional, em que a análise dos dados ocorre antes da formulação teórica (HAIR et al., 2016).

Neste sentido, optamos para o tratamento dos dados recolhidos o Software SmartPLS versão 3.0 e em nosso estudo, adotamos as seguintes etapas: *especificação, estimação, avaliação, e reporte dos resultados*. Na especificação, utilizamos por base a estrutura teórica proposta por Newman e Sheth, que guiou a definição das variáveis latentes, bem como das setas de caminho, determinando as relações à serem estimadas no modelo (Henseler 2013). Não haviam dados ausentes na base de dados e nenhuma das variáveis tinham variância zero, logo, todas as variáveis puderam ser utilizadas na integra. A estimativa de significância se dá por meio do bootstrapping, que é um algorítmo da família dos algoritmos de monte-carlo, que basicamente conduz aleatorizações, seguidas por estimativa dos parâmetros do modelo e, a partir daí, se estima uma estatística de teste (que é basicamente o valor original do parâmetro dividido pelo erro padrão da estimativa nas aleatorizações) (Hair 2017; Rigdon 2014). Por fim, há a comparação da proporção de estatísticas mais extremas ou iguais às geradas durante o bootstrapping para determinação do p estatístico (Davison 1997). Foram utilizadas 5.000 aleatorizações (Hair 2017; Rigdon 2014), ou seja, o p estatístico em algoritmos bootstrapping é sempre = n/NT, onde n é o número de vezes que se obteve uma estatística igual ou mais extrema que a encontrada nos dados originais, e NT é o número total de aleatorizações. Foram também estimados via bootstrapping intervalos de confiança de 95% em torno dos parâmetros estimados (Davison 1997). Na etapa avaliação, utilizamos diversos critérios para avaliar a qualidade do modelo, entre eles, coeficiente de determinação (R-quadrado), F quadrado (que mensura a mudança no coeficiente de determinação quando uma variável exógena é removida), métricas de validade e consistência interna (rho A, alfa de Crombach, AVE e Confiabilidade composta), e diversos outros critérios, apresentados na sessão seguinte. E por fim, conduzimos o reporte dos resultados, focando na significância dos principais coeficientes de caminho relacionados às hipóteses centrais de pesquisa do projeto.

Utilizamos o algorítmo PLS que preconiza matrizes de correlação estimadas à partir da matriz original com os indicadores para cada observação (Hair, 2017). Nesse caso, introduzimos os dados originais, pois à partir deles são estimadas as matrizes de correlação. Em seguida o algorítmo procedeu para estimativas de parâmetros e significância e, como não houverem problemas de multicolinearidade, podemos afirmar que: tanto a matriz de covariância original foi transformada em matriz de correlação,

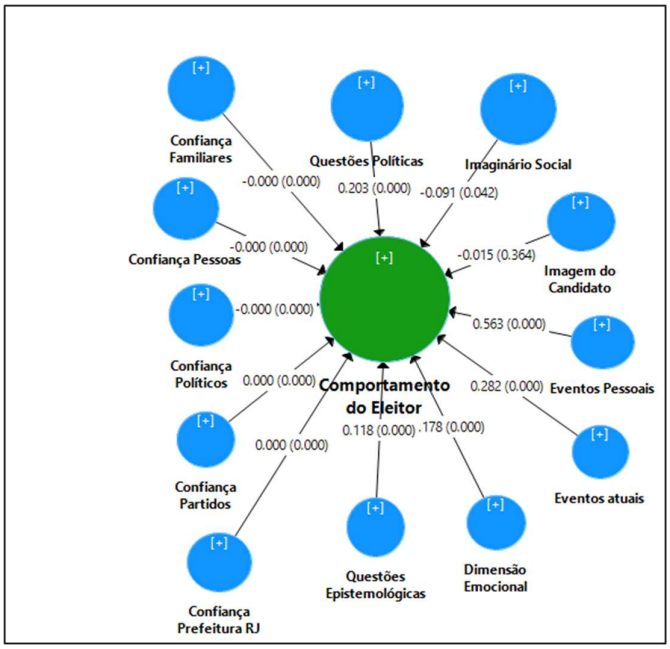
quanto a matriz de covariância predita foi transformada também em matriz de correlação, na fase de avaliação da qualidade do modelo (Hair, 2014).

Como não houveram dados ausentes em nossa base de dados, nem variáveis com variância nula, nenhuma estratégia de eliminação forçada ou substituição de dados foi necessária.

Para os testes de multinormalidade recorremos ao teste de Mardia, onde obtivemos os valores (g1p=4.259, chi.skwe= 21.366, p.value.skew=0.1569, g2p=5.036, z.kurtosis= 0.1965, p.value.kurt= 0.823, e chi.small.skew= 29.751, p.valeu.small= 0.126), indicando portanto, que os dados não se desviam de uma distribuição multinormal. Segundo Hair et al. 2017, quando se infere a significância de modelos PLS via bootstrapping, como foi o caso do presente estudo, com 5000 aleatorizações, não há necessidade de normalidade univariada ou multivariada, ou mesmo que os dados sigam qualquer distribuição como pressuposto para a modelagem.

Desta forma, o tratamento dos dados recolhidos (N=492) gerou a *Figura 4*, composta pela significância das variáveis e suas associações para o comportamento do eleitor carioca, apresentada a seguir.

Figura 4 - Modelo de Comportamento do Eleitor Carioca



Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Os números fora dos parênteses são chamados de coeficientes de caminho (*path coeficients*) e representam a força da associação entre as variáveis. O número entre parênteses é o P estatístico, ou seja, a significância da associação. Somente são consideradas como significativas associações com valor de P menor que 0.05, ou seja, o número entre parênteses tem que ser menor que 0.05 para uma dada correlação ser considerada significativa. Assim, podemos observar que a maioria das correlações foi significativa, somente uma delas, Imagem do Candidato (P=0.364) não foi significativa. E, podemos ainda afirmar que o modelo *(Figura 4)* tem R^2, coeficiente de determinação, igual a 1, indicando que ele explica 100% o comportamento do eleitor carioca em 2020.

Contudo, ainda que as variáveis de confiança sejam todas significativas notamos que não têm grande influência no comportamento do eleitor, pois o peso delas, com 3 casas decimais de precisão, é muito próximo de zero. Isto quer dizer que: em termos preditivos as variáveis de confiança não impactam significativamente no Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985). A *Tabela 43* evidencia o valor exato dos coeficientes de caminho para todas as variáveis do modelo, sendo que eles refletem a força de correlação, ou o "peso" de cada variável sobre o modelo como um todo, pelo que quanto maior o valor, mais importante é a variável na explicação no comportamento do eleitor.

Tabela 43 – Peso das Variáveis no Comportamento do Eleitor Carioca

Variáveis	Coeficiente de Caminhos
Confiança Familiares	$-1{,}964 \times 10^{-16}$
Confiança Pessoas	$-1{,}481 \times 10^{-15}$
Confiança Partidos	$2{,}694 \times 10^{-15}$
Confiança Políticos	$-3{,}325 \times 10^{-16}$
Confiança Prefeitura RJ	$4{,}280 \times 10^{-16}$
Dimensão Emocional	0,178
Eventos Pessoais	0,563
Eventos Atuais	0,282
Imagem do Candidato	-0,015
Imaginário Social	-0,091
Questões Epistemológicas	0,118
Questões Políticas	0,203

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Podemos observar que expresso em notação científica, o peso para as variáveis de confiança é bem menor que o peso das variáveis originais do modelo, ou seja, elas influenciam, mas muito pouco o comportamento do eleitor.

No que se refere à avaliação da qualidade e confiablidadade do modelo proposto, as *Tabelas 44 e 45* descrevem os principais índices e parâmetros obtidos para a sua validação e adequação as métricas referidas.

Tabela 44 – Critérios de Qualidade

Critério de qualidade	Valor recomendado	Obtido no Modelo Estrutural	Conclusão
R^2	>0.90	1	Aceitável
CFI	>0.90	0.913	Aceitável
GFI	>0.90	0.962	Aceitável
AGFI	>0.80	0.981	Aceitável
RMSEA	<0.08	0.0363	Aceitável
RMSR	<0.10	0.0852	Aceitável
NFI	>0.90	0.9316	Aceitável
CMIN	<2.00	1.488	Aceitável
RFI	>0.77	0.791	Aceitável
TLI	>0.90	0.9298	Aceitável
NNFI	>0.90	0.917	Aceitável
PCFI	>0.5	0.638	Aceitável
PNFI	>0.50	0.563	Aceitável
NCP	Quanto menor melhor	98.172	Aceitável

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Podemos observar que todos os critérios de qualidade são aceitáveis. O mesmo acontece com os critérios de confiabilidade a seguir.

Tabela 45 – Critérios de Confiabilidade

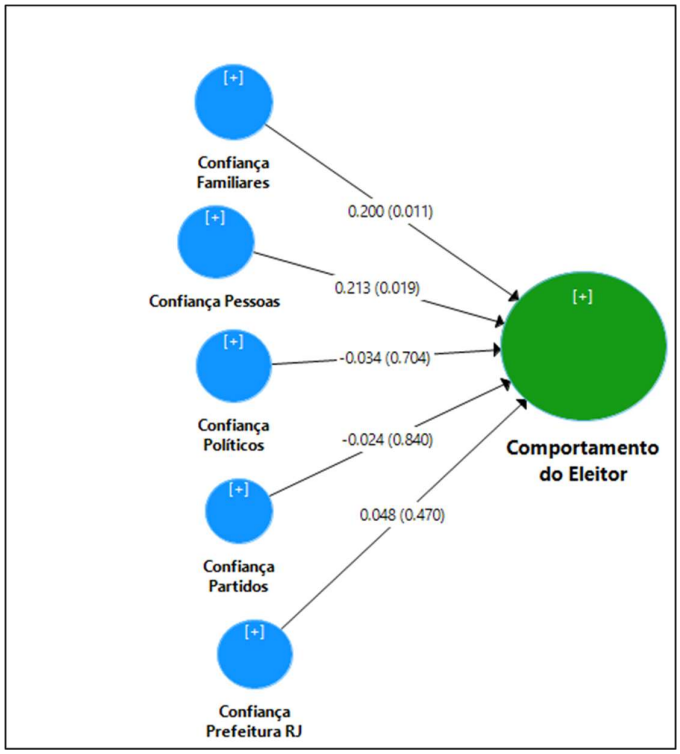
	Cronbach's Alpha	rho_A	Composite Reliability	Average Variance Extracted (AVE)	Resultado
Comportamento do Eleitor	0,80	0,88	0,82	0,76	Aceitável
Confiança Familiares	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Confiança Partidos	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Confiança Pessoas	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Confiança Políticos	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Confiança Prefeitura RJ	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Dimensão Emocional	0,77	0,89	0,86	0,78	Aceitável
Eventos Pessoais	0,88	0,88	0,91	0,67	Aceitável
Eventos atuais	0,80	0,81	0,88	0,72	Aceitável
Imagem do Candidato	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Imaginário Social	0,77	0,79	0,90	0,81	Aceitável
Questões Epistemológicas	1,00	1,00	1,00	1,00	Aceitável
Questões Políticas	0,66	0,74	0,77	0,78	Aceitável

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Os demais *outputs* do tratamento dos dados do modelo do comportamento do eleitor carioca obtidos pela utilização do Software SmartPLS versão 3.0 estão disponibilizados no *Anexo 4* do nosso estudo.

De forma complementar, desenvolvemos um modelo mais simples *(Figura 5)*, disposta na página seguinte, no qual focamos somente as variáveis de confiança x comportamento do eleitor, não eclipsadas pelos sete domínios cognitivos propostos por Newman e Sheth (1985).

Figura 5 - Modelo de Comportamento do Eleitor Carioca Não Eclipsado



Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Desta forma, contendo apenas variáveis de confiança x comportamento do eleitor podemos observar que as variáveis confiança nos políticos, nos partidos e na Prefeitura do RJ, não têm significância estatística, ou seja, elas não explicam o comportamento do eleitor, muito em função do total descrédito do sistema político brasileiro e da incapacidade do retorno social das suas instituições públicas, como já visto.

Contudo, a confiança nos familiares e nas pessoas explicam o comportamento do eleitor, destacando-se com o maior peso a "confiança nas pessoas". O R^2 do modelo *(Figura 5)* é de 0.122, ou seja, sozinhas, sem as demais variáveis do modelo, as variáveis de confiança explicam 12,2% do comportamento do eleitor. Entretanto, evidencia que as demais variáveis do modelo do comportamento do eleitor carioca (*Figura 4*) explicam 87,8% do seu comportamento.

Cabe destacar que no modelo mais simples (*Figura 5*) a ideia foi simplesmente tentar avaliar como as variáveis de confiança afetam o comportamento do eleitor em um cenário onde só existam elas. Pois, quando colocamos as demais variáveis, as demais explicam a maior parte do comportamento do eleitor, deixando uma fração de explicação muito

pequena para as variáveis de confiança. Isso mostra, que claramente, elas são dispensáveis para entender a maior parte do comportamento do eleitor.

Contudo, é importante ressaltar que a confiança interpessoal desempenha um papel fundamental nos valores culturais ligados ao comportamento político. Considerando suas implicações para o sistema político, é relevante destacar que a cultura cívica demanda níveis elevados desse tipo de confiança. Em outras palavras, à medida que a confiança aumenta, a sociedade se torna mais associativa, os cidadãos se envolvem mais na esfera política e a democracia se torna mais estável, como enfatizado por Putnam (1996).

Deste modo, este modelo simplificado *(Figura 5)* é importante para a comparação dos dados obtidos por meio do inquérito realizado aos eleitores, com os dados recolhidos por meio da entrevista realizada aos candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro, que analisaremos em secção mais adiante.

Desenvolvemos, ainda, uma matriz de correlação entre as variáveis de confiança x demais questões do inquérito, no sentido de explorar possíveis efeitos adicionais.

Tabela 46 – Matriz de Correlação de Pearson

Questão	Q3.1	Q3.2	Q3.3	Q3.4	Q3.5
Q3.1	1	0,432	0,109	0,123	0,106
Q3.2	0,432	1	0,332	0,255	0,249
Q3.3	0,109	0,332	1	0,718	0,514
Q3.4	0,123	0,255	0,718	1	0,484
Q3.5	0,106	0,249	0,514	0,484	1
Q4.1	0,293	0,233	0,19	0,196	0,163
Q4.2	0,108	0,14	0,242	0,269	0,153
Q4.3	0,139	0,055	-0,052	-0,031	-0,002
Q4.4	-0,093	-0,181	-0,097	-0,137	-0,068
Q4.5	0,046	0,045	0,067	0,069	0,111
Q4.6	0,26	0,223	0,004	-0,038	0,003
Q4.7	-0,035	-0,055	0,031	0,035	-0,039
Q4.8	-0,047	-0,109	0,116	0,074	-0,02
Q4.9	-0,083	-0,033	0,075	0,07	0,069
Q4.10	0,132	0,148	-0,006	-0,022	-0,005
Q4.11	0,118	0,151	-0,007	-0,028	0,011
Q4.12	0,096	0,09	-0,053	-0,084	-0,043
Q4.13	0,15	0,13	-0,054	-0,137	-0,025
Q4.14	0,101	0,144	-0,035	-0,085	0,006

Q4.15	0,085	0,158	0,073	0,103	0,095
Q4.16	0,021	0,037	0,099	0,11	0,122
Q4.17	0,043	0,164	0,099	0,145	0,187
Q4.18	-0,087	-0,064	0,18	0,145	0,131
Q4.19	-0,029	0,043	0,108	0,081	0,074
Q4.20	-0,076	-0,009	-0,021	-0,04	-0,124
Q4.21	0,204	0,155	0,097	0,065	0,047

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Basicamente ela nos traz o valor da correlação (-1 a 1, sendo -1 o máximo de correlação negativa, 1 máximo de correlação positiva, e 0 ausência de correlação) e a significância desta correlação. Para facilitar a visualiação, destacamos a vermelho os pares de correlações estatisticamente significativos (isto é, com P<0.05).

As correlações são expressas par a par. Assim por exemplo, a correlação de 0.432 (primeira linha na *Tabela 46*) é a correlação entre Q3.1 e Q3.2, ou seja, é uma correlação positiva, como Q3.1 é a confiança em familiares e Q3.2 é a confiança nas pessoas, essa correlação quer dizer que quanto maior a confiança nos familiares, maior é a confiança nas pessoas.

Contudo, observamos que na matriz de correlação, apenas, as variáveis Q4.1 e Q4.2 se correlacionam de forma significativa com todas as variáveis de confiança, conforme a *Tabela 47*.

Tabela 47 – Programa e Ideologia x Confianças

Questão	Q3.1	Q3.2	Q3.3	Q3.4	Q3.5
Q4.1	0,293	0,233	0,19	0,196	0,163
Q4.2	0,108	0,14	0,242	0,269	0,153

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Neste sentido, elaboramos um modelo (análise de regressão múltipla) utilizando Q4.1 (*Escolho o candidato pelo seu programa de governo*) como veriável dependente das questões de confiança, conforme a seguir.

Tabela 48 – Programa de Governo x Confianças

Modelo definindo comportamento Q4.1, R^2=0,11				
	Beta	Erro padrão	t	P
Intercepto	1,3803	0,1817	7,5976	0,0000
Q3.1	0,2448	0,0488	5,0193	0,0000
Q3.2	0,0732	0,0455	1,6096	0,1081
Q3.3	0,0589	0,0776	0,7589	0,4483
Q3.4	0,1048	0,0760	1,3794	0,1684
Q3.5	0,0564	0,0557	1,0124	0,3118

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Como se pode verificar, embora individualmente todas as questões estejam correlacionadas com a questão Q4.1, somente a questão Q3.1 em um modelo preditivo é estatisticamente significativa e o coeficiente de determinação do modelo R^2 é de apenas 11% (R^2=0,11), indicando que apenas 11% do comportamento do eleitor é explicado por esta variável, confiança nos familiares.

À semelhança, elaboramos um modelo (análise de regressão múltipla) utilizando Q4.2 (*Escolho o candidato pela sua ideologia*) como variável dependente das questões de confiança, conforme se segue.

Tabela 49 – Ideologia x Confianças

Modelo definindo comportamento Q4.2, R^2=0,28				
	Beta	Erro padrão	t	P
Intercepto	1,850	0,189	9,769	0,000
Q3.1	0,063	0,051	1,237	0,217
Q3.2	0,034	0,047	0,720	0,472
Q3.3	0,107	0,081	1,322	0,187
Q3.4	0,236	0,079	2,974	0,003
Q3.5	0,001	0,058	0,011	0,991

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor

Aqui o coeficiente de determinação foi bem maior, R^2=0,28, indicando que 28% do comportamento é explicado pela variável Q3.4 que foi a única significativa. Ou seja, ao se definir comportamento exclusivamente pela variável Q4.2, a confiança nos partidos explica 28% do comportamento do eleitor carioca.

Isso evidencia, com recurso a estes dois tipos de análise (Matriz de Correlação de Pearson e Regressão Múltipla) o que a MEE já havia mostrado: há sim correlação entre as variáveis de confiança e as demais, no entanto, no que se refere à decisão do voto do eleitor carioca, são correlações fracas. O que atesta o pouco impacto das mesmas sobre o Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985).

Neste sentido, com base na análise dos dados recolhidos junto aos eleitores podemos afirmar que:

1. O Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985), por si só, explica 100% o comportamento do eleitor, o que comprova mais uma vez a sua validação para o cenário brasileiro;
2. As cinco hipóteses do estudo não se confirmaram, ou seja, os índices de confiança não influenciaram a decisão de voto do eleitor carioca; e
3. Dentre os sete domínios cognitivos do Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985) os que mais influenciaram o comportamento do eleitor carioca em 2020 foram os que abordaram questões relacionadas com os eventos pessoais (M=3,381), questões epistemológicas (M=3,348) e eventos atuais (M=3,173).

Então, é relevante retomar a Putnam (1996):

> *"... quanto mais confiança existe, mais associativa a sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia... "*

Esta afirmação retrata muito bem o que "não ocorre" no Rio de Janeiro e arriscamos a afirmar, no Brasil, onde muitos eleitores não se interessam pela política, não confiam nas pessoas, não confiam nos políticos, não confiam nos partidos políticos, não confiam nas instituições públicas, sendo que os últimos governos, desde o processo de redemocratização não conseguem atender às expectativas da população. Mas, mesmo assim, a legislação eleitoral consigna o voto como obrigatório, abriga uma crescente fragmentação partidária, permite uma migração político-partidária a cada pleito, à conveniência de candidatos e partidos, e disponibiliza elevados recursos públicos aos partidos políticos para os respectivos financiamentos de campanhas e perpetuação no poder.

Desta forma, a questão estrutural do poder e suas influências sobre os indivíduos são relevantes e estão presentes em diversos estudos colonialistas, tais como:

> *"... Foucault chamou a atenção para "a forma capilar de existência" do poder, "o ponto onde o poder atingiu o próprio grão dos indivíduos, tocou seus corpos e se inseriu em suas ações e atitudes, em seus discursos, processos de aprendizagem e na vida cotidiana" CHATTERJEE (1988, p. 389).*

Esta estrutura de poder exercida por dentro do corpo social, desde o Brasil Colônia com Rei e Côrte, ainda serve de estímulo para legislação eleitoral que, por exemplo, não permite candidaturas independentes e privilegia "partidos fortes" e "candidatos recorrentes", mesmo como visto, sem identidade partidária por grande parte do eleitorado.

De acordo com Chatterjee (1988), ao analisar os regimes de poder em democracias recentes, não apenas a prevalência de métodos de poder modernos parece restrita e condicionada pela persistência de métodos antigos, mas também pela sua combinação em uma configuração estatal específica. Isso parece criar um novo conjunto de possibilidades para as classes dominantes exercerem influência e dominação.

Neste sentido, com o objetivo de confrontar as perspetivas dos eleitores com as perceções dos candidatos à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro sobre as questões que temos vindo a analisar, procurando compreender em que medida estes partilham dos mesmos posicionamentos e das mesmas leituras da realidade, na próxima secção apresentamos a análise e tratamento dos dados recolhidos por meio da realização de entrevistas.

7.2 – Entrevista aos Candidatos à Prefeitura do RJ

Nesta fase, os dados foram colectados entre os dias 01 de maio de 2022 e 31 de julho de 2022. Dos 14 candidatos à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 10 acederam a realizar a entrevista (nos moldes anteriormente descritos), sendo que todos deram autorização para a utilização das suas respostas na presente investigação.

Análise de Conteúdo

De acordo com Sampaio (2021), a Análise de Conteúdo (AC) é uma abordagem de pesquisa científica que emprega procedimentos sistemáticos, validados de forma intersubjetiva e públicos para realizar inferências válidas sobre conteúdos verbais,

visuais ou escritos. Seu propósito é descrever, quantificar ou interpretar fenômenos específicos em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos. Krippendorff (2004) também destaca que a AC é uma técnica de pesquisa que busca obter inferências válidas e passíveis de replicação a partir de textos e para os contextos em que são aplicados.

Em nossa pesquisa, optamos por utilizar a AC, pois ela nos permite analisar a comunicação dos entrevistados por meio dos materiais coletados nas entrevistas. Além disso, essa técnica nos permite classificar esses materiais em temas ou categorias que auxiliam na compreensão dos discursos subjacentes.

Embora Laswell (1915) seja considerado um dos pioneiros na aplicação dessa técnica nos Estados Unidos, com o objetivo de identificar posturas estratégicas de outros países e analisar imprensa e propaganda, foi a partir do trabalho de Bardin (1977) que a AC ganhou popularidade. Bardin enfatizou a importância do rigor na aplicação da análise de conteúdo, buscando superar incertezas e descobrir o que está sendo questionado.

A definição da AC pode variar conforme a abordagem teórica e a intenção do pesquisador que a utiliza. Isso pode envolver a adoção de conceitos relacionados à semântica estatística do discurso ou a busca por inferências por meio da identificação objetiva de características das mensagens (WEBER, 1985; BARDIN, 1977). É importante ressaltar o caráter social da AC, uma vez que essa técnica visa a produzir inferências a partir de textos para seus contextos sociais de maneira objetiva (BAUER; GASKELL, 2002).

AC Categorial

De acordo com Bardin (1977), existem vários tipos de Análise de Conteúdo (AC), que podem ser agrupados em categorias como: categorial, avaliação, enunciação e expressão. No nosso estudo, optamos pela abordagem categorial, que é essencialmente descritiva, devido ao número conciso de entrevistados e, principalmente, ao fato de as entrevistas terem sido realizadas por escrito, seguindo uma estrutura.

As outras abordagens seriam mais apropriadas para medir a intensidade da opinião, para entrevistas mais longas e, predominantemente, no caso das ciências políticas, para a análise de discursos políticos, o que não é o foco do nosso estudo.

Dessa forma, para a análise e interpretação dos dados, seguimos quatro passos distintos:

1. **Preparação das informações:** Iniciamos com a leitura do material coletado, obtendo uma visão geral para verificar se estava alinhado com os objetivos da pesquisa.
2. **Classificação dos dados:** Realizamos uma releitura minuciosa dos dados para identificar as categorias que havíamos elaborado. Marcamos trechos relevantes com grifos para destacar frases recorrentes e declarações-chave. As categorias foram criadas para agrupar ideias ou expressões comuns que estavam relacionadas (MINAYO, 1993). Criamos uma sinopse das entrevistas (Anexo 3), com colunas contendo as categorias gerais baseadas nas questões orientadoras do estudo, subcategorias emergentes, indicadores de características de cada subcategoria e, por fim, unidades de sentido, que apresentavam fragmentos das entrevistas, contextualizando cada categoria e suas subdivisões (subcategorias e indicadores). É importante mencionar que esse processo de fragmentação do texto resultou em uma perda de informação do material, uma vez que a leitura sempre envolve a perspectiva do pesquisador. Essa perda é justificada pelo aprofundamento e compreensão que a análise proporciona (MORAES, 1999).
3. **Descrição dos resultados:** Após definir as categorias, subcategorias, indicadores e unidades de sentido, descrevemos os dados por meio de textos, resumindo os significados presentes nas diversas unidades de sentido.
4. **Interpretação:** Nesse estágio, estabelecemos conexões entre os dados e os referenciais teóricos do estudo, respondendo às perguntas da pesquisa com base nos objetivos propostos. Utilizamos a análise de conteúdo para buscar respostas para as questões formuladas, explorando as unidades de sentido presentes nas entrevistas. Essas unidades de sentido referem-se aos elementos extraídos da decomposição do conjunto da mensagem (Minayo, 1993), e o tratamento desses elementos permite a interpretação. Ao relacionar esses dados com o referencial teórico e os dados do inquérito, buscamos compreender e comparar as percepções dos entrevistados sobre as perspectivas e o comportamento do eleitor carioca.

Todo este processo de análise e categorização das entrevistas foi realizado pelo investigador responsável, tendo o mesmo sido discutido com outros dois investigadores, com o intuito de minimizar os efeitos subjetivos da interpretação. Esta é uma das técnicas utilizadas em estudos qualitativos para aumentar a fiabilidade da investigação.

7.3 – Análise e Interpretação dos Dados – Entrevistas

Os resultados aqui apresentados descrevem a perspectivas e a perceção dos entrevistados (aqui identificados como E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9 e E10), sobre o comportamento

do eleitor carioca em 2020. Os dados são categorizados de acordo com os tópicos temáticos abordados no guião de entrevistas. A partir das categorias, são descritas e analisadas as subcategorias e os indicadores associados a cada uma delas.

A *Tabela 50* destaca as categorias propostas para o estudo e as emergidas juntamente com as subcategorias e indicadores das suas características.

Tabela 50 – Categorias, Subcategorias e Indicadores

Categoria	Subcategoria	Indicador	Entrevistados
Confiança	Desinteresse do Eleitor Carioca pela Política	Individualismo	E1 e E5
		Falta de Retorno Social	E2, E4, E6, E9 e E10
		Corrupção	E2
		Impunidade	E3
		Legislação Eleitoral	E8
	Fragmentação Partidária	Falta de Identidade Partidária	E1, E2, … , E9 e E10
	Insatisfação com os Serviços Públicos	Continuidade dos Desserviços	E2, E3 e E5
		Falta de Retorno Social	E4, E6, E8, E9 e E10
		Culpabilização dos Políticos em Geral	E1 e E7
Estruturalismo	Distribuição do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário	Direcionamento	E1, E2, … , E9 e E10
	Distribuição do Tempo de Propaganda Eleitoral	Privilégio	E1, E2, … , E9 e E10

	Motivo do Elevado Índice de Absenteísmo	Pandemia	E1, E7, E8, E9 e E10
		Falta de Representatividade	E2, E3, E4, E5 e E6
	Programa de Governo ou Ideologia Política	Desconsideram	E1, E2, E3 e E5
		Desconhecem	E4, E6, E7, E8, E9 e E10
		Alinhamento Ideológico	E5
Domínios Cognitivos	Características Socioeconómicas, Culturais, ou Religiosas do Candidato	Religião	E1, E2, E3, E4, E5 e E7
		Grupos de Pertença	E6, E8, E9 e E10
	Traços de Personalidade do Candidato	Empatia	E1
		Carisma	E2, E3, … , E9 e E10
	Posicionamento do Candidato a Respeito das Políticas Públicas	Convergente com seus interesses	E1, E2, E3, E5, E6 e E10
		Desconhecimento	E4, E7, E8 e E9
	Eventos Relacionados a Vida Privada e Pública do Candidato	Independe	E1 e E5
		Escândalos Recentes	E2, E3, E4, E6, E7, E8, E9 e E10
	Posicionamento do Candidato sobre Assuntos de Relevância Nacional ou Internacional	Diretamente Ligado	E1, E2, E3 e E5
		Não para o Cargo de Prefeito	E4, E6, E7, E8, E9 e E10

	Sentimentos Despertados pelo Candidato	Voto Emocional	E1, E5, E6, E7, E8, E9 e E10
		Voto Politizado	E2 e E3
		Voto Estrutural	E4
Desigualdades Sociais	Necessidades	Básicas	E4, E6, E7, E8, E9 e E10
		Individuais	E1
		Emocionais	E3
	Estrutura	Pública	E2
		Coronelismo	E5

Fonte: Recolha de Dados Qualitativos (2022)
Elaborado pelo Autor

7.3.1 – Da Importâcia da (Des)Confiança

Aqui, procuramos compreender em que medida, no entender dos participantes, os baixos índices de confiança dos eleitores cariocas influenciam o seu voto e contribuem para o desinteresse do eleitorado pela política.

Desinteresse do Eleitor Carioca pela Política

Metade dos participantes avançaram como motivos para o desinteresse pela política por parte do eleitorado, a *falta de retorno social* por parte das intuições públicas, a qual foi destacado nas entrevistas (E2, E4, E6, E9 e E10). Este está em sintonia com o preconizado por Lipset (1967):

> *"... a legitimidade de um sistema político depende da capacidade do mesmo de construir e manter a crença de que suas instituições públicas são os principais canais de solução dos problemas da sociedade e que sua legitimidade é valiosa para qualquer regime, mas crucial para as democracias ..." (INGLEHART, 2002, p. 148).*

Outros motivos importantes que foram avançados são: o *individualismo* (E1 e E5), a perceção da *corrupção* no meio político (E2), a *impunidade* dos envolvidos (E3) e a *legislação eleitoral* (E4 e E8).

O individualismo emergente dos fragmentos das entrevistas é evidenciado nas escolhas do tipo custo/benefício do modelo racional da decisão do voto, entretanto, com os elevados índices de desigualdade social acaba por permitir a "decisão" do voto por necessidade ou oportunidade. Quanto à perceção da corrupção no meio político e a impunidade dos envolvidos são aspetos que deveriam motivar a participação do cidadão na política, mas que, pelo contrário, os afasta cada vez mais, visto os elevados índices de absentenção no pleito de 2020. Também não podemos deixar de sublinhar a constatação de que são os próprios políticos a reconhecer que está socialmente disseminada a ideia da existência de corrupção e de impunidade na vida política, embora todos pretendam combater ambas.

Fragmentação Partidária

Procurámos também perceber em que medida a fragmentação partidária brasileira, considerada uma das mais elevadas do mundo, contribui para a desconfiança político-partidária dos eleitores. No entender dos participantes, o eleitor carioca não possui uma *identidade partidária* como resultado do elevado número de siglas e das constantes coligações em troca de apoio político e de cargos administrativos, independentemente das ideologias dos próprios partidos. Neste ponto, cabe lembrar:

> *"… os partidos políticos são as instituições intermediárias de conexão entre Estado e sociedade, fator fundamental à consolidação da democracia representativa …" (BAQUERO, 2011).*

Insatisfação com os Serviços Públicos

Partindo do descontentamento da população do Rio de Janeiro com os diferentes serviços públicos, e aludindo particularmente aos transportes, à segurança, à saúde e à educação, questionámos os nossos participantes sobre a sua potencial contribuição para a desconfiança dos eleitores relativamente à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A *falta de retorno social* (E4, E6, E8, E9 e E10) foi novamente a mais avançada como um dos motivos para esta desconfiança.

Seguida pela *continuidade dos desserviços* – serviço mal prestado – (E2, E3 e E5) e *culpabilização dos políticos em geral* (E1 e E7) como os principais motivos que os participantes enunciam para o o eleitor carioca ter elevados índices de desconfiança político-partidária e nas instituições públicas. Em alguns fragmentos *(Anexo 3)* observamos que apesar de diferentes políticos à frente da prefeitura do RJ os resultados são os mesmos, ou seja, ineficientes. Contudo, é interessante constatar que para a maioria dos participantes, como visto, os serviços públicos não atendem às expectativas do eleitor carioca. Não obstante, há uma tentativa de personificação da culpa nos prefeitos anteriores e não na instituição prefeitura que foi o alvo de todos que se candidataram em 2020.

Resumidamente, no que respeita às três questões que se dirigem a análise da confiança, os eleitores e os participantes das entrevistas possuem as mesmas interpretações:

- ✓ O desinteresse do eleitor carioca pela política está diretamente relacionado com as inexpressivas respostas das instituições públicas às necessidades da população;
- ✓ A identidade partidária do eleitor carioca é quase inexistente, motivada pelo elevado número de siglas e suas recorrentes coligações em busca de cargos e funções na gestão do município; e
- ✓ A prefeitura é incapaz de suprir às expectativas do eleitor carioca.

Mas, no que respeita a esta última, para os entrevistados o ônus recai sobre o prefeito anterior ou de outro partido.

Neste sentido, o eleitor carioca que não confia nos políticos, nos partidos políticos e nas instituições públicas, pelos motivos acima expostos, se desinteressa pela política. Entretanto, nas dez últimas eleições (1985-2020) elegeu dois prefeitos por três vezes cada.

7.3.2 – Estruturalismo

Procurou-se compreender, também, em que medida os participantes consideram que a legislação eleitoral contribui para a perpetuação dos políticos e partidos políticos no poder, nomeadamente, no que respeita ao fundo partidário e à distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita.

Distribuição do Fundo Partidário

Os participantes indicam muito claramente o facto de existir um *direcionamento* dos investimentos dos partidos para determinados candidatos, o que evidencia diferentes tipos de investimento, além entenderem existir falta de transparência relativamente a estas escolhas.

Distribuição do Tempo de Propaganda Eleitoral Gratuita

À semelhança do que se verificou na anteriormente, os participantes consideram existir um *privilégio* relativamente a determinados candidatos, aos quais é concedida a prioridade de exposição midiática, em detrimento de outros.

Assim, percebemos que para os dez entrevistados, as assimetrias tanto na distribuição do fundo eleitoral como no tempo de propaganda eleitoral são fundamentais para a perpetuação dos mesmos políticos no poder.

Elevado Índice de Absenteísmo

Para metade dos entrevistados (E1, E7, E8, E9 e E10), a *pandemia* de COVID-19 explica a ausência dos 35,5% dos eleitores cariocas às urnas, em 2020. Contudo, para os restantes (E2, E3, E4, E5 e E6), o principal motivo é a existência de uma *falta de representatividade*.

7.3.3 – Domínios Cognitivos

Como destacamos anteriormante, devido ao facto de os dez entrevistados terem optado pela entrevista escrita e, consequentemente não termos podido interagir com os mesmos, decidimos estruturar as questões relativas aos sete domínios cognitivos do Modelo Proposto por Newman e Sheth (1985) conforme disposto na *Tabela 50,* que destaca as influências de cada domínio na decisão do voto do eleitor carioca, visando perceber a perspetiva dos entrevistados.

Tabela 51 – Domínios Cognitivos

Questão	Influência			
	Nenhuma	**Pouca**	**Alguma**	**Muita**
7. Em que medida o programa de governo ou a ideologia do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *		40%	50%	10%
8. Em que medida as características socioeconómicas, culturais ou religiosas do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *			60%	40%
9. Em que medida os traços de personalidade do candidato, tais como: carisma e integridade influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *			20%	80%
10. Em que medida o posicionamento do candidato a respeito das políticas públicas de saúde, educação, segurança e transporte influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *		30%	10%	60%
11. Em que medida os eventos relacionados a vida privada e pública do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *		30%	40%	30%
12. Em que medida o posicionamento do candidato sobre assuntos de relevância nacional ou internacional, tais como: o combate à pandemia, ecologia e desigualdade social, influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *		40%	40%	20%
13. Em que medida sentimentos afetivos despertados pelo candidato, tais como: esperança, responsabilidade ou patriotismo influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *		10%	40%	50%

Fonte: Recolha de Dados Qualitativos (2022)
Elaborado pelo Autor

Para os entrevistados, as questões relacionadas com a imagem do candidato (80%), questões epistemológicas (60%) e a dimensão emocional (50%) são as que mais influenciam a dicisão do voto do eleitor carioca. No entanto, esta interpretação diverge da interpretação do próprio eleitor carioca, como vimos, onde a predominância entre os domínios cognitivos foram os que abordaram questões relacionadas com os eventos pessoais (M=3,381), questões epistemológicas (M=3,348) e eventos atuais (M=3,173), nesta sequência. O desalinhamento de perceções abre espaço para que candidatos e partidos possam se posicionar mais próximos dos seus eleitores em futuras eleições. Em cada uma das questões relativas aos domínios cognitivos foi colocada uma questão de resposta aberta, em que se pedia ao entrevistado que justificasse a sua opção. A análise

que se segue diz respeito a essas justificações apresentadas pelos candidatos relativamente aos diferentes domínios cognitivos.

Programa de Governo ou Ideologia Política

Os entrevistados (E4, E6, E7, E8, E9 e E10) indicam que os eleitores *desconhecem* o programa de governo ou a ideologia política do candidato. Entretanto, para (E1, E2 e E3) os eleitores *desconsideram* o programa de governo ou a ideologia política, e votam por algum interesse próprio. Já para o entrevistado E5, somente o *alinhamento ideológico* pesa na decisão do voto do eleitor carioca.

Características Socioeconómicas, Culturais ou Religiosas do Candidato

Para os entrevistados E6, E8, E9 e E10, os *grupos de pertença* constituem a primeira aproximação do eleitor com o candidato. No entanto, para a maioria (E1, E2, E3, E4, E5 e E7), a *religião* tem influências mais evidentes em cada eleição, principalmente, entre os católicos e evangélicos, estes últimos com inúmeras siglas partidárias e candidatos em todo o país.

Traços de Personalidade do Candidato

Para nove entrevistados (E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9 e E10), o *carisma* é uma característica fundamental na relação entre candidato e eleitor. Apenas um deles (E1) destacou a *empatia* como traço essencial para a existência desta relação de proximidade. Para os entrevistados esta complementaridade dos indicadores justifica a influência prioritária do domínio cognitivo imagem do candidato sobre a decisão do voto do eleitor carioca.

Posicionamento do Candidato a Respeito das Políticas Públicas

Para seis (E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E10) entrevistados é fundamental para o eleitor que os posicionamentos dos candidatos a respeito das políticas públicas sejam *convergentes com seus interesses*, para os demais (E4, E7, E8 e E9) o *desconhecimento* do posicionamento do candidato sobre o tema acaba por não influenciar a decisão do voto do eleitor.

Eventos Relacionados à Vida Privada e Pública do Candidato

Eventos pessoais (relacionados com a vida privada e pública do candidato) é um domínio cognitivo que, para os entrevistados E1 e E5, tem pouca influência sobre a decisão do voto do eleitor carioca. Entretanto, para os demais (E2, E3, E4, E6, E7, E8, E9 e E10), apenas os *escândalos recentes* têm influência na decisão de voto do eleitor.

Posicionamento do Candidato Sobre Assuntos de Relevância Nacional ou Internacional

Eventos atuais (assuntos de relevância nacional ou interncional, como seja a pandemia, a ecologia e a desigualdade social) é outro domínio cognitivo do estudo que é desconsiderado por um conjunto de entrevistados (E4, E6, E7, E8, E9 e E10), que entendem não ter influência para a decisão do voto do eleitor carioca, isto evidenciado pelo indicador *não para o cargo de prefeito*. Segundo os restantes entrevistados (E1, E2, E3 e E5), o posicionamento do candidato sobre estes assuntos está *diretamente ligado* com as eleições presidenciais.

Sentimentos Afetivos Despertados pelo Candidato

Por fim, o domínio cognitivo relativo à dimensão emocional é o terceiro mais influente na decisão do voto do eleitor carioca, segundo os entrevistados (E1, E5, E6, E7, E8, E9 e E10). Dos excertos destas entrevistas emergiu a noção de *voto emocional*. Os entevistados E2 e E3 fazem referência ao o *voto politizado* e somente o entrevistado E4 menciona o *voto estrutural*.

Na última questão do guião, era pedido aos entrevistados que caso entendessem haver algum outro tipo de influência na decisão de voto dos eleitores cariocas que a indicassem e a comentassem. A análise que se segue resulta do que foi trazido pelos candidatos, e que não foi previamente definido pelo investigador.

7.3.4 - Desigualdades Sociais

Da análise das respostas dos entevistados à última questão do guião, emergiu uma nova categoria de análise – desigualdades sociais. A existência de desigualdades sociais, a que já os referimos em outros momentos desta investigação, é, no entender dos entrevistados, um aspeto que influencia a decisão de votos dos eleitores cariocas.

Necessidades

Consideramos que estes são dados valiosos e complementares aos propostos pelo estudo, uma vez que, na óptica de seis entrevistados (E4, E6, E7, E8, E9 e E10), o facto de se verificar a existência não suprida de necessidades básicas mantém o eleitor refém do candidato que oferte a solução para a sua "dor". O entrevistado E1 avança com a noção de necessidades *individuais* e o entrevistado E3 com necessidades *emocionais*, como sendo responsáveis pela decisão do voto do eleitor carioca.

Estrutura

Para o participante E3 um fator que pode influenciar o voto do eleitor é a legislação eleitoral permitir reeleição, ou seja, o candidato participante da *máquina pública* poderia se servir do próprio poder público para se aproximar das expetativas do eleitor. Para o participante E5 o aspecto *compra de votos* ainda é relevante para a decisão do eleitor carioca.

Neste sentido, e após todos estes dados analisados, adiante passaremos às conclusões a respeito das questões de partida desta investigação:

1. Qual o impacto da confiança no comportamento eleitoral da população carioca nas eleições primárias municipais de 2020?
2. Quais, dentre os os sete domínios cognitivos, propostos pelo modelo de Newman e Sheth (1985), os que mais influenciaram a decisão do voto do eleitor em 2020?
3. Quais as influências de contexto que mais influenciaram esse comportamento, na óptica dos candidatos em 2020?

Conclusão

Este ponto relativo às principais conclusões, e porque muitas delas foram parcialmente apresentadas aquando a análise e discussão dos dados, seja dos inquéritos, seja das entrevistas, não pretende ser um texto exaustivo e aprofundado onde se retomam e reexplicam todas as conclusões, tendo nós optado por trazer aquelas que consideramos centrais, tendo em mente os objetivos da investigação.

No entanto, é importante ressaltar que, em concordância com Singer (1998), sustentamos a crença de que tanto as predisposições de longo prazo quanto os estímulos de curto prazo exercem influência sobre a decisão de voto dos eleitores. Além disso, compartilhamos da visão de Lipset (1967) de que a legitimidade de um sistema político está intrinsecamente ligada à sua capacidade de estabelecer e manter a convicção de que suas instituições públicas representam os principais meios para resolver questões da sociedade.

Neste sentido, lembramos que esta investigação suportada pelo modelo adaptado de Newman e Sheth (1985), visou como objetivo geral, analisar as influências dos índices de confiança do eleitor carioca nas eleições primárias municipais de 2020, quantificar os domínios cognitivos que mais influenciaram a decisão do voto do eleitor pela pesquisa aplicada ao próprio eleitorado, assim como compreender as influências de contexto, na perceção dos candidatos à prefeitura do município do Rio de Janeiro em 2020. Assim, em seguida, apresentar as principais conclusões decorrentes da análise dos resultados empíricos, onde constatamos que 86,2% dos eleitores inquiridos afirmaram confiar em seus familiares, 56,3% nas pessoas em geral, apenas 14,4% nos partidos políticos, 26,3% nos políticos eleitos para o parlamento (2020) e 23,3% na prefeitura do município do Rio de Janeiro.

Os dados coletados (492 eleitores voluntários) reforçam, como mencionado anteriormente, a existência de uma considerável desconfiança por parte da população brasileira em relação ao governo e seus representantes, assim como uma significativa falta de confiança nas instituições (BAQUERO, 2004). Além disso, observa-se um amplo descontentamento em relação à classe política de maneira geral, uma vez que o sistema político e suas estruturas formais têm falhado em abordar as questões de desigualdade e exclusão social (LUCHMANN, 2007). Adicionalmente, essa insatisfação se reflete na percepção de que o sistema político não tem cumprido as expectativas dos cidadãos, que

não conseguem visualizar uma efetiva materialização de seus direitos de representação e participação por meio de canais eficazes (MOISÉS, 2008).

Contudo, ao recorrermos à Modelagem de Equações Estruturais (MEE) para o tratamento e análise dos dados recolhidos, ficou evidente (*Figura 4, página 118)* que o peso das variáveis de confiança foi significativamente menor do que o peso das variáveis originais do modelo (domínios cognitivos), ou seja, elas influenciam, mas muito pouco o comportamento do eleitor. No que se refere à avaliação da qualidade e confiablidadade do modelo proposto, as *Tabelas 44 e 45* (páginas 120 e 121) descrevem os principais índices e parâmetros obtidos para a sua validação e adequação as métricas referidas.

Desta forma, podemos afirmar que as cinco hipóteses do estudo não se confirmaram, ou seja, os índices de confiança dos eleitores cariocas nos familiares, nas pessoas em geral, nos políticos, nos partidos políticos e nas instituições públicas não influenciam o modelo proposto por Newman e Sheth (1985). Neste sentido, e tendo em conta à análise das estatísticas descritivas dos inquiridos, destacamos as questões relacionadas com os domínios cognitivos que influenciaram o comportamento do eleitor carioca em 2020, nesta prioridade: eventos pessoais (Média=3,381), questões epistemológicas (Média=3,348), eventos atuais (Média=3,173), dimensão emocional (Média=2,890), questões políticas (Média=2,676), imagem do candidato (Média=2,319) e imaginário social (Média=1,771).

O facto de diversos políticos terem sido envolvidos ou citados em esquemas de corrupção, por meio da operação Lava Jato (2018-2020), certamente contribuiu para o domínio cognitivo relativo aos eventos pessoais ter o principal destaque nesta decisão. Outros fatores que contribuiram para decisão do voto do eleitor, foram os posicionamentos dos candidatos à prefeitura do município do Rio de Janeiro em 2020 quanto: às políticas públicas de saúde, educação, segurança e transporte, às medidas protetivas durante a pandemia, à segregação racial, às políticas ambientais respetivamente, ligados aos domínios cognitivos questões epistemológicas e eventos atuais. Podemos destacar que as eleições de 2020 ocorreram durante a pandemia (COVID-19), época agravada pelas incertezas económicas mundiais e pela dependência da população, principalmente, do sistema público de saúde e pela adaptação das atividades laborais e educacionais não presenciais.

Pela complexidade do tema e para confrontar as citadas perceções dos eleitores inquiridos com a dos candidatos à prefeitura do município do Rio de Janeiro em 2020 à respeito dos objetivos desta investigação, realizamos entrevistas estruturadas com estes últimos. Os resultados obtidos por meio destas entrevistas destacaram discrepâncias das percepções entre eleitores e candidatos a respeito dos domínios cognitivos e suas influências na decisão de voto do eleitor carioca. Na óptica dos candidatos à prefeitura, os domínios condicionantes do voto foram: imagem do candidato (80%), questões epistemológicas (60%), dimensão emocional (50%), imaginário social (40%), eventos pessoais (30%), eventos atuais (20%) e questões políticas (10%). Destacamos estas divergências como oportunidade de aproximação entre o que o eleitor espera dos candidatos e as questões que estes últimos priorizam como fundamentais para a conquista do voto do eleitor. Ao se fazer uma comparação, observamos que, somente a prioridade do domínio cognitivo referente às questões epistemológicas, tanto para eleitores quanto para candidatos, recebem a mesma importância. De forma similar, o domínio cognitivo referente às questões políticas, para ambos, não recebe uma alta prioridade para a decisão de voto do eleitor.

Para uma análise comparativa mais aprofundada, os fragmentos das respostas às questões abertas (*Anexo 3*), nos permitiu destacar as influências de contexto na perceção dos candidatos, conforme as 4 categorias analisadas: *Confiança, Estruturalismo, Domínios Cognitivos e Desigualdades Sociais*.

Confiança

Na óptica dos candidatos, os baixos índices de confiança do eleitor carioca influenciam o seu voto, o que se contrapõe às análises dos dados recolhidos junto aos eleitores voluntários em nosso estudo. Contudo, para os próprios candidatos, esses índices também contribuem para o *desinteresse do eleitor pela política*. Mais especificamente, para metade dos entrevistados, *a falta de retorno social*, por parte das instituições públicas, é o principal fator deste distanciamento político. Outros importantes fatores são: o *individualismo,* a perceção da *corrupção* no meio político, a *impunidade* dos envolvidos e a *legislação eleitoral*. Para os mesmos candidatos, o eleitor carioca não possuir uma *identidade partidária* (resultante da elevada fragmentação política) em conjunto com a *continuidade dos serviços mal prestados,* são os principais motivos que levam o eleitor carioca a apresentar elevados índices de desconfiança político-partidária e nas instituições públicas. Em síntese, cabe destacar que, para os candidatos, a falta de retorno social, o individualismo, a corrupção, a impunidade e a legislação eleitoral são importantes influências para o desinteresse do eleitor pela política.

Estruturalismo

Para os entrevistados, a *legislação eleitoral* vigente contribui para a perpetuação dos políticos e partidos políticos no poder, nomeadamente, no que respeita ao fundo partidário e à distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita. Para além das cotas do FEFC favorecerem os partidos já consolidados no parlamento, indicam claramente o facto de existir um *direcionamento* dos investimentos dos partidos para determinados candidatos, o que evidencia diferentes tipos de investimento, além de relatarem a falta de transparência relativamente à estas escolhas. Percebemos assim, que para os dez entrevistados, tanto em questões da entrevista relativas à confiança quanto ao estruturalismo, o tema *legislação eleitoral* é evidente.

Domínios Cognitivos

Para seis dos dez entrevistados o domínio cognitivo relativo às questões políticas não é prioritário na decisão de voto do eleitor carioca, pois para os mesmos, os eleitores *desconhecem* o *programa de governo ou a ideologia política do candidato*. Na óptica dos candidatos, diferente do apurado junto aos eleitores, as questões referentes à imagem do candidato são as prioritárias na decisão, pois todos consideram os grupos de pertença como a primeira aproximação do eleitor com o candidato. Para nove entrevistados, o *carisma* é uma característica fundamental na relação entre candidato e eleitor, assim como, as questões relacionadas ao posicionamento dos candidatos são consideradas fundamentais para esta decisão. Para oito entrevistados, as questões relacionadas aos eventos pessoais do candidato, somente influenciam o eleitor se forem atribuídas à *escândalos recentes*. As questões de relevância nacional ou internacional, referentes ao domíno cognitivo - *eventos atuais* - são desconsideradas pelos entrevistados, principalmente, para o cargo de prefeito, foco do nosso estudo. Em contrapartida, a *dimensão emocional* é o terceiro domínio cognitivo mais influente na decisão de voto do eleitor carioca, na óptica dos entrevistados. Desta dimensão, emergiu a noção de *voto emocional*.

Por fim, com o objetivo de analisar possíveis influências na decisão de voto dos eleitores cariocas, na óptica dos entrevistados, que não foram previamente definidas pelos investigadores, solicitamos aos entrevistados que as indicassem e as comentassem.

Desigualdades Sociais

Da análise das respostas dos entevistados à última questão aberta do guião, emergiu a categoria de análise – desigualdades sociais – que no entender dos entrevistados é um aspeto que influencia a decisão de voto dos eleitores cariocas. Consideramos que estes são dados valiosos e complementares aos propostos pelo estudo, uma vez que, na óptica de seis entrevistados, o facto de se verificar a existência não suprida de necessidades básicas mantém o eleitor refém do candidato que oferte a solução para a sua "dor". Das entrevistas surgiu a noção de necessidades *básicas, individuais e emocionais*. Mais uma vez, identificamos a *legislação eleitoral* como influência da decisão do voto do eleitor carioca, pois ao permitir a reeleição do candidado participante da *máquina pública*, o mesmo poderia se servir do próprio poder público para se aproximar das expetativas do eleitor. Como observamos, a *legislação eleitoral* é a influência de contexto mais livremente evidenciada, na óptica dos entrevistados.

Após a análise dos dados empíricos dos eleitores cariocas e candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro em 2020, concordamos com Fukuyama (2015) quando afirma que a incapacidade institucional do Estado em atender à crescente demanda é muito presente em democracias de terceira onda, o que torna patente o declínio da própria confiança nas instituições públicas.

Desta forma, esta investigação buscou contribuir com a literatura sobre o comportamento eleitoral, em especial, sobre as influências da confiança no comportamento eleitoral da população carioca nas eleições primárias municipais de 2020, identificando, entre os sete domínios cognitivos do modelo proposto por Newman e Sheth (1985), os que mais influenciaram a decisão do voto do eleitor e, de forma complementar, compreendendo as influências de contexto, na perceção dos candidatos em 2020, sobre este comportamento.

Limitações do Estudo e Futuras Sugestões

Como já dito, inicialmente foi planeada a realização de entrevistas semiestruturadas aos candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro em 2020. A escolha por este tipo de entrevista prendia-se com o facto de haver dimensões de análise relativamente às quais pretendíamos que os entrevistados se pronunciassem e que decorriam de questões já consideradas em termos teóricos e mesmo no inquérito. Mas, pretendíamos também possibilitar a emergência de novas dimensões as quais os entrevistados pudessem considerar relevantes e que poderíamos não ter contemplado no guião. Além disso, pela flexibilidade com que tipicamente o guião é usado nas entrevistas semiestruturadas,

pretendíamos ter a oportunidade, sempre que tal se justificasse, de introduzir novas questões, nomeadamente questões de *follow-up*. Contudo, os candidatos que concordaram em participar do estudo não tinham disponibilidade para entrevistas presenciais, pelo que a solução seria enviar as questões e receber as respostas escritas, ou abdicar da realização das entrevistas. Cientes de que muito se perderia com a primeira opção, mas de que tudo se perderia com a segunda, decidimos aceder a realizar as entevistas por escrito. Assim sendo, e tendo em mente a impossibilidade de usar o guião elaborado para entrevistas semiestruturadas, decidimos modificá-lo para que servisse de instrumento de recolha de dados junto dos entrevistados, mas sem a mediação do investigador, o que se consubstanciou numa entrevista escrita, estruturada e fechada (*Anexo 2*).

Por fim, para além das citadas limitações, sugerimos que, para consolidação do modelo aqui exposto, futuras investigações sejam realizadas em novas eleições municipais no Rio de Janeiro, pois a triangulação dos dados, confirmará ou não a influência da confiança no comportamento do eleitor carioca e, entre os sete domínios cognitivos do modelo proposto por Newman e Sheth (1985), os que mais influenciam a decisão do voto do eleitor carioca. De forma complementar, identificar as influências de contexto sobre o comportamento eleitoral dos cariocas, na óptica dos candidatos.

Bem Haja.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S. Presidencialismos de Coalizão: Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro. Cia. Das Letras, 2018.

ADAMS, J. F.; MERRILL, III, S.; GROFMAN, B. A unified theory of party competition: A cross-national analysis integrating spatial and behavioral factors. Cambridge University Press, 2005.

ADAMS, J. F.; CLARK, M.; EZROW, L.; GLASGOW, G. "Are niche parties fundamentally different from mainstream parties? The causes and the electoral consequences of Western European parties' policy shifts, 1976–1998." American Journal of Political Science, vol. 50, n°3, p.513-529, 2006.

ALENCASTRO, L. F. Os riscos do vice-presidencialismo. In: MATTOS, Hebe et al (orgs.). Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

ALMEIDA, A. C. O Voto do Brasileiro. Editora Record, 2018.

ALMOND, G. A. & Verba, S. The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.

ALMOND, G. A. & Verba, S. A Cultura Cívica: Atitudes Políticas e Democracia nas Cinco Nações, Sage Publications: Newbury Park, Califórnia, EUA, 1989.

ALVES, D.; SAYAD, J.. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970. In Betty Mindlin Lafer, org., Planejamento no Brasil, 3ª ed.; São Paulo: Perspectiva, 1975.

AMARO, S. Seabra, C. Abrantes, J. Comparing CB-SEM and PLS-SEM Results: An empirical example. 2nd International Symposium on Partial Least Squares Path Modeling, Seville (Spain), 2015.

ANDRADE, M. G. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 10ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2017.

ANTUNES, R. (2008). Identificação Partidária e Comortamento Eleitoral: Factores Estruturantes, Atitudes e Mudanças no Sentido do Voto. In: Repositório Científico da Universidade de Coimbra. Retirado de: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12275, em 25 de março de 2019.

ANTUNES, R. (2010). Modelos teóricos de comportamento eleitoral. Exedra, 4 (1), 145-70.

ARAUJO, B. F. V. B.; BILSKY, W.; MOREIRA, L. M. C. O. Valores pessoais como antecedentes da adaptação transcultural de expatriados. Revista de Administração Mackenzie, v. 13, n. 3, p. 69-95, 2012.

ATLAS (2018). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Retirado de: www.atlasbrasil.org.br, em 01 de abril de 2019.

AUGUSTO, N. M. A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 81, p. 155-177, 2008.

BACK, M. (2011). Socialt kapital och politiskt deltagande i Europa Social capital and political participation in Europe]. Åbo: Åbo Akademis förlag.

BAGEHOT, W. (1867). A Constituição Inglesa. Reimpresso da "Revisão Quinzenal". Chapman & Hall.

BAKER, A., AMES, B.; RENNÓ, L. (2006). "Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections". American Journal of Political Science,50 (2), p. 382-399, 2006.

BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. Política & Sociedade, Florianópolis, n. 5, p. 165-186, 2004.

BAQUERO, M. (2008). Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opinião Pública, 14, 380-413.

BAQUERO, M. Political Culture and electoral process in Brazil: What's new? Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo? Em Debate: v.2, n.7, p. 6-10, jul. 2010.

BAQUERO, M. & Linhares, B. F. (2011). POR QUE OS BRASILEIROS NÃO CONFIAM NOS PARTIDOS? BASES PARA COMPREENDER A CULTURA POLÍTICA (ANTI)PARTIDÁRIA E POSSÍVEIS SAÍDAS. Revista Debates, 5(1), 89.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977

BARTOLINI, S., & Mair, P. (1990). Competição política, distância espacial e instabilidade eleitoral. Política da Europa Ocidental, 13 (4), 1-16.

BASBAUM, L. (1976). História sincera da República: de 1889 a 1930. 4. ed. São Paulo Alfa-Ômega, 1976. v. 2.

BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D. (orgs). (2012). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (2002). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático. SAGE. Editora Vozes Ltda.

BECK, U. A política na sociedade de risco. In: Revista Ideias, v. 2, n. 1, Campinas, 2010, pp. 229-253.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Editora UNESP, 1997, pp. 11-72.

BECK, U. (1995.) Ecological Politics in an Age of Risk. Cambridge: Polity Press.

BECK, U. (2005). Power in the global age: A new global political economy. Cambridge: Polity Press.

BECK, U; GIDDENS, A.; LASCH, S. Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1995.

BELLO, J. M. (1983). História da República: 1889-1959 - síntese de sessenta e cinco anos da vida brasileira. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

BENSON, M., & ROCHON, T. R. (2004). Interpersonal trust and the magnitude of protest: A micro and macro level approach. Comparative Political Studies, 37, 435–457.

BENTIVOGLIO, J. (2002). O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política económica brasileira (1840-1860), Tese defendida na Universidade de São Paulo em 2002.

BERGER, P. L. & Luckmann, T. (2007). A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: vozes.

BILSKY, W., & Schwartz, S. H. (1994). Valores e personalidade. *European Journal of Personality, 8* (3), 163–181.

BILSKY, W.; GOLLAN, T.; DÖRING A. Análise confirmatória de escalonamento multidimensional (EMD) de valores baseada em uma matriz de desenho: uma nota de pesquisa. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). *Valores humanos e gestão*: novas perspectivas. São Paulo: Senac, 2009.

BLAIS, A. (2000). Votar ou não votar? Os méritos e limites da teoria da escolha racional. Universidade de Pittsburgh Pré.

BLAUG, M. (1993). A metodologia da economia. Livros de Cambridge.

BOBBIO, N. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

BORGES, V. P. Tenentismo e revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

BRAGA, A. Usos e consumos de meios digitais entre participantes de weblogs: uma proposta metodológica. In: Anais do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, 2007. Retirado de: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_161.pdf, em 25 de Março de 2019.

BRAGA, A. Netnografia: compreendendo o sujeito nas redes sociais. In: NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria; ROMÃO-DIAS, Daniela (Org.). Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: São Paulo: Loyola, 2013.

BUDGE, I. & FARLIE, D. (1978), A POTENCIALIDADE DAS ANÁLISES DIMENSIONAIS PARA EXPLICAR O VOTO E A COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA [1]. Jornal Europeu de Pesquisa Política, 6: 203-232.

CALVO, E.; HELLWIG, T. "Centripetal and centrifugal incentives under different electoral systems." American Journal of Political Science, vol.55, n°1, p.27-41, 2011.

CAMPBELL, A., and Robert L. K. (1952). The People Elect a President. Ann Arbor, MI: Survey Research Center, Institute for Social Research, University of Michigan.

CAMPBELL, A., Converse, PE, Miller, WE, & Stokes, DE (1960). *O eleitor americano*. João Wiley.

CAMPOS, C. B. & PORTO, J. B. (2010). Escala de Valores Pessoais: validação da versão reduzida em amostra de trabalhadores brasileiros. Psico, 41(2), 208-213.

CARAZZA, B. Dinheiro, Eleições e Poder: As Engrenagens do Sistema Político Brasileiro. Cia. Das Letras, 2018.

CARREIRÃO, Y. S. (2014). O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 14, pág. 255-295, maio/agosto, 2014.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHATTERJEE, P. "More on Modes of Power and the Peasantry". In: GUHA, R.; SPIVAK, G. (Org.). Selected Subaltern Studies. New York: Oxford University Press, 1988, p. 351-390.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CES (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Censo Escolar – Sinopse". Retirado de: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/13/78117?ano=2018&indicador=77881, em 15 de Junho de 2019.

COHEN, L., Manion, L. & Morrison, K. (2007). Observation. Research methods in education, 6, 396-412.

COSENTINO, F. Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COSENTINO, F. Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2009.

CRESWELL, J. W., Klassen, A. C., Plano Clark, V. L., & Smith, K. C. (2011). Best practices for mixed methods research in the health sciences. Bethesda (Maryland): National Institutes of Health, 2013, 541-545.

DALTON, R. The decline of party identifications. In: DALTON, R. e WALLTENBERG, M. Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies. Oxford University Press, 2002.

DALTON, R. & WATTENBERG, M. Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies. Oxford University Press, 2002.

DALTON, R. J., McAllister, I., Wattenberg, M. P., & Cabral, R. (2003). Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. Análise Social, 38(167), 295–320.

DATAFOLHA (2022). Pesquisa Eleitoral. Instituto de Pesquisas Folha de São Paulo. Retirado de: https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2022/09/lula-oscila-de-47-para-45-e-bolsonaro-se-mantem-com-32.shtml, em 9 de setembro de 2022.

DE LENA JÚNIOR, H. (2012). Uma reflexão acerca do conceito de cultura política. Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, 12 (1), 156-176.

DETH, J. Van & Scarbrough, E. (Eds.) (1995). The Impact of Values (Beliefs in Government, vol. IV). Oxford: University Press.

DIEHL, A.; Tatim, D.C. Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas. São Paulo: Pretenci Hall, 2004.

DIMAGGIO, P. & POWELL, W. (1991), "Introduction", in P. Dimaggio e W. Powell (eds.), The new institutionalism in organizational analysis, Chicago, University of Chicago Press.

DIJKSTRA, T. K., & Henseler, J. (2014). Assessing and testing the goodness-of-fit of PLS path models, 3 rd VOC Conference, Leiden, May 9.

DOWNS, A. An economic theory of democracy. New York: Harper Row Publishers, 1957.

FAORO, R. "Os Donos do Poder" - Formação do Patronato Brasileiro, 3ª ed. São Paulo, Globo, 2002).

FAUSTO, B. História concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FAUSTO, B. (2009). História do Brasil. São Paulo: Edusp.

FAZENDA (2019). Ministério da Economia (Fazenda). Retirado de: http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/mario-henrique-simonsen, em 20 de Novembro de 2019.

FERNANDES, A. (2002). Path dependency e os estudos históricos comparados. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, (53), 79-103.

FIORINA, M. Retrospective voting in American national elections. New Haven: Yale University Press, 1981.

FREIRE, A. (2001), Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica, Oeiras, Celta.

FUKUYAMA, F. Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUKUYAMA, F. (2001). Capital Social, Sociedade Civil e Desenvolvimento. Third World Quarterly, 22, 7-20.

FUKUYAMA, F. O 'fim da história' será democrático. The Wall Street Journal. New York, 20 maio 2015.

GIDDENS, A. (1991). As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp.

GIDDENS, A. (1998). Política e sociologia no pensamento de Max Weber. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP.

GIMENES, E. R. (2017). Eleitores e partidos políticos na América Latina. Curitiba: Appris.

GREEN, D., PALMQUIST, B., SCHICKLER, E. (2002)., Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of Voters.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GRACE, J. B. (2006) Structural equation modelling and natural systems. UK: Cambridge University.

GROFMAN, B. (2008). Kenneth J. Arrow (1921-). Em Readings in Public Choice e Economia Política Constitucional (pp. 85-90). Springer, Boston, MA.

GUIMARAES, C.G. (2021). Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, McGregor e Cia (1854-1866). São Paulo 1997. Tese de doutorado em História Económica. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Retirado de: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=segundo+reinado+brasileiro&btnG=&oq=segundo+reinado, em 16 de Dezembro de 2021.

HAIR, J.F.J., BABIN, B., MONEY, A.H., SAMOUEL, P. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR, J. F., HULT, G. T. M., RINGLE, C., & SARSTEDT, M. (2014). A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM). Sage Publications.

HAIR, J. F. J., Hult, G. T., Ringle, C. M. e Sarstedt, M. A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM). Sage Publications, 2016.

HAIR, J. F., HULT, G. T. M., RINGLE, C., & SARSTEDT, M. (2017). A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM), 2a. Ed., Sage: Thousand Oaks.

HAMPTON, Jean. (1986), Hobbes and the social contract tradition. Cambridge, Cambridge Univer-sity Press.

HARROP, M., & Miller, WL (1987). Modelos psicológicos, económicos e sociológicos de votação. Em Eleições e eleitores (pp. 130-172). Palgrave, Londres.

HEATH, O. (2008), Gatilhos para protesto: Modelando respostas ao contexto político na Grã-Bretanha, 2000–2002. Jornal Europeu de Pesquisa Política, 47: 489-509.

HELLWIG, T. "Explaining the salience of left–right ideology in postindustrial democracies: The role of structural economic change." European Journal of Political Research, vol.47, n°6, p.687-709, 2008.

HOFFMANN, F. & Santos, E. R. (2016). Apoio ao sistema político brasileiro e qualidade da democracia. Direito e Democracia, 17 (1).

HYMAN, H., Singer, E. (1968). Teoria e Pesquisa de Grupos de Referência. Londres: Collier-Macmillan.

IBGE (2021). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil 500 Anos. Retirado de: https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena, em 19 de Novembro de 2021.

IBGE (2022). Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Retirado de: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock, em 10 de Julho de 2022.

IBOPE (2019). Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística: Ibope Inteligência. "Índice de Confiança Social". Retirado de: http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/confianca-do-brasileiro-nas-instituicoes-e-a-mais-baixa-desde-2009/, em 22 de Dezembro de 2021.

INGLEHART, R. (1977). The silent revolution. Princeton: University Press.

INGLEHART, R. (1988). The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, Washington, D. C., v. 82, n. 4, p. 1203-1229, Dec.

INGLEHART, R. (1990). Cultural Shift in Advanced Industrial Society. Princeton: Princeton University.

INGLEHART, R. (2001). *Modernización y posmoderniza- ción*: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

INGLEHART, R. (2002). Cultura e democracia. *In*: HARRINSON, L. E. & HUNTINGTON, S. *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record.

INGLEHART, R. & BAKER, W. E. 2000. Modernization, Cultural Change and the Persistence of Tradition: Empirical Evidence from 65 Societies. *American Sociological Review*, Philadelphia, v. 65, p. 19-51, Feb.

INGLEHART, R. & WELZEL, C. 2005. *Modernization, Cultural Change, and Democracy*: The Human Development Sequence. Cambridge: Cambridge University.

INTÉRPRETES (2019). Intérpretes do Brasil. Retirado de: http://www.interpretesdobrasil.org/, em 20 de novembro de 2019.

JANOTTI, M. L. M. Sociedade e política na Primeira República. São Paulo: Atual, 1999.

JESSE, S. "Spatial voting in the 2004 presidential election." American Politica l Science Review, 103, 1, p.59-81, 2009.

JESSE, S. A Classe Média no Espelho: Sua História, Seus Sonhos e Ilusões, Sua Realidade. Estação Brasil, 2018.

KAASE, M. (1999). Interpersonal trust, political trust and non-institutionalised political participation in Western Europe. West European Politics, 22(3), 1–21.

KNAFO, A.; ROCCAS, S.; SAGIV, L. The value of values in cross-cultural research. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 42, n. 2, p. 178-185, 2011.

KOZINETS, R. V. Netnography 2.0. In: R. W. BELK, Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing. Edward Elgar Publishing, 2007.

KRIPPENDORFF, K. Content analysis: an introduction to its methodology. Londres: Sage; [1980] 2004.

LAFER, C. O sistema político brasileiro: estrutura e processo. Editora Perspectiva, 1975.

LAGOS, M. A Máscara Sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, vol. VI, nº 1, 2000.

LATINOBARÓMETRO (2020). Organização Social sem Fins Lucrativos. Análise Online. Retirado de: https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp, em 22 de dezembro de 2021.

LAZARSFELD, P.F. (1962). "Observações sobre a organização da pesquisa social empírica nos Estados Unidos ", Pesquisa social.

LAZARSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. The People's Choice**.** 3ª ed. Nova York: Columbia University Press, 1967 [1948; 1944].

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LINHARES, A. R. P.; SIMIONI, C. A. (2021). Elementos Determinantes do Voto. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Retirado de: https://www.cadernosuninter.com/index.php/ESGPPJS/article/view/1106, em 22 de setembro de 2023.

LÜCHMANN, L. H. H. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 183-197, 2007.

LUNDASEN, S. (2002) Podemos confiar nas medidas de confiança? Opinião Pública, 8 (2), 304-327. Retirado de: https://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762002000200007, em 09 de dezembro de 2019.

LUTHER, K. R., Deschouwer, K., Luther, KR, & Deschouwer, K. (1999). 'Liderança prudente' para adaptação bem-sucedida? Elites partidárias em sociedades divididas: partidos políticos na democracia consociacional, 243-63.

LYNCH, C. E. C. Cultura política brasileira. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 36, p- 4-19, ago. 2017.

MAIO, G. R., Olson, J. M., Allen, L. & Bernard, M. (2001). Addressing discrepancies between values and behavior: The motivating effect of reasons. Journal of Experimental Social Psychology, 37, 104–117.

MANZA, J. & Brooks, C. (2008). Classe e política. Classe social: como funciona. 201-231.

MARÔCO, J. Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações. ReportNumber, Lda, 2010.

MARX, K. O capital. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968; I, 2, 1968a; III, 4, 1974; III, 5, 1974a e III, 6, 1974b.

MATTAR, J. Metodologia Científica na Era Digital. 4a. edição. São Paulo: Saraiva. 2017.

MATTOS, E. Capitanias Hereditárias e Desenvolvimento Económico: Herança Colonial sobre Desigualdades e Instituições. Revista Pesquisa e Planejamento Económico, V. 42, 2012. Retirado de: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5081, em 18 de novembro de 2021.

MATTOS, E., Innocentini, T. C., Benelli, Y. (2011). Capitanias hereditárias e desenvolvimento: herança colonial sobre instituições e instituições. Retirado de: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;community-list/browse, em 18 de dezembro de 2021.

MAY, T. Pesquisa Social: questões, métodos e processo. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MERTON, R., Kitt, A., & Lazersfeld, P.F. (Eds.). (1950). *Continuidades na pesquisa social: estudos no âmbito e método de "The American Soldier".* Imprensa livre.

MERTON, R., Kitt, A. (1950). Contribuições para a teoria do comportamento de grupo de referência. Em R. Merton, & P. Lazarsfeld (Hg.), Continuidades na pesquisa social. Estudos no escopo e método de "The American Soldier" (pp. 40-105). Glencoe: A Imprensa Livre.

MILLER, W. E., Shanks, J. M. (1996). The New American Voter, Cambridge (Mass.) – Londres, Harvard University Press.

MINAYO M.C.S., Sanches O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad Saúde Pública 1993 Jul-Set; 9(3): 237-48.

MINAYO, M.C.S. "Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças." Revista Brasileira de Educação Médica 33 (2009): 83-91.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008.

MOISÉS, J. A. (Org.). Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. SãoPaulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MORAES, R. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MULTRIO (2021). Crise do Sistema Colonial. Retirado de: http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/87-crise-do-sistema-colonial/8824-introdu%C3%A7%C3%A3o, em 20 de dezembro de 2021.

MULTRIO (2021) - Empresa Municipal de Multimeios. Retirado de: http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/multirio/a-multirio, em 23 de dezembro de 2021.

NEE, V. (1998), "Sources of the new institutionalism", in Mary Brinton e V. Nee (eds.), The new institutionalism in sociology Nova York, Sage.

NEVES, J. A. B. Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada. Jorge Alexandre Barbosa Neves. – Brasília: Enap, 2018.

NEWMAN, B. I.; SHETH, J. N. A model of primary voter behavior. Journal of Consumer Research, v. 12, p. 178-187, 1985.

NIE, N. H., Verba, S. & Petrocik, J. R. (1976). The changing american voter. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

NIEMI, R. G., & Weisberg, HF (2001). Controvérsias no comportamento eleitoral. 4ª edição. Washington, DC, CQ Press.

NORRIS, P. (2002). Fênix Democrática: Reinventando o Ativismo Político. Camridge: Cambridge University Press.

OFFE, C. How can we our fellow citizens? In: Warren, M. (Ed.) Democracy and trust. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

OLIVEIRA, F. C. (2016). Boris fausto: história e historiografia: o fazer-se de um historiador da república em interlocução com as ciências sociais.

OXFAM (2018). Comitê de Oxford de Combate a Fome. Retirado de: www.oxfam.org.br, em 01 de abril de 2019.

PASQUALI, L. & ALVES, A. R. (2004). Validação do Portraits Questionnaire - PQ de Schwartz para o Brasil. *Avaliação Psicológica*, *3*(2), 73-82.

PERES, P.S. (2008). Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. Revista brasileira de ciências sociais, 23, 53-71.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics, The American Political Science Review, v. 94, n. 2, pp. 225-267, June 1996.

PLUYE, P., Gagnon, M. P., Griffiths, F., & Johnson-Lafleur, J. (2009b). A scoring system for appraising mixed methods research, and concomitantly appraising qualitative, quantitative and mixed methods primary studies in mixed studies reviews. International journal of nursing studies, 46(4), 529-546.

PLUYE, P., Jagosh, J., Macaulay, A. C., Salsberg, J., Henderson, J., Sirett, E. & Green, L. W. (2011). Assessing the outcomes of participatory research: protocol for identifying, selecting, appraising and synthesizing the literature for realist review. Implementation science, 6(1), 1-8.

POPPER, K. R. A Lógica da Pesquisa Científica. Tradução: Leônidas Hegenberg; Octanny Silveira de Mota. 2ª edição. São Paulo: Cultrix, 2013.

POWER, T. & JAMISON, G. Political Mistrust in Latin America. Comparative Sociology, v.4, n. 1-2, p.55-80, 2005.

PRODANOV, C. C. & FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRZEWORSKI, A., Shapiro, I., & Hacker-Cordon, C. (1999). Uma concepção minimalista de democracia. Valor da democracia, 23-55.

PSL (2019). Estatuto do Partido Social Liberal. Retirado de: http://psl.org.br/estatutosNormas/estatuto_PSL_cartorio.pdf, em 01 de abril de 2019.

PUTNAM, R. D. (2000). Bowling alone – The collapse and revival of American community. New York, NY: Simon and Schuster.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R. N., Raffaella Y. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIGDON, E. E. (2014). Rethinking partial least squares path modeling: Breaking chains and forging ahead. Long Range Planning, 47(3), 161-167.

RINGLE, C. M., Silva, D., & Bido, D. D. S. (2014). Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. Revista Brasileira de Marketing, 13(2), 56-73.

ROKEACH, M. (1973). The nature of human values. New York: Free Press.

ROKEACH, M. (1979b). The two-value model of political ideology and British politics. Em M. Rokeach (Org.), Understanding human values: Individual and societal (pp. 192-196). New York: Free Press.

ROSSI, P. H. (1964). "Pesquisadores, acadêmicos e formuladores de políticas: A política da pesquisa em larga escala", Daedalus 93 (outono): 1142 – 1161.

ROTHSTEIN, B. (2003). Sociala fällor och tillitens problem [Social traps and the problem of trust]. Stockholm: SNS förlag.

RPS (2016). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Relatório de Progresso Social". Retirado de: http://ipsrio.com.br/publicacao, em 16 de junho de 2019.

RTR (2016). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Relatório de Trabalho e Rendimento". Retirado de: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama, em 16 de junho de 2019.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil. Londres, The Macmillan Press, 1982, pp. 90-94 e 154-156.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. "As frotas do ouro do Brasil, 1710-1750". In Estudos Económicos. São Paulo, nº 13, 1983, pp. 707-708.

SALGADO, G. (Coord.). Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALLUM JR., B. Labirintos: dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, 1999.

SALLUM Jr., B. & KUGELMAS, E. (2004) 'Sobre o Modo Lula de Governar', in: B. Sallum Jr. (org.) Brasil e Argentina Hoje: Política e Economia. Bauru-SP: USC.

SAMPAIO, R. C., Lycarião, D. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. Retirado de: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542, em 10 de junho de 2022.

SANTOS, B. S. (2010). Um discurso sobre as ciências. 16. ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010. 59p.

SCHWARTZ, S.H. & BILSKY, W. (1987). Em direção a uma estrutura psicológica universal de valores humanos. *Journal of Personality and Social Psychology, 53* (3), 550–562.

SCHWARTZ, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advanced and empirical testes in 20 countries. Em M. Zanna (Org.), Advanced in experimental social psychology (Vol. 25; pp. 1-65). Orlando: Academic Press.

SCHWARTZ, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? Journal of Social Issues, 50, 19-45.

SCHWARTZ, et al. (2001). Questionário de Valores de Retrato. In: Simmons CA, Lehmann P. (eds). Ferramentas para avaliação e avaliação baseadas em pontos fortes, Nova York, NY: Springer, pp. 281-284.

SCHWARTZ, S. H. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (org.) Valores e comportamento nas organizações. Petrópolis, RJ: Vozes, p.21-55, 2005a.

SCHWARTZ, S. H. (2012). Uma Visão Geral da Teoria de Valores Básicos de Schwartz. Leituras online em Psicologia e Cultura, 2(1).

SEARS, D. O. (1975). Political socialization. In F. I. Greenstein, & N. W. Polsby (Eds.), Handbook of political science (Vol. 2, pp. 93-153). Reading, MA: Addison-Wesley.

SELIGMAN, C. & Katz, A. (1996). The dynamics of value systems. Em C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Orgs.), The psychology of values: The Ontario Symposium (Vol. 8; pp. 53-75). Mahwah, NJ: LEA.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1993). Mana. Estudos de antropologia social, (11)2, p. 577-591, 2005. The philosophy of Money. Londres: Routledge, 2004.

SIMON, R. (2000), "The four faces of institutionalism: public policy and pluralistic perspectives". Governance, 13 (4): 501-522.

SINGER, A. (1993) Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP.

SINGER, A. (1998) Identificação ideológica e voto no Brasil: o caso das eleições presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP.

SKIDMORE, T. Brasil**:** de Castello a Tancredo (1964 – 1985). 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SOUZA, N. R. de, & Valmore, F. H. (2019). Tensão na Ciência Política brasileira: a produção dos doutores e a Perceção dos editores. Sociedade e Cultura, 22(2).

SOUZA, M.T. S. (1986), "A trajetória de Jânio Quadros", in B. Lamounier (org.), 1985: O voto em São Paulo, 1ª. edição, São Paulo, Idesp.

STANLEY, H. W. & Niemi, R. G. (1991). Partisanship and group support, 1952-1988. American Politics Quaterly, 19, 189-210.

STANLEY, H. W. & Niemi, R. G. (2000). Vital statistics on american politics. Washington, DC: CQ Press.

STEINMO, M. & Rasmussen, E. (2018). A interação das dimensões cognitivas e relacionais do capital social na colaboração universidade-indústria: superando a barreira da experiência. Research Policy, 47 (10), 1964-1974.

STEPAN, A. Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STOTZ, E. N. As Faces do Moderno Leviatã. In: MELO, S. (org.). Vinte Anos de Resistência: alternativas da cultura no regime militar. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. pp. 13-28.

TAMOYO, A. & PORTO, B. P. (2009). Validação do Questionário de Perfis de Valores (QPV) no Brasil. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 25(3), 369-376.

TATAGIBA, L. F. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, R. R. C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 171-185.

TATAGIBA, L. (2018). Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 87-116.

TORRES, A. R. R., Pereira, C., Guimarães, J., Albernaz, M., Vieira, S. & Barros, T. (2001). Valores e psicologia social: Modelos de análise. Estudos, 28, 539–559.

TORRES, C. V.; SCHWARTZ, S. H.; NASCIMENTO; T. G. A Teoria de Valores Refinada: associações com comportamento e evidências de validade discriminante e preditiva. Revista Psicologia USP, v. 27, no. 2, p. 341-356, 2016.

TRE-RJ (2022). Estatística do Eleitorado. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Retirado de: https://www.tre-rj.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado-tre-rj/estatisticas-do-eleitorado-tre-rj, em 10 de julho de 2022.

USLANER, E., & Brown, M. (2005). Inequality, trust and civic engagement. American Politics Research, 33, 868–894.

VAN DETH, J. W., & Scarbrough, E. (1995). The concept of values. In J. W. van Deth & E. Scarbrought (Eds.), The impact of values (pp. 21-47). Oxford: Oxford University Press.

VIERA, J. R. O Autoritarismoe a Ordem Constitucional no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

VISSER, Max. Five theories of voting action. Universiteit Twente, 1998.

WE ARE SOCIAL. Relatório Brasil Digital 2022. Retirado de: https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil, em 04 de junho de 2022.

WEBER, R. P. (1985). Basic content analysis. Beverly Hills, CA: Sage.

WEHLING, Arno. O município no Brasil-Colônia, expressões e limites do poder local. Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 61-73, dez. 2018. Retirado de: http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/605, em 23 de dezembro de 2021.

ZAK, P. J. A molécula da moralidade: as surpreendentes descobertas sobre a substância que desperta o melhor em nós. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Anexos

Anexo 1 Pesquisa – Eleitorado Carioca
Anexo 2 Guião de Entrevistas – Candidatos à Prefeitura do Município do RJ
Anexo 3 Sinopse das Entrevistas - Grelha de Categorias
Anexo 4 Demais Outputs - Software SmartPLS

Anexo 1 – Pesquisa – Eleitorado Carioca

Pedido de Colaboração em Estudo: Comportamento Eleitoral no Rio de Janeiro

Eu, Sergio Marchiori Junior, residente no Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e, aluno finalista do Doutorado em Sociologia na Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, Castelo Branco, Portugal, venho por meio deste, solicitar a sua colaboração no estudo em desenvolvimento, que será apresentado como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Sociologia, no âmbito da Sociologia Política, com o tema específico: ***"Da (des)confiança ao sufrágio: Como vota o carioca?".***

Nota

Em conformidade com a Lei de Proteção de Dados do Brasil e os Termos de Confidencialidade da Universidade da Beira Interior (UBI), adiantamos que é expressamente proibida a utilização desses dados aqui preenchidos, a não ser para os fins académicos.

* Obrigatório

Email address *

_____

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Li a nota anterior e declaro que concordo com a utilização das informações, por mim cedidas, para os devidos fins.

Não

Sim

Controle

Você vota no Município do Rio de Janeiro? *

Marque somente uma opção.

Não

Sim

2. Fale um pouco sobre você

2.1. Sua Idade *

Marque somente uma opção.

1 16 a 17
2 18 a 24
3 25 a 29
4 30 a 34
5 35 a 39
6 40 a 44
7 45 a 49
8 50 a 54
9 55 a 59
10 60 a 64
11 65 a 69
12 70 ou mais

2.2. Seu Género *

Marque somente uma opção.

1 Feminino
2 Masculino
3 Outro

2.3. Caso tenha marcado OUTRO na questão anterior, por favor, digal qual:

_____

2.4. Sua Cor *

Marque somente uma opção.

1 Amarela
2 Branca
3 Indígena
4 Parda
5 Preta
6 Sem declaração
7 Outra

2.5. Caso tenha marcado OUTRA na questão anterior, por favor, digal qual:

_____

2.6. Sua Religião *

Marque somente uma opção.

1 Budismo
2 Candomblé
3 Católica
4 Espírita
5 Espiritualista
6 Evangélica
7 Hinduísmo
8 Islamismo
9 Sem declaração
10 Outra

2.7. Caso tenha marcado OUTRA na questão anterior, por favor, digal qual:

_____

2.8. Sua Escolaridade *

Marque somente uma opção.

1 Sem Instrução ou Ensino Fundamental Incompleto
2 Ensino Fundamental Completo
3 Ensino Médio Incompleto
4 Ensino Médio Completo
5 Ensino Superior Incompleto
6 Ensino Superior Completo
7 Pós-Graduação Incompleta
8 Pós-Graduação Completa

2.9. Seu Bairro de Moradia *

Marque somente uma opção.

1 Abolição
2 Acari
3 Água Santa
4 Alto da Boa Vista
5 Anchieta
6 Andaraí

7 Anil
8 Bancários
9 Bangu
10 Barra da Tijuca
11 Barra de Guaratiba
12 Barros Filho
13 Benfica
14 Bento Ribeiro
15 Bonsucesso
16 Botafogo
17 Brás de Pina
18 Cachambi
19 Cacuia
20 Caju
21 Camorim
22 Campinho
23 Campo Grande
24 Cascadura
25 Catete
26 Catumbi
27 Cavalcanti
28 Centro
29 Cidade de Deus
30 Cidade Nova
31 Cidade Universitária
32 Cocotá
33 Coelho Neto
34 Colégio
35 Complexo do Alemão
36 Copacabana
37 Cordovil
38 Cosme Velho
39 Cosmos
40 Costa Barros
41 Curicica
42 Del Castilho
43 Deodoro

44 Encantado
45 Engenheiro Leal
46 Engenho da Rainha
47 Engenho de Dentro
48 Engenho Novo
49 Estácio
50 Flamengo
51 Freguesia
52 Galeão
53 Gamboa
54 Gardênia Azul
55 Gávea
56 Gericinó
57 Glória
58 Grajaú
59 Grumari
60 Guadalupe
61 Guaratiba
62 Higienópolis
63 Honório Gurgel
64 Humaitá
65 Ilha do Governador
66 Inhaúma
67 Inhoaíba
68 Ipanema
69 Irajá
70 Itanhangá
71 Jacaré
72 Jacarepaguá
73 Jacarezinho
74 Jardim América
75 Jardim Botânico
76 Jardim Carioca
77 Jardim Guanabara
78 Jardim Sulacap
79 Joá
80 Lagoa

81 Lapa
82 Laranjeiras
83 Leblon
84 Leme
85 Lins de Vasconcelos
86 Madureira
87 Magalhães Bastos
88 Mangueira
89 Manguinhos
90 Maracanã
91 Maré
92 Marechal Hermes
93 Maria da Graça
94 Méier
95 Moneró
96 Olaria
97 Oswaldo Cruz
98 Paciência
99 Padre Miguel
100 Paquetá
101 Parada de Lucas
102 Parque Anchieta
103 Parque Columbia
104 Pavuna
105 Pechincha
106 Pedra de Guaratiba
107 Penha
108 Penha Circular
109 Piedade
110 Pilares
111 Pitangueiras
112 Portuguesa
113 Praça da Bandeira
114 Praça Seca
115 Praia da Bandeira
116 Quintino Bocaiuva
117 Ramos

118 Realengo
119 Recreio dos Bandeirantes
120 Riachuelo
121 Ribeira
122 Ricardo de Albuquerque
123 Rio Comprido
124 Rocha
125 Rocha Miranda
126 Rocinha
127 Sampaio
128 Santa Cruz
129 Santa Teresa
130 Santíssimo
131 Santo Cristo
132 São Conrado
133 São Cristóvão
134 São Francisco Xavier
135 Saúde
136 Senador Camará
137 Senador Vasconcelos
138 Sepetiba
139 Tanque
140 Taquara
141 Tauá
142 Tijuca
143 Todos os Santos
144 Tomás Coelho
145 Turiaçu
146 Urca
147 Vargem Grande
148 Vargem Pequena
149 Vasco da Gama
150 Vaz Lobo
151 Vicente de Carvalho
152 Vidigal
153 Vigário Geral
154 Vila da Penha

155 Vila Isabel
156 Vila Kennedy
157 Vila Kosmos
158 Vili Militar
159 Vila Valqueire
160 Vista Alegre
161 Zumbi

2.10. Das seguintes classes sociais, em qual se posiciona? *

Marque somente uma opção.

1 Classe Alta
2 Classe Média Alta
3 Classe Média
4 Classe Média Baixa
5 Classe Baixa

2.11. Sua renda familiar: *

Marque somente uma opção.

1 De até 2 salários mínimos
2 De 2 a 4 salários mínimos
3 De 4 a 10 salários mínimos
4 De 10 a 20 salários mínimos
5 Mais de 20 salários mínimos

2.12. Como classifica o seu interesse pela política: *

Marque somente uma opção.

1 Nada interessado(a)
2 Pouso interessado(a)
3 Algo interessado(a)
4 Muito interessado(a)

3. Agora, um pouco sobre a sua confiança.

3.1. Em que medida confia nos seus familiares? *

Marque somente uma opção.

1 Nenhuma confiança
2 Pouca confiança
3 Alguma confiança
4 Muita confiança

3.2. De um modo geral, você diria que a maioria das pessoa é confiável? *

Marque somente uma opção.

1 Não, a maioria das pessoas não é confiável
2 Poucas pessoas são confiáveis
3 Algumas pessoas são confiáveis
4 Sim, a maioria das pessoas não é confiável

3.3. Em que medida confia nos políticos? *

Marque somente uma opção.

1 Nenhuma confiança
2 Pouca confiança
3 Alguma confiança
4 Muita confiança

3.4. Em que medida confia nos partidos políticos? *

Marque somente uma opção.

1 Nenhuma confiança
2 Pouca confiança
3 Alguma confiança
4 Muita confiança

3.5. Em que medida confia na Prefeitura do RJ. *

Marque somente uma opção.

1 Nenhuma confiança
2 Pouca confiança
3 Alguma confiança
4 Muita confiança

4. Então, fale sobre a escolha do seu candidato.

4.1. Escolho o candidato pelo seu programa de governo. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.2. Escolho o candidato pela sua ideologia. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.3. Escolho o candidato pelas suas boas relações políticas com o governo estadual/federal. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.4. Escolho o candidato pela sua proposta para o fortalecimento do meu bairro/região. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.5. Escolho o candidato pelas suas propostas para o crescimento socioeconómico municipal. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.6. Escolho o candidato pelas suas propostas de apoio as reformas políticas. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.7. Escolho o candidato pelas suas características pessoais, tais como: idade, sexo, cor ou escolaridade. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.8. Escolho o candidato pelas suas características sociais, tais como: religião ou sua classe social. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.9. Escolho o candidato pela sua imagem, pois: transmite confiança, transmite integridade ou é carismático. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.10. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato se envolveu em escândalo ético, moral ou religioso. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.11. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato mentiu em campanha. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.12. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato cometeu um crime. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.13. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato se envolveu em corrupção. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.14. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato foi um mau gestor público. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.15. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato não concorda com as políticas ambientais. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.16. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato não alinha com as políticas anti-segregação racial. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.17. Eu mudaria meu voto se soubesse que o candidato não respeite as medidas de proteção contra a pandemia. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.18. Escolho o candidato porque transmite esperança. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.19. Escolho o candidato porque transmite responsabilidade. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.20. Escolho o candidato porque transmite patriotismo. *

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

4.21. Escolho o candidato pelo seu posicionamento a respeito das políticas públicas de saúde, educação, segurança ou transporte.

Marque somente uma opção.

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Concordo
4 Concordo totalmente

5. E, para finalizar, sobre as suas escolhas.

5.1. Em que medida você conhecia o programa de governo dos candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2020? *

Marque somente uma opção.

1 Desconhecia
2 Pouco
3 Bem
4 Muito bem

5.2. Qual o candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro (1º TURNO) você mais se identificou? *

Marque somente uma opção.

1 Benedita da Silva
2 Clarissa Garotinho
3 Cyro Garcia
4 Eduardo Bandeira de Mello
5 Eduardo Paes
6 Fred Luz
7 Glória Heloíza
8 Henrique Simonard
9 Luiz Lima
10 Marcelo Crivella
11 Martha Rocha
12 Paulo Messina
13 Renata Souza
14 Suêd Haidar
15 Nenhum

5.3. Qual o candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro (2º TURNO) você mais se identificou? *

Marque somente uma opção.

1 Eduardo Paes
2 Marcelo Crivella
3 Nenhum

5.4. Qual dos Partidos Políticos que concorreram à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2020 você mais se identificava? *

Marque somente uma opção.

1 DEM
2 NOVO
3 PCO
4 PDT
5 PMB
6 MDB
7 PROS
8 PSC
9 PSL
10 PSOL
11 PSTU
12 PT
13 REDE
14 REPUBLICANOS
15 Não me identificava com nenhum

5.5. Onde obteve maioritariamente as informações sobre o seu candidato à Prefitura do Rio de Janeiro em 2020? *

Marque somente uma opção.

1 Notícias na TV
2 Debate entre os candidatos
3 Conversas com amigos e/ou familiares
4 Notícias nas mídias sociais
5 Resultados de pesquisas oficiais
6 Notícias em jornais e/ou revistas
7 Igrejas e/ou líderes religiosos
8 Programa de governo do candidato
9 Outro

5.6. Caso tenha marcado OUTRO na questão anteriori, por favor, diga qual:

_____

Anexo 2 – Guião de Entrevistas – Candidatos à Prefeitura do Município do RJ

Pedido de Participação em Estudo

Eu, Sergio Marchiori Junior, carioca, residente no município Rio de Janeiro e aluno finalista do Doutoramento em Sociologia na Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã, Castelo Branco, Portugal, venho por meio deste, solicitar a sua participação no estudo em desenvolvimento, que será apresentado como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Sociologia, no âmbito da Sociologia Política, com o tema específico:

"Da (des)confiança ao sufrágio: Como vota o carioca?"

Objetivo do Estudo
Avaliar o impacto da confiança no comportamento do eleitor carioca nas eleições primárias de 2020 ao cargo de Prefeito do Município do Rio de Janeiro.

Neste sentido, na primeira fase do estudo disponibilizamos um inquérito on-line, destinado a recolha dos dados dos eleitores do Município do Rio de janeiro que, de forma voluntária, nos permitiram identificar as principais influências na sua decisão de voto.

Neste momento e de forma complementar, com a sua participação pretendemos obter as percepções destas influências na ótica dos candidatos à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro em 2020 e, assim, consolidar o modelo de comportamento eleitoral dos cariocas.

Sua participação não é obrigatória, não será remunerada e nem implicará em gastos para os participantes. E, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

Participação e Sigilo
Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um Guião de Entrevistas (FORM WEB ou AGENDAMENTO PRESENCIAL) com 14 (quatorze) questões sobre o tema, abordando confiança, estruturalismo e influências x comportamento eleitoral. As respostas às questões podem ser preenchidas por você ou pelo pesquisador responsável (caso prefira a entrevista presencial), neste caso, o próprio aluno finalista.

Os dados obtidos por meio deste estudo serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Contatos

Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e dos seus orientadores, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:

Nome: Sergio Marchiori Junior
Instituição: Universidade da Beira Interior (Covilhã - Portugal)
E-mail: sergio.m.junior@ubi.pt / sergio.marchiori@gmail.com
Telefone: +55 21 994248485

Orientador:

Nome: Professor Doutor Nuno Miguel Cavaca Augusto
Instituição: Universidade da Beira Interior (Covilhã - Portugal)
E-mail: naugusto@ubi.pt
Telefone: +351 275319870

Coorientadora:

Nome: Professora Doutora Amélia Maria Cavaca Augusto
Instituição: Universidade da Beira Interior (Covilhã - Portugal)
E-mail: aaugusto@ubi.pt
Telefone: +351 275319870

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UBI, Convento e Santo António 6201-001 - Covilhã - Portugal, e-mail: geral@ubi.pt - Telefone: +351 275319700.

Consentimento Livre e Esclarecido

Por favor, digite seu email de contato. *

_____

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar. *

Marque somente uma opção.

Sim

Não

Guião de Entrevistas

Dados de Identificação

No momento, o(a) senhor(a) está filiado a qual partido político? *

Marque somente uma opção.

MDB

PDT

PT

DEM

PSC

PSTU

PSL

REPUBLICANOS

PSOL

PROS

NOVO

REDE

PMB

PCO

Outro

Caso tenha marcado OUTRO na questão anterior, por favor, diga qual?

_____

Qual o seu nome? *

_____

Qual o seu cargo na Prefeitura do Rio de Janeiro ou o seu vínculo com o partido no RJ? *

Marque somente uma opção.

Prefeito
Candidato em 2020
Presidente do Diretório Municipal
Assessor
Assistente
Voluntário
Outro

Caso tenha marcado OUTRO na questão anterior, por favor, diga qual?

_____

Questões do Estudo - Confiança

1. Em que medida os elevados índices de desconfiança interpessoal, político-partidária e nas instituições públicas contribuem para o desinteresse do eleitorado carioca pela política? *

_____

2. Em que medida a fragmentação partidária brasileira, considerada uma das mais elevadas do mundo, contribui para a desconfiança político-partidária dos eleitores cariocas? *

_____

3. Em que medida o descontentamento da população carioca com os serviços públicos (transportes, segurança, saúde e educação) impacta na confiança do eleitorado na Prefeitura do Município do Rio de Janeiro como instituição pública? *

_____

Questões do Estudo - Estruturalismo

4. Em que medida o fundo eleitoral e o fundo partidário colaboram para a perpetuação dos políticos e partidos políticos no poder? *

_____

5. Em que medida a distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita influencia na perpetuação dos políticos e partidos políticos no poder? *

_____

6. Nas eleições municipais do RJ em 2020 tivemos o maior índice de absenteísmo da última década, excetuando a pandemia, quais os principais motivos para este fenómeno? *

_____

Questões do Estudo - Domínios Cognitivos

7. Em que medida o programa de governo ou a ideologia do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *

Marque somente uma opção.

Nenhuma influência
Pouca Influência
Alguma influência
Muita influência

Por que? *

_____

8. Em que medida as características socioeconómicas, culturais ou religiosas do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *

Marque somente uma opção.

Nenhuma influência
Pouca Influência
Alguma influência
Muita influência

Por que? *

_____

9. Em que medida os traços de personalidade do candidato, tais como: carisma e integridade influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *

Marque somente uma opção.

Nenhuma influência
Pouca influência
Alguma influência
Muita influência

Por que? *

_____

10. Em que medida o posicionamento do candidato a respeito das políticas públicas de saúde, educação, segurança e transporte influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *

Marque somente uma opção.

Nenhuma influência
Pouca influência
Alguma influência
Muita influência

Por que? *

_____

11. Em que medida os eventos relacionados a vida privada e pública do candidato influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *

Marque somente uma opção.

Nenhuma influência
Pouca influência
Alguma influência
Muita influência

Por que? *

_____

12. Em que medida o posicionamento do candidato sobre assuntos de relevância nacional ou internacional, tais como: o combate à pandemia, ecologia e desigualdade social, influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *

Marque somente uma opção.

Nenhuma influência
Pouca influência
Alguma influência
Muita influência

Por que? *

_____

13. Em que medida sentimentos afetivos despertados pelo candidato, tais como: esperança, responsabilidade ou patriotismo influenciam a decisão de voto do eleitor carioca? *

Marque somente uma opção.

Nenhuma influência
Pouca influência
Alguma influência
Muita influência

Por que? *

_____

14. Há alguma influência na decisão de voto do eleitor que o estudo não levou em consideração? Por favor, comente.

_____

Anexo 3 – Sinopse das Entrevistas - Grelha de Categorias

Categoria Confiança		
Subcategorias	**Indicadores**	**Unidades de Sentido**
Desinteresse do Eleitor Carioca pela Política	Individualismo	Entrevista 1 – *"… Acho que se trata de um desinteresse e desconfiança em geral, não só no Rio de Janeiro … mas* ***a larga maioria do povo vota muito por interesses específicos*** *…"*
		Entrevista 5 – *"… As pessoas não se interessam pela opinião de quem não mais confiam. No entanto,* ***mesmo desisteressado pela política, acaba por votar no candidato menos pior*** *…"*
	Falta de Retorno Social	Entrevista 2 – *"… A* ***falta de retorno aos desejos*** *das pessoas em conjunto com as recorrentes notícias de corrupção no meio político servem para o distaciamento do povo da política …"*
		Eentrevista 4 - *"… para a maioria da população carioca nem tanto. Essa maioria vê o ato de votar como obrigatório,* ***mesmo que sem grandes esperanças de algum retorno …"***
		Entrevista 6 – *"… O desinteresse pela política vem da falta de confiança da população nas* ***instituições públicas do estado e do município do Rio de Janeiro que não dão respostas satisfatórias*** *as necessidades das suas classes menos favorecidas …"*

		Entrevista 9 – *"... Bastante,* ***o eleitorado se afasta da política na medida que as instituições públicas não respondem as suas necessidades*** *..."*
		Entrevista 10 – *"... não confiar nos políticos em geral e no* ***retorno social que prefeituras anteriores não conseguiram disponibilizar aos eleitores*** *... "*
	Corrupção	Entrevista 2 – *"... A falta de retorno aos desejos das pessoas* ***em conjunto com as recorrentes notícias de corrupção no meio político*** *servem para o distaciamento do povo da política ..."*
	Impunidade	Entrevista 3 - *"... A maior parte da população acompanha a* ***impunidade a classe política****, fator pelo qual acaba por se afastar do próprio sistema político ..."*
	Legislação Eleitoral	Entrevista 4 - *"... para a maioria da população carioca nem tanto. Essa* ***maioria vê o ato de votar como obrigatório****, mesmo que sem grandes esperanças de algum retorno ..."*
		Entrevista 8 – *"... Muito, a população carioca não confia na maioria dos políticos, poucos cidadãos são filiados a algum partido político e as instituições públicas não dão as respostas aos seus desejos. Então* ***o cidadão vota pelo dever e não por interesse*** *..."*
Subcategorias	**Indicadores**	**Unidades de Sentido**

Fragmentação Partidária	Falta de Identidade Partidária	Entrevista 1 – *"... **Zero**... A infidelidade partidária é algo que passa despercebido (ou é percebido como algo não importante) **aos olhos da massa** ..."*
		Entrevista 2 – *"... Muito, para as pessoas ligadas a política, o número excessivo leva a criação dos partidos de aluguel. Mas, **para a maioria do eleitorado, é motivo apenas de chacota, não há uma identidade partidária**..."*
		Entrevista 3 – *"... **As siglas não têm grande representatividade** ..."*
		Entrevista 4 – *"... **Poucos cariocas e brasileiros possuem realmente uma identidade partidária**, mas **o número excessivo de siglas traduz os interesses particulares de diversos grupos que barganham cargos na administração** em troca de apoio político ..."*
		Entrevista 5 – *"... Na medida em que **nenhum cientista político é capaz de apontar as diferenças ideológicas (inexistentes) da absoluta maioria dos partidos, a existência destas organizações apenas confunde o eleitor, que frequentemente alega votar em pessoas**, diante do descrédito e da incapacidade de compreensão dos partidos e dos sistemas eletivos decorrentes ..."*
		Entrevista 6 – "... *Pouco, **infelizmente a população carioca não tem uma identidade partidária** ..."*
		Entrevista 7 – *"... Ao meu ver não muito, **o eleitorado carioca não tem uma identidade partidária** ..."*

		Entrevista 8 – *"... Acho que **o elevado número de partidos acaba por confundir o eleitorado** que passa a desconfiar se **estes existem, apenas, por interesses próprios** ..."*
		Entrevista 9 – *"... Pouco, **o eleitorado carioca não tem** uma grande **identidade partidária** ..."*
		Entrevista 10 – *"... Não muito, **o eleitor carioca em geral não se fideliza aos partidos, busca os candidatos** ..."*
Insatisfação da População com os Serviços Públicos	Continuidade dos Desserviços	Entrevista 2 – *"... **A população não acredita mais na prefeitura muito em função dos últimos prefeitos eleitos** e as poucas melhorias propiciadas a população ..."*
		Entrevista 3 – *"... **Ao longo dos anos entra e sai prefeito e os serviços não melhoram**. A população não se sente respeitada, passa a não confiar e não se sentir representada ..."*
		Entrevista 5 – *"... **A Prefeitura é uma instituição pública tida como incompetente quando não também desonesta**. A população tem uma sensação permanente de que o Poder Público, em todas os três níveis, não cumpre as suas funções, **mesmo variando os mandatários ...**"*
	Falta de Retorno Social	Entrevista 4 – *"... **Muito, o péssimo retorno social à população fragiliza a confiança na administração pública**... "*
		Entrevista 6 – *"... Como dito na questão 1, **o governo e à prefeitura do RJ não dão respostas dignas a sua população** em nenhum segmento, daí vem o descrédito e a desconfiança ..."*

		Entrevista 8 – *"... No RJ não podemos falar em segurança pública, principalmente, nas comunidades, o transporte é deficitário e acesso à educação e saúde é pra poucos, a maioria da população tem que esperar muito por vagas nas escolas/creches e pela regulação para o atendimento à saúde.* ***É um total descaso*** *..."*
		Entrevista 9 – *"... Bastante, pelos mesmos motivos da primeira questão (****falta de resposta às necessidades da população****) ..."*
		Entrevista 10 – *"... Para 2020 muito, pois* ***a prefeitura anterior deixou muito a desejar*** *..."*
	Culpabilização dos Políticos em Geral	Entrevista 1 – *"... Entendo que* ***impacta bastante****. Eu* ***não diria na "instituição" prefeitura, eu diria mais na personificação do prefeito e políticos em geral****. Se as coisas não vão bem no ônibus ou no posto de saúde, a culpa é dada em geral "aos políticos" de maneira genérica em primeiro lugar e à pessoa do prefeito em segundo lugar ..."*
		Entrevista 7 – *"... Acho que* ***não na prefeitura como instituição, mas nos últimos prefeitos*** *..."*

Categoria Estruturalismo

Subcategorias	Indicadores	Unidades de Sentido
Distribuição do Fundo Eleitoral e Do Fundo Partidário	**Direcionamento**	Entrevista 1 – *"... **Tem importância massiva e decisiva para a manutenção dos que já possuem representatividade. Também são fundamentais para definir filiações partidárias e composição de nominatas**, salvo raras exceções ..."*
		Entrevista 2 – *"... **Totalmente, pois na hora da divisão os partidos contemplam os mais conhecidos**, em alguns casos somente o dono do partido ..."*
		Entrevista 3 – *"... **Os partidos recebem verbas que são utilizadas por sua diretoria sem qualquer cobrança ou transparência**. Sendo muitos partidos sem representatividade, os fundos eleitorais e partidários é o que mantém a existência desses partidos ..."*
		Entrevista 4 – ***"... Colaboram não só para a perpetuação dos mesmos no poder, assim como, para a migração dos políticos profissionais entre as legendas com maiores recursos ..."***
		Entrevista 5 – *"... **Recursos para campanhas são vantagens de quem os tem e os partidos os distribuem de acordo com as forças internas dos caciques políticos, que até trocam de partido caso não sejam atendidos.** Esses bilhões são distribuídos na proporção das cadeiras da Câmara, favorecendo os partidos que já estão no poder, uma barreira para os novos ..."*

		Entrevista 6 – ***"... Imensamente, o poder económico de alguns partidos e de alguns caciques fazem a maior diferença ..."***
		Entrevista 7 – ***"... Muito, a distribuição é desproporcional, mantendo os mesmos no poder ..."***
		Entrevista 8 – ***"... Muito, partidos mais estabilizados recebem verbas de forma desproporcional, o que facilita as suas permanências no poder ..."***
		Entrevista 9 – ***"... Os financiamentos de campanha contribuem para permanência dos partidos de maior representatividade ..."***
		Entrevista 10 – *"... Os fundos servem para, democraticamente, subsidiar os partidos e políticos mais votados na permanente missão de servir à população, mesmo que surjam partidos oportunistas e inconsistentes com interesses de crescimentos pessoais, por meio de coligações ..."*
Distribuição do Tempo de Propaganda Eleitoral Gratuita	**Privilégio**	Entrevista 1 – ***"... Da mesa forma que o fundo partidário e fundo eleitoral, a distribuição de tempo na TV em função de tamanho de bancada contribui para esse jogo político de filiações e composição de nominatas ..."***
		Entrevista 2 – *"... **Pelo mesmo critério do fundo, a escolha é feita pelo Partido** e ele escolhe quem quer, **sem critério de renovação** ..."*

		Entrevista 3 – *"... O tempo deveria ser diferenciado para os cargos do executivo. Para o legislativo deveria ser tempo igual para todos os candidatos, porque quem já está no poder, tem uma vantagem natural do cargo. E* ***os partidos protegem seus apadrinhados - muitos da mesma família para "herdar" cargos e influências, lhes dando mais visibilidade e se perpetuando no poder*** *..."*
		Entrevista 4 – *"... Da mesma forma que a questão anterior.* ***Colaboram não só para a perpetuação dos mesmos no poder, assim como, para a migração dos políticos profissionais entre as legendas com maiores tempos*** *..."*
		Entrevista 5 – *"...* ***Ainda muito****, porém menos do que no passado, pelo mesmo mecanismo de distribuição para quem já está eleito ..."*
		Entrevista 6 – *"... Idêntico efeito da questão 4 (****Imensamente****) ..."*
		Entrevista 7 – ***"... Muito, dando maior visibilidade aos mesmos ..."***
		Entrevista 8 – *"...* ***Muito, partidos mais estabilizados recebem cotas de tempo de exposição de forma desproporcional, o que facilita as suas permanências no poder*** *..."*
		Entrevista 9 – *"... O tempo de propaganda* ***contribui para evidência dos partidos de maior representatividade*** *..."*
		Entrevista 10 – *"... Da mesma forma que a questão 4 (democraticamente)..."*

Motivo do Elevado Índice de Absenteísmo	**Pandemia**	Entrevista 1 – *"... Entendo que o principal ponto foi mesmo a pandemia. Não creio que a elevada abstenção tenha outra razão ..."*
		Entrevista 7 – *"... Acho que foi somente por conta da pandemia ..."*
		Entrevista 8 – *"... só a pandemia mesmo ..."*
		Entrevista 9 – "... Acho que a pandemia foi o suficiente para a justificativa deste índice ..."
		Entrevista 10 – *"... Não vejo outro motivo de relevância similar ..."*
	Falta de Representatividade	Entrevista 2 – ***"... A falta de interesse da população e a repulsa ao político ..."***
		Entrevista 3 – *"... **Descrença com a política, falta de representatividade**, discursos pouco objetivos e afastados da realidade dos cargos ..."*
		Entrevista 4 – *"... **O desinteresse pela política**, principalmente, pelos resultados apresentados pelas gestões anteriores ..."*
		Entrevista 5 – *"... A eleição de 2018, de renovação, trouxe um governador que frustrou o Estado ..."*
		Entrevista 6 – ***"... Desinteresse pela política, são sempre os mesmos, como vamos ter resultados diferentes ..."***

Categoria Domínios Cognitivos

Subcategorias	Indicadores	Unidades de Sentido
Programa de Governo ou Ideologia Política	**Desconsideram**	Entrevista 1 – *"... **A grande massa vota por** empatia e pelo **interesse pessoal**, seja um serviço ou uma promessa de aumento, mesmo que sejam promessas vazias ..."*
		Entrevista 2 – *"... **O eleitor está mais preocupado em quem vai trazer mais benefícios a ele** ..."*
		Entrevista 3 – "... ***As pessoas estão cansadas de candidatos de muita ideologia e pouca prática***. *Acabam votando na "pessoa" que lhes dá maior credibilidade prática ..."*
	Desconhecem	Entrevista 4 – ***"...** Poucos eleitores conhecem os programas dos seus candidatos, o que dirá dos outros ..."*
		Entrevista 6 – ***"...** Somente aos grupos que são politizados, no caso do RJ uma minoria ..."*
		Entrevista 7 – *"... A maioria dos eleitores não conhecem o programa de governo ..."*
		Entrevista 8 – *"... A maioria da população desconhece ambos ..."*
		Entrevista 9 – *"... Se o eleitor conhece-los, mas a maioria os desconhece ..."*
		Entrevista 10 – *"... Na verdade muita influência para os mais politizados, mas infelizmente a maioria dos cariocas não é tão politizada assim ..."*

	Alinhamento ideológico	Entrevista 5 – *"… Não o programa, mas a ideologia manifestada, certamente. O alinhamento ideológico do candidato sobre diferentes pautas que o eleitor considera importantes define o voto ou não …"*
Características Socioeconómicas, Culturais ou Religiosas do Candidato	**Religião**	Entrevista 1 – ***"… Existe uma grande força política evangélica e outra grande força política católica conservadora***. *Neste sentido, os aspectos culturais e religiosos influenciam bastante o eleitorado carioca. As caracteristicas socioeconómicas, acho que nem tanto …"*
		Entrevista 2 – "… *Em algumas comunidades a* ***questão religiosa*** *é muito importante …"*
		Entrevista 3 – "… *É a primeira aproximação do eleitor com seu candidato …"*
		Entrevista 4 – *"… Já as religiões, principalmente, evangélica e católica, mantém os grupos mais fervorosos junto aos seus candidatos …"*
		Entrevista 5 – *"…Religiosa, infelizmente, tem gerado grande influência pela ação de líderes religiosos que pregam uma política confessional …"*
		Entrevista 7 – *"… Há ainda uma identidade religiosa muito forte, principalmente, católica e evangélica…"*
	Grupos de Pertença	Entrevista 6 – *"… Para algumas classes esta e a primeira aproximação, identidade religiosa, patrão vota em patrão, doutor em doutor, professor em professor …"*
		Entrevista 8 – *"… Pobre até vota em pobre, mas rico só vota em rico. Os evangélicos são mais fiéis aos seus candidatos e partidos …"*
		Entrevista 9 – *"… Os eleitores tendem a votar em candidatos de mesmo grupo de pertença …"*
		Entrevista 10 – *"… há uma tentativa de corporativismo com candidatos autodenominados: Padre…, Doutor…, Professor…, Delegado …."*

Traços de Personalidade	**Empatia**	Entrevista 1 – *"... Eleição é empatia, é conquistar a confiança de outro com palavras que os toquem e impactem ..."*
	Carisma	Entrevista 2 – *"... O carisma atrai o eleitor mais populista, a integridade ao eleitor mais politizado..."*
		Entrevista 3 – ***"...** Política tem a ver com convencimento e credibilidade ..."*
		Entervista 4 – *"... Principalmente no Rio, o eleitor gosta de candidatos carismáticos ..."*
		Entrevista 5 – *"... Esse impacto sobre o eleitor faz toda a diferença ..."*
		Entrevista 6 – *"... Carisma sim, infelizmente, integridade nem tanto ..."*
		Entrevista 7 – *"... O eleitor gosta do candidato carismático ..."*
		Entrevista 8 – *"... Carisma principalmente é muito importante ..."*
		Entrevista 9 – *"... Carisma é fundamental ..."*
		Entrevista 10 – *"... São características fundamentais para o sucesso eleitoral ..."*
Posicionamento do Candidato a Respeito das Políticas Públicas	**Convergente com seus interesses**	Entrevista 1 – *"... falar de saúde, educação, segurança e transporte, é fundamental ..."*
		Entrevista 2 – *"... quer saber o que vai ao encontro dos seus pensamentos ..."*
		Entrevista 3 – *"... Principalmente quando a pessoa pode ser afetada diretamente por aquela política..."*
		Entrevista 5 – *"... Se alguém fala algo desalinhado com a tua dor ou desejo, perde o voto ..."*

		Entrevista 6 – *"... O eleitor se identifica com o posicionamento do candidato em campanha sobre um tema e o benefício que pode trazer a ele ou aos seus, porém, não se lembra de cobrar depois das eleições ..."*
		Entrevista 10 – *"...O posicionamento do candidato convergente com os interesses do eleitor carioca e a marca registrada do sucesso eleitoral ..."*
	Desconhecimento	Entrevista 4 – *"... Os eleitores conhecem muito pouco as propostas de governo ..."*
		Entrevista 7 – "... De um modo geral o eleitor carioca desconhece o posicionamento do candidato..."
		Entrevista 8 – *"... A população conhece pouco as propostas dos candidatos e partidos ..."*
		Entrevista 9 – *"... Se o eleitor conhece-los, mas a maioria os desconhece ..."*
Eventos Relacionados a Vida Privada e Pública do Candidato	**Independe**	Entrevista 1 – *"... O povo quer figuras fortes e marcantes, seja para que lado for ..."*
		Entrevista 5 – **"...***ele vota olhando pro próprio umbigo, ao ponto de desconsiderar eventos reprováveis na vida do candidato se isso lhe trouxer benefícios ..."*
	Escândalos Recentes	Entrevista 2 – *"... a não ser que haja um escândalo..."*
		Entrevista 3 – *"... se o candidato tem um comportamento reprovável ..."*
		Entrevista 4 – *"... principalmente os escândalos próximos às eleições ..."*
		Entevista 6 – *"... não ser que seja um escândalo, e mesmo estes, os eleitores esquecem com o tempo ou, por falta de opção, votam nos mesmos ..."*

		Entrevista 7 – *"... principalmente se o candidato for envolvido em escândalos ..."*
		Entrevista 8 – *"... a população não quer ninguém envolvido em escândalos recentes ..."*
		Entrevista 9 – *"... principalmente eventos e escândalos recentes ..."*
		Entrevista 10 – *"... somente eventos recentes ..."*
Posicionamento do Candidato sobre Assuntos de Relevância Nacional ou Internacional	**Diretamente Ligado**	Entrevista 1 – *"... o candidato temque falar bem sobre o tema da eleição..."*
		Entrevista 2 – *"... somente se estas questões estejam direcionadas a coisas de interesse local do eleitor..."*
		Entrevista 3 – *"... acredito que, especificamente o carioca, seja uma pessoas mais atenta a problemas mais generalizados ..."*
		Entrevista 5 – *"... é a discussão que todos gostam..."*
	Não para o Cargo de Prefeito	Entrevista 4 – *"... estes temas imactam em eleições presidenciais ou para governadores..."*
		Entrevista 6 – *"... estes temas influenciam em eleições presidenciais ..."*
		Entrevista 7 – *"... essses temas são mais relevantes em eleições presidenciais ..."*
		Entrevista 8 – *"... acho estes temasmais importantes para eleições presidenciais ..."*
		Entrevista 9 – *"... em eleições municipais estas questões não são as principais ..."*
		Entrevista 10 – *"... são mais importantes às candidaturas presidenciais ..."*

Sentimentos Afetivos Despertados pelo Candidato	**Voto Emocional**	Entrevista 1 – *"...Há os patriotas, há os entreguistas, há os religiosos, há os que vendem esperança em dias melhores... há espaço para todo tipo de sentiment ..."*
		Entrevista 5 – *"... Voto é emocional ..."*
		Entrevista 6 – *"...O eleitor não politizadp, não informado, não engajado vota pela emoção ..."*
		Entrevista 7 – *"... ultimamente apelos patriotas estão em alta ..."*
		Entrevista 8 – *"... A esperança é a última que morre..."*
		Entrevista 9 – *"... São 3 sentimentos importantes para serem despertados nos eleitores ..."*
		Entrevista 10 – *"... São sentimentos que todos os cidadãos deveriam ter ..."*
	Voto Politizado	Entrevista 2 – *"... Atinge algumas camadas de eleitores mais radicais ..."*
		Entrevista 3 – *"... acredito que o carioca goste de assuntos mais generalizados ..."*
	Voto Estrutural	Entrevista 4 – *"... O que vale mesmo é o candidato ser carismático, de um partido que tenha recursos e visibilidade ..."*

Categoria Desigualdades Sociais

Subcategorias	Indicadores	Unidades de Sentido
Necessidades	**Básicas**	Entrevista 4 – *"… A pobreza e os baixos níveis de educação da população brasileira e carioca que induzem as escolhas políticas pelas promessas mais próximas das suas necessidades …"*
		Entrevista 6 – *"… Sim, as desigualdades sociais, … O povo passando fome se vende por um pedaço de pão …"*
		Entrevista 7 – *"… Maior acesso a educação e melhoria das condições de vida, diminuindo as necessidades imediatas da população, influenciariam a decisão do voto do eleitor carioca…"*
		Entrevista 8 – ***"…** A educação e superação das necessidades básicas. O dia que melhorarmos estas condições a população começará a ser mais crítica com candidatos e partidos …"*
		Entrevista 9 – *"… Miséria, pobreza, fome, desemprego, racismo, educação, necessidades básicas de sobrevivência, entre outras, que mantém o eleitor à espera de qualquer melhoria pessoal para decidir o seu voto …"*
		Entrevista 10 – *"… Sim, infelizmente as inúmeras dificuldades que o eleitor carioca enfrenta, para alguns cargos e em algumas eleições levam a decisão do voto para o imediatismo. Temos que investir em educação e viabilizar o crescimento económico das famílias e não só do Estado …"*

	Individuais	Entrevista 1 – *"... eleições municipais, entendo que a discussão é muito localizada nos problemas do dia a dia da vida do cidadão... como vcs falaram: saúde, transporte, segurança, educação ..."*
	Emocionais	Entrevista 3 – *"... Alegria. O carioca gosta de candidatos felizes ..."*
Estrutura	**Máquina Pública**	Entrevista 2 – *"... Até quando um candidato ser participante da máquina pública influencia na escolha do eleitor? ..."*
	Coronelismo	Entrevista 5 – *"... A compra de votos é muito, muito comum e passa por cima de todos os aspectos..."*

Anexo 4 – Demais Outputs - Software SmartPLS

Tabela 52 - Estimativas dos coeficientes de caminho e sua significância através do método bootstrapping

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Standard Deviation (STDEV)	T Statistics (|O/STDEV|)	P
Confiança Familiares -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000		
Confiança Partidos -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000		
Confiança Pessoas -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000		
Confiança Políticos -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000		
Confiança Prefeitura RJ -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000		
Dimensão Emocional -> Comportamento do Eleitor	0,178	0,174	0,025	7,068	**0,000**
Eventos Pessoais -> Comportamento do Eleitor	0,563	0,559	0,023	24,544	**0,000**
Eventos atuais -> Comportamento do Eleitor	0,282	0,279	0,016	17,885	**0,000**
Imagem do Candidato -> Comportamento do Eleitor	-0,015	-0,016	0,016	0,908	**0,364**
Imaginário Social -> Comportamento do Eleitor	-0,091	-0,086	0,045	2,030	**0,042**
Questões Epistemológicas -> Comportamento do Eleitor	0,118	0,117	0,006	19,448	**0,000**
Questões Políticas -> Comportamento do Eleitor	0,203	0,202	0,029	6,956	**0,000**

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Tabela 53 - Intervalo de confiança para os coeficientes gerados através do método bootstrapping

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	IL CI 95%	SL CI 95%
Confiança Familiares -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000	0,000
Confiança Partidos -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000	0,000
Confiança Pessoas -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000	0,000
Confiança Políticos -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000	0,000
Confiança Prefeitura RJ -> Comportamento do Eleitor	0,000	0,000	0,000	0,000
Dimensão Emocional -> Comportamento do Eleitor	0,178	0,174	0,120	0,219
Eventos Pessoais -> Comportamento do Eleitor	0,563	0,559	0,514	0,604
Eventos atuais -> Comportamento do Eleitor	0,282	0,279	0,249	0,310
Imagem do Candidato -> Comportamento do Eleitor	-0,015	-0,016	-0,048	0,014
Imaginário Social -> Comportamento do Eleitor	-0,091	-0,086	-0,145	0,059
Questões Epistemológicas -> Comportamento do Eleitor	0,118	0,117	0,105	0,129
Questões Políticas -> Comportamento do Eleitor	0,203	0,202	0,140	0,258

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Tabela 54 - Cross-Loadings das variáveis observadas em cada variável latente

Questões	Comportamento do Eleitor	Confiança Familiares	Confiança Partidos	Confiança Pessoas	Confiança Políticos	Confiança Prefeitura RJ	Dimensão Emocional	Eventos Pessoais	Eventos atuais	Imagem do Candidato	Imaginário Social	Questões Epistemológicas	Questões Políticas
Q3.1	0,168	1,000	0,123	0,432	0,109	0,106	-0,068	0,146	0,061	-0,083	-0,047	0,204	0,250
Q3.2	0,200	0,432	0,255	1,000	0,332	0,249	0,000	0,162	0,144	-0,033	-0,094	0,155	0,203
Q3.3	0,061	0,109	0,718	0,332	1,000	0,514	0,114	-0,038	0,105	0,075	0,086	0,097	0,146
Q3.4	0,035	0,123	1,000	0,255	0,718	0,484	0,082	-0,088	0,140	0,070	0,062	0,065	0,144
Q3.5	0,080	0,106	0,484	0,249	0,514	1,000	0,049	-0,014	0,157	0,069	-0,032	0,047	0,137
Q4.1	0,463	0,293	0,196	0,233	0,190	0,163	0,065	0,282	0,195	-0,146	-0,203	0,389	0,843
Q4.2	0,265	0,108	0,269	0,140	0,242	0,153	0,063	0,125	0,082	-0,041	-0,046	0,264	0,610
Q4.3	0,162	0,139	-0,031	0,055	-0,052	-0,002	0,057	0,096	0,016	0,086	0,072	0,091	0,444
Q4.4	0,092	-0,093	-0,137	-0,181	-0,097	-0,068	0,177	0,016	0,005	0,200	0,179	0,098	0,283
Q4.5	0,361	0,046	0,069	0,045	0,067	0,111	0,169	0,219	0,107	-0,046	-0,031	0,299	0,683
Q4.6	0,308	0,260	-0,038	0,223	0,004	0,003	0,069	0,201	0,049	-0,040	-0,034	0,268	0,656
Q4.7	-0,245	-0,035	0,035	-0,055	0,031	-0,039	0,025	-0,187	-0,129	0,285	0,880	-0,141	-0,029
Q4.8	-0,301	-0,047	0,074	-0,109	0,116	-0,020	0,037	-0,229	-0,166	0,301	0,923	-0,155	-0,125
Q4.9	-0,080	-0,083	0,070	-0,033	0,075	0,069	0,329	-0,127	0,038	1,000	0,325	-0,162	-0,068
Q4.10	0,727	0,132	-0,022	0,148	-0,006	-0,005	0,283	0,796	0,422	-0,093	-0,178	0,385	0,227
Q4.11	0,743	0,118	-0,028	0,151	-0,007	0,011	0,272	0,825	0,457	-0,101	-0,139	0,350	0,228
Q4.12	0,737	0,096	-0,084	0,090	-0,053	-0,043	0,275	0,807	0,435	-0,067	-0,193	0,425	0,209
Q4.13	0,779	0,150	-0,137	0,130	-0,054	-0,025	0,354	0,867	0,370	-0,058	-0,209	0,410	0,274
Q4.14	0,723	0,101	-0,085	0,144	-0,035	0,006	0,155	0,797	0,438	-0,204	-0,234	0,389	0,261
Q4.15	0,652	0,085	0,103	0,158	0,073	0,095	0,212	0,511	0,876	0,005	-0,123	0,305	0,164
Q4.16	0,554	0,021	0,110	0,037	0,099	0,122	0,235	0,388	0,812	0,054	-0,146	0,334	0,068
Q4.17	0,585	0,043	0,145	0,164	0,099	0,187	0,214	0,408	0,855	0,043	-0,156	0,270	0,151
Q4.18	0,324	-0,087	0,145	-0,064	0,180	0,131	0,837	0,153	0,298	0,386	0,098	0,133	0,021
Q4.19	0,530	-0,029	0,081	0,043	0,108	0,074	0,916	0,371	0,284	0,248	-0,030	0,296	0,220
Q4.20	0,283	-0,076	-0,040	-0,009	-0,021	-0,124	0,712	0,243	0,002	0,208	0,061	0,164	0,040
Q4.21	0,636	0,204	0,065	0,155	0,097	0,047	0,257	0,478	0,356	-0,162	-0,165	1,000	0,423

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Tabela 55 - Matriz de correlação – parte 1

	Q3.1	Q3.2	Q3.3	Q3.4	Q3.5
Q3.1	1,000	0,432	0,109	0,123	0,106
Q3.2	0,432	1,000	0,332	0,255	0,249
Q3.3	0,109	0,332	1,000	0,718	0,514
Q3.4	0,123	0,255	0,718	1,000	0,484
Q3.5	0,106	0,249	0,514	0,484	1,000
Q4.1	0,293	0,233	0,190	0,196	0,163
Q4.2	0,108	0,140	0,242	0,269	0,153
Q4.3	0,139	0,055	-0,052	-0,031	-0,002
Q4.4	-0,093	-0,181	-0,097	-0,137	-0,068
Q4.5	0,046	0,045	0,067	0,069	0,111
Q4.6	0,260	0,223	0,004	-0,038	0,003
Q4.7	-0,035	-0,055	0,031	0,035	-0,039
Q4.8	-0,047	-0,109	0,116	0,074	-0,020
Q4.9	-0,083	-0,033	0,075	0,070	0,069
Q4.10	0,132	0,148	-0,006	-0,022	-0,005
Q4.11	0,118	0,151	-0,007	-0,028	0,011
Q4.12	0,096	0,090	-0,053	-0,084	-0,043
Q4.13	0,150	0,130	-0,054	-0,137	-0,025
Q4.14	0,101	0,144	-0,035	-0,085	0,006
Q4.15	0,085	0,158	0,073	0,103	0,095
Q4.16	0,021	0,037	0,099	0,110	0,122
Q4.17	0,043	0,164	0,099	0,145	0,187
Q4.18	-0,087	-0,064	0,180	0,145	0,131
Q4.19	-0,029	0,043	0,108	0,081	0,074
Q4.20	-0,076	-0,009	-0,021	-0,040	-0,124
Q4.21	0,204	0,155	0,097	0,065	0,047

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)

Elaborado pelo Autor

Observação: em vermelho estão as correlações significativas.

Tabela 56 - Matriz de correlação – parte 2

	Q4.1	Q4.2	Q4.3	Q4.4	Q4.5	Q4.6	Q4.7	Q4.8	Q4.9	Q4.10	Q4.11	Q4.12	Q4.13	Q4.14	Q4.15	Q4.16	Q4.17	Q4.18	Q4.19	Q4.20	Q4.21
Q3.1	0,293	0,108	0,139	-0,093	0,046	0,260	-0,035	-0,047	-0,083	0,132	0,118	0,096	0,150	0,101	0,085	0,021	0,043	-0,087	-0,029	-0,076	0,204
Q3.2	0,233	0,140	0,055	-0,181	0,045	0,223	-0,055	-0,109	-0,033	0,148	0,151	0,090	0,130	0,144	0,158	0,037	0,164	-0,064	0,043	-0,009	0,155
Q3.3	0,190	0,242	-0,052	-0,097	0,067	0,004	0,031	0,116	0,075	-0,006	-0,007	-0,053	-0,054	-0,035	0,073	0,099	0,099	0,180	0,108	-0,021	0,097
Q3.4	0,196	0,269	-0,031	-0,137	0,069	-0,038	0,035	0,074	0,070	-0,022	-0,028	-0,084	-0,137	-0,085	0,103	0,110	0,145	0,145	0,081	-0,040	0,065
Q3.5	0,163	0,153	-0,002	-0,068	0,111	0,003	-0,039	-0,020	0,069	-0,005	0,011	-0,043	-0,025	0,006	0,095	0,122	0,187	0,131	0,074	-0,124	0,047
Q4.1	1,000	0,531	0,282	0,046	0,380	0,436	-0,136	-0,222	-0,146	0,226	0,228	0,179	0,256	0,264	0,189	0,082	0,218	-0,037	0,168	-0,052	0,389
Q4.2	0,531	1,000	0,110	-0,015	0,194	0,235	-0,070	-0,019	-0,041	0,118	0,068	0,111	0,103	0,114	0,042	0,096	0,074	0,010	0,106	0,002	0,264
Q4.3	0,282	0,110	1,000	0,266	0,189	0,237	0,106	0,032	0,086	0,086	0,100	0,064	0,088	0,053	0,071	-0,043	0,004	-0,011	0,086	0,044	0,091
Q4.4	0,046	-0,015	0,266	1,000	0,419	0,024	0,158	0,165	0,200	0,015	0,013	0,055	0,056	-0,078	0,006	0,043	-0,035	0,162	0,100	0,228	0,098
Q4.5	0,380	0,194	0,189	0,419	1,000	0,299	0,005	-0,055	-0,046	0,148	0,166	0,191	0,202	0,189	0,089	0,113	0,071	0,109	0,187	0,097	0,299
Q4.6	0,436	0,235	0,237	0,024	0,299	1,000	0,054	-0,100	-0,040	0,145	0,160	0,106	0,201	0,208	0,121	-0,085	0,073	-0,049	0,146	0,015	0,268
Q4.7	-0,136	-0,070	0,106	0,158	0,005	0,054	1,000	0,628	0,285	-0,163	-0,109	-0,152	-0,164	-0,181	-0,085	-0,137	-0,111	0,067	-0,023	0,049	-0,141
Q4.8	-0,222	-0,019	0,032	0,165	-0,055	-0,100	0,628	1,000	0,301	-0,158	-0,140	-0,192	-0,208	-0,237	-0,131	-0,128	-0,165	0,106	-0,030	0,060	-0,155
Q4.9	-0,146	-0,041	0,086	0,200	-0,046	-0,040	0,285	0,301	1,000	-0,093	-0,101	-0,067	-0,058	-0,204	0,005	0,054	0,043	0,386	0,248	0,208	-0,162
Q4.10	0,226	0,118	0,086	0,015	0,148	0,145	-0,163	-0,158	-0,093	1,000	0,661	0,517	0,565	0,527	0,437	0,263	0,361	0,143	0,332	0,174	0,385
Q4.11	0,228	0,068	0,100	0,013	0,166	0,160	-0,109	-0,140	-0,101	0,661	1,000	0,544	0,585	0,590	0,476	0,271	0,401	0,151	0,300	0,187	0,350
Q4.12	0,179	0,111	0,064	0,055	0,191	0,106	-0,152	-0,192	-0,067	0,517	0,544	1,000	0,734	0,503	0,364	0,468	0,280	0,129	0,279	0,261	0,425
Q4.13	0,256	0,103	0,088	0,056	0,202	0,201	-0,164	-0,208	-0,058	0,565	0,585	0,734	1,000	0,650	0,348	0,325	0,267	0,199	0,365	0,286	0,410
Q4.14	0,264	0,114	0,053	-0,078	0,189	0,208	-0,181	-0,237	-0,204	0,527	0,590	0,503	0,650	1,000	0,471	0,260	0,368	-0,002	0,239	0,079	0,389
Q4.15	0,189	0,042	0,071	0,006	0,089	0,121	-0,085	-0,131	0,005	0,437	0,476	0,364	0,348	0,471	1,000	0,556	0,636	0,229	0,217	0,049	0,305
Q4.16	0,082	0,096	-0,043	0,043	0,113	-0,085	-0,137	-0,128	0,054	0,263	0,271	0,468	0,325	0,260	0,556	1,000	0,544	0,284	0,239	0,023	0,334
Q4.17	0,218	0,074	0,004	-0,035	0,071	0,073	-0,111	-0,165	0,043	0,361	0,401	0,280	0,267	0,368	0,636	0,544	1,000	0,251	0,271	-0,071	0,270
Q4.18	-0,037	0,010	-0,011	0,162	0,109	-0,049	0,067	0,106	0,386	0,143	0,151	0,129	0,199	-0,002	0,229	0,284	0,251	1,000	0,659	0,457	0,133
Q4.19	0,168	0,106	0,086	0,100	0,187	0,146	-0,023	-0,030	0,248	0,332	0,300	0,279	0,365	0,239	0,217	0,239	0,271	0,659	1,000	0,476	0,296
Q4.20	-0,052	0,002	0,044	0,228	0,097	0,015	0,049	0,060	0,208	0,174	0,187	0,261	0,286	0,079	0,049	0,023	-0,071	0,457	0,476	1,000	0,164
Q4.21	0,389	0,264	0,091	0,098	0,299	0,268	-0,141	-0,155	-0,162	0,385	0,350	0,425	0,410	0,389	0,305	0,334	0,270	0,133	0,296	0,164	1,000

Fonte: Recolha de Dados Quantitativos (2021-2022)
Elaborado pelo Autor